



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

FERNANDO ALBERTO ABREU TORRES

A missão dos leigos na Igreja
O Renovamento Carismático Católico

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor José da Silva Lima

Braga
2015

INTRODUÇÃO

Num mundo e, concretamente, numa Europa cada vez mais dominados pela descrença em Jesus Cristo e pelo ateísmo; nos quais, a cada dia que passa, vão aumentando as aversões e os ataques de vária ordem ao Cristianismo, fará a sentido falar em santificação e evangelização da Igreja? Será que essa missão está confinada só “aos padres e aos bispos”? Que papel é que os cristãos têm nesta missão? Quais as convicções que levam os batizados a santificarem a sua vida e a evangelizar? De que modo e meios dispõe o Espírito Santo para que os cristão se sintam chamados?

Estas e outras infundáveis questões podem constituir o mote para a nossa reflexão. Para muitos dos nossos contemporâneos o pessimismo e o derrotismo estão na moda. Os próprios cristãos entregam-se, em certas ocasiões, à tristeza, que é a própria negação do Cristianismo. O cristão só é autêntico se for homem de esperança apoiada no próprio Deus. Ora, para os pessimistas, nunca é de mais recordar que o Espírito Santo está em ação, no coração da sua Igreja, para lhes insuflar uma nova juventude e que Ele continua a ser nova vida para o futuro. A graça mais evidente da Sua ação no passado século foi o Concílio Vaticano II, pois abriu novas perspectivas e apontou importantes caminhos para a renovação da Igreja. Pois bem, o caminho que vai ser sumamente refletido neste trabalho é o chamamento pessoal de todos os cristãos pelo Senhor, de quem recebem uma missão para a Igreja e para o mundo. “De modo especial o Concílio, com o seu riquíssimo património doutrinal, espiritual e pastoral, dedicou páginas maravilhosas à natureza, dignidade, espiritualidade, missão e responsabilidade dos fiéis leigos” (*Christifideles Laici*, 2)¹.

Contudo, falar da missão dos leigos é duplamente negativo porque, por um lado, a hierarquia olha com desconfiança para os fiéis, uma vez que estes podem ter comportamentos

¹ A partir deste momento citaremos esta Exortação Apostólica pós-sinodal pela sigla CL.

desviantes dada a sua, ainda, “normal” falta de formação teológica e de discernimento ou, então, porque falar de missão dos leigos é interpretada como substituição do papel também essencial dos sacerdotes no seio da Igreja. Por outro lado, sobretudo nos locais onde já se sente escassez de sacerdotes, os leigos são peça fundamental para o anúncio do Evangelho e meios de evangelização no plano secular.

Posto isto, os três capítulos deste trabalho tratam, de grosso modo, de questões concernentes a alguns pontos nevrálgicos do Concílio Vaticano II relativos à missão dos cristãos na Igreja e consequente reflexão teológica e pastoral após o Concílio e, ainda, do “fenómeno” da Renovação Carismática pedida pelo Papa João XXIII quando clamou a todos os bispos que se reunissem em concílio “como para um novo Pentecostes”². Quanto ao movimento Renovamento Carismático Católico em Portugal, será feito um escalonamento de temas e sequente reflexão sobre o movimento a partir das respostas dadas pelas Equipas de Serviço diocesanas.

Deste modo, estruturaremos a nossa reflexão em três partes indissoluvelmente ligadas entre si.

Na primeira, faremos um breve resumo sobre a visão que a Igreja tinha de si mesma antes do Concílio Vaticano II e, conseqüentemente, analisar as diversas fontes, nomeadamente, os documentos do Concílio Vaticano I, alguns discursos dos Sumo Pontífices e um artigo do Código de Direito Canónico de 1917, que nos ajudarão a perceber essa visão. De seguida, atenderemos à metamorfose eclesiológica operada no Concílio Vaticano II quanto à consciência que esta manifestou querer ter de si mesma. Ainda no mesmo capítulo, deter-nos-emos na evolução da compreensão do papel dos leigos antes, no e depois do Concílio Vaticano II.

² JOÃO XXIII, *Homilia na celebração das segundas Vésperas na Solenidade de Pentecostes, 17 de Maio de 1959*, in https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/homilies/1959/documents/hf_j-xxiii_hom_19590517.html, acedido a 29-05-2014, às 11h00.

Na segunda parte, tentaremos perceber de que modo é que o Renovamento é um fruto do pensamento conciliar. Deste modo, apontaremos uma breve resenha histórica sobre o movimento e exploraremos as bases do seu surgimento por meio dos contributos do Concílio Vaticano II. Com efeito, no início do Renovamento, os vários teólogos que estudaram este dom do Espírito Santo excluíram a ideia de que o Renovamento Carismático fosse considerado, em rigor, um movimento eclesial. Ora, neste ponto abrir-se-á uma pequena polémica que será esclarecida tendo em conta as reflexões atuais sobre este assunto. Por fim, concretizaremos os frutos que acompanham a vida e as obras do Renovamento Carismático provenientes da experiência do Espírito Santo e os perigos e críticas que acarreta ser membro do Renovamento Carismático.

No último capítulo, analisaremos e compararemos o Renovamento Carismático em Portugal com o Renovamento Carismático Católico, por meio das respostas que foram dadas por dez Equipas de Serviço Diocesana ao questionário por nós enviado às mesmas a vinte e cinco de setembro de 2014. Depois da análise e comparação entre as respostas, passaremos à retirada de algumas conclusões que as mesmas possam solicitar complementando a sua análise com alguns dados provenientes da bibliografia referente a cada tema abordado. Por fim, faremos uma síntese da situação atual do Renovamento Carismático em Portugal. A metodologia utilizada nestes questionários foi: formulação de quatro perguntas de resposta aberta e enviadas para o correio eletrónico dos coordenadores de cada Equipa de Serviço Diocesana. O tratamento da informação terá por base a seleção de informação relativa a diversos temas, apuramento de algumas conclusões e conseqüente reflexão baseada na bibliografia relacionada com o assunto.

Com a nossa reflexão pretendemos alcançar dois objetivos: primeiro, evocar situações e problemas que correm o risco de parecer cada vez mais distantes da memória dos cristãos e recordar a época conciliar, com os seus temas e as suas esperanças, e posteriores reflexões

relativas ao papel dos cristãos na missão da Igreja. Neste sentido, “ocorre de imediato a imagem de uma primavera que uma geada inesperada bloqueia, entristecendo as flores e impedindo que nasçam os frutos. Contudo, tudo poderá mudar ainda: as flores ainda podem desbrochar e os frutos amadurecer de forma magnífica”³. Esta esperança residirá nas novas manifestações do Espírito Santo por meio das correntes contemporâneas de espiritualidade e que as suas ideias incarnam nos diversos grupos eclesiais. Assim, o segundo objetivo é desobscurecer as ideias que muitos cristãos tem do Renascimento Carismático Católico e, por conseguinte, apresentar o caminho que o movimento oferece para que as pessoas possam crescer espiritual, intelectual e pessoalmente. Por último, fazer uma análise, meramente eclesiológica sobre o Renascimento Carismático e que, tanto quanto sabemos, nunca foi feita em Portugal.

³ C. MILITELLO (coord.), *Os leigos depois do Concílio*, 8.

I PARTE

A MISSÃO DOS LEIGOS NA IGREJA

1. Horizonte eclesiológico anterior ao Concílio Vaticano II

A Igreja, no período imediatamente anterior ao Concílio Vaticano II, estava marcada por sinais contraditórios que requeriam ser renovados, transformados, ou clamavam por um *aggiornamento*; ou seja, precisavam de ser atualizados, como afirmou o Papa João XXIII quando anunciou ao mundo o Concílio.

Com efeito, a visão da Igreja sobre si mesma estava decididamente pautada por uma teologia de cariz neoescolástico, “com pressupostos e objetivos tendencialmente uniformizantes, assentes no princípio da autoridade indiscutível do magistério em todas as matérias, pouco aberta a refletir sobre a realidade de um momento em transformação”⁴.

Esta visão de fechamento em si mesma tem como antecedente a afirmação de Santo Ireneu que mostra a fé habitando a Igreja como seu lugar próprio, apoiando-se nos testemunhos dos profetas, dos apóstolos e dos discípulos. Esta fé, sob a ação do Espírito de Deus, assemelha-se a um licor precioso conservado numa vasilha de boa qualidade, rejuvenesce e faz rejuvenescer a vasilha que o contém⁵.

A vida da Igreja antes do Concílio Vaticano II foi profundamente marcada pela interpretação que os Reformadores do século XVI deram a esta conceção de fé. Aqueles teólogos afirmavam que o dom da fé que foi confiado à Igreja estava intimamente unido com Cristo, isto é, a Igreja confundia-se com o Espírito Santo, “pois onde está a Igreja, aí está também o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça. E o Espírito é a verdade”⁶. Neste sentido, o Espírito é conferido aos pastores da Igreja, que os reconhece como possuidores da graça que a habita e ainda como escolhidos e dados pelo próprio Deus. Assim, qualquer erro cometido por ela seria imputável a uma falha do Espírito.

⁴ J. PINHO, *LG: A Igreja (antes, depois, 50 anos depois)*, in *Theologica* 48 (2013), 264.

⁵ Cf. Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 197.

⁶ IRENEU DE LIÃO, *Adv. Haer.* III, 24, 1, (S. Chr. 34, pp. 399s). APUD Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 198.

Temos, porém, a garantia de que o Espírito Santo, nos Concílios gerais, se revela à Igreja, segundo as necessidades dos tempos. Além disso, muitas verdades, que não estão contidas nos livros canônicos, provocam a tentação de absolutizar a instituição eclesial, dando ao seu magistério a fiel convicção de ser conduzido pelo Espírito Santo. Esta absolutização está bem patente nas afirmações presentes nos catecismos do século XIX, decalcados uns sobre os outros até épocas relativamente recentes: “A Igreja é a sociedade dos fiéis estabelecida por Nosso Senhor Jesus Cristo, espalhada pela terra e submissa à autoridade dos Pastores legítimos”⁷. Mais tarde, esta afirmação sofre um ligeiro acréscimo sendo afirmado que “a Igreja é a sociedade dos cristãos submissos à autoridade dos pastores legítimos cujo chefe é o Papa, sucessor de Pedro”⁸. Este acréscimo, referente ao papado e sem qualquer fundamento na Sagrada Escritura, surge para defender institucionalmente a infalibilidade papal, aclamada como dogma em 1870 no Concílio Vaticano I⁹.

Com efeito, o Espírito Santo está vivo no Catolicismo antes do Concílio Vaticano II, embora, como é dito acima, a sua reflexão tenha sido levada a extremos. Na encíclica *Divinu illud munus*, datada de 1897, acerca do Espírito Santo, Leão XIII escreve, no número 15, que “se Cristo é a cabeça da Igreja, o Espírito Santo é a sua alma”. Ao longo da primeira metade do século XX esta afirmação é tida como verdadeira, sendo retomada em 1943 na encíclica *Mystici Corporis*, número 57, de Pio XII. Tomada à letra, expressa um monofisismo eclesiológico que percebe a Igreja como uma espécie de encarnação do Espírito Santo, indissolivelmente unida ao Espírito Santo. Assim sendo, a Igreja jamais pode errar ao anunciar e ao proclamar as doutrinas reveladas que possui.

A Igreja é vista como uma instituição histórica autossuficiente (*societas perfecta*), com leis, ritos e chefes próprios. Neste sentido, a mediação hierárquica é de tal modo valorizada

⁷ Cf. E. GERMAIN, “A travers les catechismes des 150 dernières années”, in: *Recherches et Débats* 71 (1971), pp. 108-131. APUD Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 201.

⁸ *Ibidem*, 201.

⁹ Cf. Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 200.

que justifica a tese de que “Deus criou a hierarquia e assim providenciou mais do que o suficiente para as necessidades da Igreja até ao fim do mundo”¹⁰.

Na linha do que se acaba de referir e globalmente falando,

“pode dizer-se que a Igreja pré-conciliar era marcada por uma certa tendência triunfalista, resultante de alguma excessiva segurança de si mesma, confiante nas suas próprias potencialidades a partir da missão e da autoridade que sentia lhe terem sido entregues pelo seu “Fundador” (Jesus Cristo). Isso repercutia-se diretamente na incapacidade de entender as interpelações e as exigências de renovação que o mundo envolvente lhe ia colocando”¹¹.

Por conseguinte, a visão da Igreja e o tipo de espiritualidade vivida por muitos cristãos passa a assentar na contraposição Igreja-mundo, sendo o mundo visto como espaço de inferioridade moral-espiritual e de pecado, ou seja, como um dos “inimigos da alma”. Resumidamente, a Igreja vivia numa situação em que ela era incapaz de perceber a legítima “mundanidade do mundo”¹² e “tinha grandes dificuldades em compreender as transformações que se iam verificando na sociedade moderna, rejeitando-as liminarmente na sua contradição com a fé cristã”¹³, sem se questionar sobre os motivos dessas novas maneiras de ver, nem, sequer, as causas externas e internas que poderiam estar por detrás de alguns problemas, de resto nítidos para quem estivesse mais atento à realidade.

Este afastamento foi causando algum desconforto no seio da própria Igreja, em virtude de o mundo estar a sofrer grandes alterações e a Igreja continuar a percepcionar-se como uma sociedade perfeita, contraposta ao “mundo não católico”. O mesmo descontentamento despoletou e amadureceu, desde o início do século XX, uma nova solução para o problema do relacionamento Igreja-mundo, em conexão com: uma renovada perceção e experiência da mesma Igreja; o regresso às fontes, iniciado no século XIX; o aparecimento dos movimentos

¹⁰ B. FORTE, *A Missão dos Leigos*, 97.

¹¹ J. PINHO, *art. cit.*, 264.

¹² Cf. *Ibidem*, 265.

¹³ *Ibidem*.

bíblico, patrístico, litúrgico e ecuménico; uma verdadeira abertura ao mundo moderno que favoreceu o crescimento da importância evangélica do laicado; e, por fim, as guerras mundiais e o surgimento da mentalidade secular que provocam uma tomada de consciência por parte das comunidades eclesiais.

Recuperam-se os aspetos da eclesiologia esquecidos por muito tempo, dada a institucionalização jurídica e hierárquica da Igreja. “Descobre-se a Igreja na relação com a Trindade, na sua profundidade cristológica, pneumatológica e sacramental; volta-se a pensar na relação da Igreja com o mundo, não mais propondo alternativas concorrenciais com as estruturas seculares”¹⁴. A renovação/novidade conciliar acentuou a visão da Igreja sobre si mesma como “mistério” numa linha histórico-salvífica, como comunidade chamada a viver e a testemunhar existencialmente os valores da vida que o agir salvífico de Deus na história humana, culminado no acontecimento que Jesus Cristo, indicou e propõe¹⁵.

Na verdade, a alteração determinante para a renovação eclesiológica conciliar ocorreu mediante a correta compreensão da Igreja como “mistério do amor trinitário de Deus e seu plano salvífico para a humanidade”¹⁶. A Igreja fundamenta-se em Jesus Cristo e na força do Espírito Santo. Só assim é possível perceber a origem da Igreja e a sua configuração histórico-salvífica ao longo de dois milénios de história e não na base de uma eclesiologia que se designa do ponto de vista histórico como contrarreforma, do ponto de vista sistemático como jurídico-societária e na perspetiva teológica como cristomonista¹⁷.

¹⁴ B. FORTE, *A Missão dos Leigos*, 39-40.

¹⁵ Cf. J. PINHO, *art. cit.*, 267.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ “A conceção da Igreja, predominante no Ocidente, até ao Vaticano II, estava marcada por aquilo que mais significativamente Y. Congar chamou de «cristomonismo». A expressão significa a atenção privilegiada para com os aspectos encarnacionistas da Igreja e, por conseguinte, para a sua dimensão visível e para a unidade universal de todos os baptizados que no seu todo constituem o Corpo eclesial do Senhor. O «todo» da Igreja era visto articulado em partes ou (79) porções, rígida e verticisticamente unidas entre si, sob a direcção visível do chefe visível da comunidade eclesial, o Bispo de Roma. Os Bispos locais eram considerados como representantes do Pastor universal, a tal ponto que por muitos se negava a doutrina da sacramentalidade do Episcopado, porque se via neles a simples delegação de poderes, conferida do alto da estrutura hierárquica da Igreja”. B. FORTE, *A Missão dos leigos*, 79.

Desta forma, verifica-se que o Concílio Vaticano II (1962-1965) distanciou-se conscientemente da perspectiva pós-tridentina de Igreja como “*societas perfecta*” porque no seu decurso está explícito o sentimento da sacramentalidade da Igreja: em Jesus Cristo, luz dos povos.

A Igreja é “sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (*Lumen Gentium*, 1)¹⁸. A Igreja enquanto sacramento é explicitada no n.º 8 da LG: “assim como a natureza assumida pelo Verbo divino Lhe serve como instrumento vivo de salvação, a Ele indissoluvelmente unido, de modo semelhante, a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que vivifica, para fazer progredir o Seu corpo (cf Ef. 4,16)”. Assim sendo, sublinha-se tanto a dimensão de “mistério” da Igreja, ou seja, a natureza teológico-espiritual que a constitui no seu âmago, como a condição de realidade formada por seres humanos, indicando-se que tanto na visão da Igreja, como na prática eclesial é indispensável ter em conta a sua “realidade complexa (abrangente) e manter sempre unidas (não separando – nestorianismo – mas também não confundindo – monofisismo) a sua “dimensão divina” e a sua “dimensão humana”¹⁹.

2. A consciência conciliar da Igreja

Terminada a reflexão sobre a consciência que a Igreja tinha de si mesma antes do Concílio Vaticano II, surge a necessidade de perceber a síntese de pensamento operada no Concílio e que vinha a germinar no seio da Igreja e que o Concílio deu uma robustez definitiva para assim perceber-se “de que maneira a percepção renovada das origens do alto e

¹⁸ A partir deste momento citaremos este documento conciliar pela sigla LG.

¹⁹ J. PINHO, *art. cit.*, 268.

do destino final para a glória de Deus todo em todos influi sobre a teologia do laicado”²⁰ e, conseqüentemente, sobre o aparecimento do movimento de renovação da Igreja.

O Concílio constituiu a primeira síntese do pensamento que estava a despontar e que seria renovado ao longo do século XX. A consciência de Igreja que nasce nesta época está marcada, predominantemente, pelo retorno às fontes do Cristianismo, superando “as ambas reduções - cristomonismo e eclesiocentrismo - redescobrimo a profundidade trinitária da Igreja”²¹, e pela abertura ao mundo moderno, dando-se a sua consolidação definitiva no Concílio. Este duplo movimento de renovação do pensamento católico está, de resto, presente nos documentos conciliares²² e o seu perfil eclesiológico só é entendido tendo em máxima consideração os textos que foram redigidos ao longo das cinco sessões do Concílio.

O foco da reflexão conciliar centrou-se, essencialmente, no desenvolvimento de uma nova consciência que a Igreja deveria ter de si mesma, na sua renovação espiritual e na criação de oportunidades de diálogo com o mundo contemporâneo. De resto, os documentos conciliares redigidos no seguimento dessa reflexão têm presente a real preocupação da renovação espiritual da vida cristã, apoiada nas ideias oriundas das novas correntes: bíblica e litúrgica, eclesial e ecuménica, antropológica, missionária e cristológica na abertura da Igreja ao mundo.

Com efeito, “as novas correntes, que estavam a renovar as perspetivas da espiritualidade tradicional, encontraram no Vaticano II uma clara expressão, a sua melhor porta-voz e o selo da sua autenticidade”²³, pensando a espiritualidade da Igreja como: mais centrada no Mistério de Cristo e da Igreja; mais sensível ao homem e ao mundo; mais convencida da vocação universal à santidade; e, ao mesmo tempo, mais aberta à espiritualidade própria de cada uma das vocações e dos carismas na Igreja. A dimensão

²⁰ B. FORTE, *A Missão dos leigos*, 20.

²¹ *Ibidem*, 10.

²² Cf. C. GARCÍA, *Teologia Espiritual Contemporânea. Corrientes y perspetivas*, 189.

²³ *Ibidem*, 296.

institucional, jurídica e hierárquica foi recusada, em todas as suas dimensões e acolhido o pensamento eclesiológico da Igreja como “mistério” de modo a perceber-se como comunidade chamada “à missão de anunciar e estabelecer em todos os povos o Reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e o início do Reino” (LG 11).

O Concílio responde à questão não com uma definição, mas com várias imagens complementares da Igreja que, na insuficiência radical da linguagem humana, servem para dizer o “mistério” da Igreja.

Ora, designar a Igreja como “mistério” traz consigo a conotação de qualquer coisa que não pode ser completamente explicada ou entendida. O termo *mistério* pressupõe algo que permanece oculto, velado, escapando à apreensão da nossa inteligência e as palavras não são capazes de dizer ou expressar de forma adequada a realidade do mistério de Deus e do amor divino dado de forma definitiva na *kénose* do Filho de Deus²⁴.

Assim, o Concílio ter adotado a imagem de Igreja como um “mistério” “significa que a Igreja é uma realidade divina transcendente e salvífica visivelmente presente entre os homens”²⁵ ou, como é referido no número 8 da constituição dogmática LG, a Igreja é uma “realidade única e complexa, em que se fundem o elemento humano e o elemento divino”.

Com esta noção de *mistério*, ultrapassa-se na Igreja totalmente a ideia de “*societas perfecta*”. Não se trata de uma construção humana, à medida da conveniência e da autonomia dos grupos humanos, mas a iniciativa está do lado de Deus que chama a Igreja permanentemente à conversão²⁶. A noção de *mistério* faz com que a realidade Igreja não se feche numa ideia puramente humana, sociológica ou jurídica como de facto se pensava no período precedente ao Concílio. “Enquanto tal, mistério, a Igreja encontra a sua fonte no

²⁴ Cf. R. R. GAILLARDÉZ; C. E. CLIFFORD, *As «chaves» do Concílio*, 91.

²⁵ B. KLOPPENBURG, *A eclesiologia do Vaticano II*, 21.

²⁶ Cf. J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 76.

projeto de Deus e realiza-se numa trajetória, totalmente solidária do devir do homem e do seu desdobramento no desenrolar do tempo”²⁷.

A constituição dogmática sobre a Igreja foi intitulada *Lumen Gentium*, “Luz dos Povos”, mas esta luz não é a Igreja porque a luz dos povos é Cristo. O Vaticano II desde as suas primeiras palavras quer, dar-nos uma perspectiva totalmente cristocêntrica e meramente relativa da Igreja.

“Só compreenderemos a Igreja relacionando-a com Cristo, o Senhor Glorificado. A Igreja vive de Cristo. Absolutizada, desligada de Cristo, considerada apenas nas suas estruturas, vista, unicamente, em sua história, estudada, somente nos seus aspetos visíveis, humanos e fenomenológicos, a Igreja deixaria de ser “mistério” e perder-se-ia no mar de tantas outras sociedades ou organizações religiosas”²⁸,

sem merecer atenção especial nem total dedicação de quem a estuda. Sendo *mistério*, ela apaixona e provoca a aproximação.

Contudo, a palavra grega “*mysterion*” foi sendo traduzida por mistério ou sacramento nas traduções latinas da Bíblia e por outros autores latinos. Passou-se do termo *mistério*, usual nas cartas de São Paulo, com referência ao plano salvífico de Deus revelado em Cristo, à sua aplicação pelos autores cristãos primitivos à vida sacramental da Igreja²⁹.

Posto isto, não surpreende que o Vaticano II defina a Igreja, no início da Constituição dogmática LG 1, “como que o sacramento ou sinal de instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano”. Apresenta-se, de um ponto de vista mais bíblico e patrístico, a noção da eclesiologia contemporânea acerca da Igreja como sacramento de salvação.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ B. KLOPPENBURG, *op. cit.*, 25.

²⁹ Cf. R. R. GAILLARDETZ; C. E. CLIFFORD, *op. cit.*, 91-92.

Cristo, por sua vez, é o sacramento primordial, o sinal e o instrumento perfeito da graça de Deus na história dos homens³⁰. Mas, “a Igreja é sacramento *in Cristo*: Cristo é o sacramento fundamental, fontal e primordial. A Igreja é sacramento em sentido derivado, é sinal e instrumento de Cristo, é o sacramento do Senhor glorificado e de Seu Espírito”³¹.

Segundo a conceção de LG 4, baseada na afirmação de São Cipriano, a Igreja é também apresentada como “povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Esta fórmula, na LG, exprime o sentido de que a Igreja é chamada a emitir e a participar na unidade das três Pessoas da Santíssima Trindade que se prolonga na comunhão do Povo de Deus. Pela comunhão, o Povo participa de uma outra Unidade, de tal modo que, para São Cipriano, a unidade da Igreja só é compreendida à luz da comunhão trinitária³². “Trata-se do mistério de um Povo unido pela fonte trinitária que lhe está na origem”³³.

A Igreja é lugar de receção da “perfeição” em Cristo. Ele que “veio, pois, enviado pelo Pai, que ainda antes da criação do mundo, nos escolheu n’Ele e n’Ele nos destinou à filiação adotiva, porque lhe aprouve instaurar em Cristo todas as coisas” (LG 3). A Igreja, como filha adotiva só será mais perfeita quando é capaz de se abrir ao dom de Deus que, permanentemente, jorra do seio da Trindade. E a natureza do “mistério” eclesiológico é exatamente esta “dádiva” constante, prefigurada desde o principio do mundo, até ao “fim dos tempos”, manifestada pela efusão³⁴ do Espírito Santo (cf. LG 2).

Saliente-se, ainda, que a reflexão conciliar adotou, também, a ideia de corpo místico de Cristo como imagem global da Igreja. Este é a grande imagem da unidade interna, invisível, sacramental com a realidade externa, visível, social, institucional, pois, pela

³⁰ Cf. *Ibidem*, 97.

³¹ B. KLOPPENBURG, *op. cit.*, 28.

³² Cf. *Ibidem*, 30.

³³ J. S. LIMA, *op. cit.*, 76.

³⁴ Em Portugal, não se usa a expressão “batismo no Espírito”, porque corre-se o risco de ser entendida em conflito com o sacramento do Batismo. Usualmente, prefere-se falar de “efusão do Espírito”, como renovação experienciada do dom do Espírito Santo, o qual, segundo a fé católica, se recebe certamente pelo sacramento do Batismo, que confere o carácter cristão indelével ao batizado.

“comunicação do Seu Espírito, constitui os Seus irmãos, convocado de entre todas as gentes, como que em Seu corpo místico” (LG 7).

Ora, a imagem da Igreja enquanto mistério deriva de Cristo ressuscitado e do seu Espírito. A unidade não “deriva de nós nem pertence aos membros da Igreja propriamente ditos, mas a Cristo, cuja graça atua continuamente em nós”³⁵. A humanidade redimida é unida a Cristo de uma forma misteriosa, mas real, na Igreja. A união do homem no corpo de Cristo morto e ressuscitado, mediante os sacramentos, é de tal modo que lhe é infundida ou comunicada a própria vida de Cristo. “Somos incorporados a Cristo, feitos Seu Corpo, membros de Seu Corpo. Esta incorporação é realizada na hora do batismo”.³⁶ Este sacramento “significa e efetua a nossa união com a morte e ressurreição de Cristo: pelo Batismo fomos sepultados com Ele na morte, e se estamos integrados nele por uma morte idêntica à sua, também o estaremos pela ressurreição” (LG 7). Assim, “o batismo constitui um vínculo de unidade sacramental válido entre todos os que foram regenerados por ele” (*Unitatis Redintegratio*, 22)³⁷. Ora, “pelo facto de estarem todos os batizados vital e intimamente unidos a Cristo, fluindo em todos a mesma vida de Cristo, unem-se também entre si”³⁸.

Participando realmente do corpo de Cristo, na eucaristia, “somos levados à comunhão com Ele e entre nós mesmos” (LG 7). “Uma vez que, há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo” (1 Cor 10, 17). Assim, tornamo-nos, todos, membros do Corpo do Cristo e, individualmente, somos membros que pertencem uns aos outros (cf. Rm 12, 5). A afirmação anterior, de S. Paulo aos Coríntios, está na base da visão da Igreja como corpo “místico” de Cristo, que é retomada pelo Vaticano II e tem por base o vínculo místico de comunhão com Cristo que une todos aqueles que participam no sacramento da Eucaristia.

³⁵ R. R. GAILLARDETZ; C. E. CLIFFORD, *op. cit.*, 123.

³⁶ B. KLOPPENBURG, *op. cit.*, 39.

³⁷ A partir deste momento citaremos este decreto conciliar pela sigla UR.

³⁸ B. KLOPPENBURG, *op. cit.*, 40.

Esta comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, iniciada no batismo, é renovada, atualizada, na celebração da Eucaristia, “fonte e cume da vida cristã” (LG 11).

A participação plena e consciente na Eucaristia transforma o cristão mais plenamente à semelhança de Cristo. A nossa ação de graças e louvor a Deus é uma medida da oblação da totalidade da pessoa aos outros, em amizade e amor³⁹ e através delas a comunidade de fé entra em comunhão de amor com Cristo e uns com outros. “Daí que, se algum membro sofre, sofrem com ele os demais; se um membro recebe glória, todos os outros se regozijam com ele” (1 Cor 12, 26).

Contudo, a imagem da Igreja, corpo “místico” de Cristo, contém mais dois apontamentos que complementam esta imagem para dizer Igreja, nomeadamente, o facto de Cristo ser a cabeça deste corpo que é a Igreja. “Ele é o princípio, o primogénito de entre os mortos, de modo que tem em tudo a primazia ... e, com a Sua supereminente perfeição e ação, enche todo o corpo com as riquezas da Sua glória” (LG 7). Pois bem, o segundo complemento a esta imagem é o facto de Cristo conceder continuamente ao Seu Corpo, que é a Igreja, os Seus diversos dons, conforme a riqueza e a necessidade de cada ministério para ajudarmo-nos mutuamente no caminho da salvação, para que, professando a verdade na caridade, cresçamos de todos os modos para Ele, que é nossa cabeça (cf. LG 7).

Em jeito de conclusão deste segmento sobre a eclesiologia do Vaticano II, importa sublinhar que a reflexão conciliar, expressa nos seus diversos documentos, constituições LG e *Gaudium et Spes*⁴⁰, bem como no decreto *Apostolicam Actuositatem*⁴¹, “representa no campo da eclesiologia, uma autêntica «revolução copernicana»; um dos padres conciliares descreve-a assim: «ontem, a teologia afirmava o valor da hierarquia; hoje, descobre o povo de Deus»⁴². Antes era dominante o modelo de Igreja como sociedade perfeita; agora um novo clima

³⁹ Cf. R. R. GAILLARDÉZ; C. E. CLIFFORD, *op. cit.*, 124.

⁴⁰ A partir deste momento citaremos este documento conciliar pela sigla GS.

⁴¹ A partir deste momento citaremos este documento conciliar pela sigla AA.

⁴² M. M. COSTA SANTOS, “A Eclesiologia do Concílio Vaticano II”, in *Agência Ecclesia* 871, (2002), 2.

espiritual pelos movimentos de renovação litúrgica, bíblica e ecuménica fazem emergir um novo modelo que responde à questão; Igreja, que dizes de ti mesma? À imagem do “Concílio” de Jerusalém pelo “Espírito Santo e nós”, surge um novo modo de a Igreja compreender-se, a primeira grande síntese eclesial: uma nova imagem e uma nova consciência eclesial.

Das premissas eclesiológicas trabalhadas no Concílio e aclaradas acima, existe, por fim, outra dimensão da Igreja como Povo de Deus que, juntamente com o princípio da “comunhão”, “acabaram por dar ao texto final da LG e a toda a eclesiologia conciliar um relevo substancial, inclusive em relação ao tema do laicado”⁴³.

O princípio de comunhão acarreta consigo a responsabilidade dos leigos na Igreja e a ligação de confiança recíproca entre todos os membros do Povo de Deus, contrariando o princípio tradicional da autoridade, baseado numa relação hierárquica de poder.

Quanto à imagem da Igreja como “O Povo de Deus”, que só agora vai ser explanada, em consonância com o segundo capítulo da Constituição LG, mostra a “mudança copernicana” do Concílio na medida em que, ao aparecer este conceito após o mistério da Igreja e antes da constituição hierárquica da Igreja, “indica que o povo de Deus não surge por iniciativa do ser humano mas do plano de Deus Pai”⁴⁴. Esta ideia mostra que a comunidade eclesial e a vocação comum de todos os fiéis batizados são prioritários face à diversidade de ministérios e vocações. Sem dúvida, esta mudança de perspetiva teve e tem enormes consequências e é uma das bases para que se possa falar de uma visão da Igreja como comunhão⁴⁵.

Um dos aspetos de relevo do segundo capítulo da LG, “O Povo de Deus”, é a constante referência ao Espírito Santo. Traduzia-se assim também uma certa superação do cristomonismo “que marcava a eclesiologia ocidental e a sua compreensão dos elementos

⁴³ C. MILITELLO (coord.), *op. cit.*, 23.

⁴⁴ M. M. COSTA SANTOS, *art. cit.*, 2.

⁴⁵ Cf. J. PINHO, *art. cit.*, 269.

institucionais e ministeriais na Igreja, esquecendo-se a dimensão carismática (de apelo e dom da graça) que suporta basicamente o viver crente e a existência eclesial”⁴⁶.

A noção de Igreja como Povo de Deus vem do mistério trinitário. Exprime um conjunto, a comunidade de crentes. Refere ainda a igualdade de todos os membros “na dignidade e atividade comum” (LG 9), onde a hierarquia é relativa ao Povo e “relativizada” por ele. Com efeito, o Povo de Deus diz a natureza da Igreja e o seu modo de existir e agir. Constrói-se a comunidade, quando os cristãos “aprendem a dizer “nós” na fé e missão comum. O que implica que o Povo de Deus se torne em concreto “sujeito” da Igreja. Depois de longos períodos de agir inverso, esta difícil aprendizagem implica tentativas, envolve eventuais conflitos e requer perseverança”⁴⁷. Igualdade e características afins não lhe competem como constitutivos de qualquer Povo, mas sobretudo porque todos são chamados por Deus a tornar-se um mesmo Povo.

A igualdade de todos no mesmo Povo tem a raiz num Povo todo ele “sacerdotal”, participante do sacerdócio de Cristo, que é desenvolvimento da vocação batismal que fez dele “um reino, sacerdotes para Deus e Seu Pai” (Ap 1, 6; 5, 9-10).

Os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem edifício espiritual e sacerdócio santo, de modo que ofereçam, em toda a sua atuação cristã, sacrifícios espirituais (cf. LG 10), proclamem as grandezas d’Aquele que os chamou das trevas para a Sua luz maravilhosa (cf. 1 Pe 2, 4-10) e procurem que o Evangelho marque a vida do mundo, caracteriza a sua missão. Celebrar, anunciar e servir é participação nas funções sacerdotal, profética e real de Cristo.

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ J. RIGAL, *Descubrir la Iglesia*, 88.

Mais ainda, Deus não se apresenta à comunidade que Ele oferece a cada cristão, como um déspota, nem como Deus origem de desigualdades, superando a ideia da “sociedade desigual” presente na Igreja de há quatro séculos⁴⁸. Todos são filhos,

“comum é a dignidade dos membros (...), comum a graça dos filhos, comum a vocação à perfeição (...). Nenhuma desigualdade existe em Cristo e na Igreja (...) Mas se na Igreja nem todos caminham pela mesma via, todos são chamados à santidade (...). E se é certo que alguns, por vontade de Cristo, são constituídos para pastores, reina afinal entre todos verdadeira igualdade no que respeita à dignidade e à ação comum do conjunto dos fiéis para a edificação do corpo de Cristo (...). A própria diversidade de graças, ministérios e de funções contribui para a unidade dos filhos de Deus, já que tudo isto o realiza o único e mesmo Espírito, distribuindo a cada um, conforme lhe apraz (1 Cor 12,11)” (LG 32).

Assim sendo, em virtude da igualdade fundamental de todos os batizados, todos são convidados, como membros do corpo eclesial, ao serviço da missão que, através dos membros da Igreja, “Cristo iluminará cada vez mais com a Sua luz salutar toda a sociedade humana” (LG 36). “Não há passivos e ativos, espetadores e protagonistas. Cada um, na sua medida, participa na atividade geral do Corpo de Cristo, a Igreja”⁴⁹. Nem todos têm de fazer a mesma tarefa e o mesmo serviço, mas é na “necessária diversidade de funções e carismas” que cada um se torna responsável pelo seu ministério, com uma finalidade missionária⁵⁰, “que se destina ao bem de todo o corpo” (LG 18).

A igualdade fundamental entre todos os batizados e a comum responsabilidade de todos os crentes numa Igreja-comunhão trouxe importantes consequências, que decorrem da decisão de os padres conciliares olharem para a Igreja, antes de mais, como “Povo de Deus”, com todas as implicações prático-pastorais que isto comporta.

Desse modo, recupera-se o tema do “sacerdócio comum dos fiéis” (LG 10), que foi praticamente esquecido pela mentalidade de Contra-Reforma e desde essa altura até ao

⁴⁸ Cf. J. S. LIMA, *op. cit.*, 77.

⁴⁹ *Ibidem*, 78.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*.

Concílio Vaticano II e ainda hoje não foi suficientemente acolhido nas suas potencialidades. Voltou a manifestar-se, como já foi referenciado, “a consciência de que, na Igreja, reina uma verdadeira igualdade de princípio entre todos os cristãos, não obstante os diferentes serviços e ministérios existentes e necessários (cf. LG 32)”⁵¹. Assumiu-se formalmente a visão positiva do cristão leigo, apesar de esta reflexão ter sido iniciada bem antes do Concílio, cujo lugar e missão não se entendem mais como que submissos aos clero ou a partir de uma condução pela hierarquia, mas tendo a sua origem, consistência e responsabilidade próprias no dom da chamada à fé em Jesus Cristo. Consequentemente, reconhece-se que todo o cristão é dotado de dons e graças especiais, distribuídos a cada um conforme apraz ao Espírito Santo (cf. 1 Cor 12, 11).

Refira-se, ainda, que a Igreja é Povo de Deus, uma conceção que não afeta somente a sua natureza mais profunda, como também na sua maneira de existir e atuar. O seu agir enquanto Povo eleito por Deus provoca o anúncio do evangelho, o oferecimento de sacrifícios espirituais e trabalhar para que o evangelho impregne cada vez mais na vida do mundo. É em torno destas três verbos performativos, *anunciar*, *celebrar* e *servir*, que se desenvolve a missão do “Povo de Deus”.

Desta forma, pode concluir-se que o principal mérito do Concílio corresponde ao esclarecimento do papel dos leigos na Igreja, não numa linha de dependência destes perante o clero, mas no sentido da sua incorporação no Corpo de Cristo e da sua integração na comunidade eclesial⁵². De certo modo, esta conclusão não podia tomar outros moldes, desde que a assembleia conciliar reconheceu a prioridade do “Povo de Deus” sobre a diversidade dos carismas e ministérios.

Cresce, assim, a necessidade de aprofundamento da mudança operada no Concílio no âmbito da teologia do laicado e as suas implicações concretas. Na verdade, Cristo, o grande

⁵¹ J. PINHO, *art. cit.*, 269.

⁵² Cf. J. RIGAL, *op. cit.*, 154.

profeta, realiza a sua missão profética também por meio dos leigos/testemunhas. Este modo de evangelizar, proclamando a mensagem de Cristo com o testemunho da vida e com a palavra, adquire um certo carácter específico, urgente e uma particular eficácia por se realizar nas condições ordinárias do mundo e por conseqüente incapacidade prática do clero para resolver os problemas que surgiam, dando lugar agora uma reflexão aprofundado sobre a missão dos leigos na Igreja.

3. A missão dos leigos antes do Concílio Vaticano II

Ao entender-se como uma “sociedade” puramente hierárquica, jurídica e divinamente reconhecida, a Igreja pré-conciliar desvalorizava, consciente ou inconscientemente, o papel dos leigos nas funções próprias da Igreja, nomeadamente de propagação do Evangelho, do culto, e da tutela do depósito doutrinal, usufruindo estes apenas dos meios da graça por ela repartidos⁵³.

Neste pensamento, denota-se um progressivo desaparecimento da consciência do sacerdócio conferido pelo batismo a todos os cristãos, ou pelo menos uma subordinação do mesmo ao sacerdócio ministerial que antes do Concílio Vaticano II era decididamente determinado pelo pensamento de primazia do magistério assente no princípio da autoridade indiscutível deste em todas as matérias. Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daqueles que os chamou das trevas à sua luz admirável (cf. 1Pe 2, 4.10).

⁵³ Cf. C. MILITELLO (coord.), *op. cit.*, 13.

Porém, é necessário, antes de mais, recuarmos ao tempo das primeiras comunidades cristãs para percebermos que, nos primeiros séculos do Cristianismo, não havia lugar para distinções de classe, ou seja, não existia nas comunidades primitivas aquilo que se designa hoje de hierarquia, até porque, quando as primeiras divisões começam a surgir, são imediatamente condenadas, como é perceptível na admoestação dada por Paulo à comunidade de Corinto, “por nela haver sinais de estratificação social evidentes na forma como celebrava a Eucaristia”⁵⁴.

Era comum pensar-se, no início do Cristianismo, que toda a comunidade cristã tinha um carácter “sacerdotal”, na medida em que a vida comunitária deveria participar da obra sacerdotal de Cristo. “Contudo, à medida que a Igreja ia crescendo e se ia desenvolvendo nos primeiros séculos, a consciência sacerdotal de toda a Igreja manteve-se, mesmo quando a distinção entre os chamados ao ministério público (o clero) e o resto da comunidade cristã se tornou mais acentuada”⁵⁵.

No entanto, por influência do canonista Graciano, no século XII e baseando-se numa suposta carta de São Jerónimo, aquando da distinção de dois tipos de cristãos – clérigos e leigos – os leigos ficaram decididamente reduzidos a meros espetadores, caindo em desuso o ensinamento bíblico relativo ao sacerdócio de todos os crentes e conferido pelo batismo. Posteriormente, esta conceção incitou à perversão de se afirmar que existem “dois tipos de cristãos: por um lado, o clero e os religiosos, dedicados ao ofício divino, à contemplação e à oração e, por outro, em posição subordinada, os leigos, que constituem o povo dos fiéis”⁵⁶.

Assim, ao longo da história da Igreja e até bem perto dos nossos dias, nomeadamente no cânone 107 do Código de Direito Canónico de 1917, pode ler-se que “ex divina

⁵⁴ R. R. GAILLARDETZ; C. E. CLIFFORD, *op. cit.*, 129.

⁵⁵ *Ibidem*, 130.

⁵⁶ C. MILITELLO (coord.), *op. cit.*, 11.

institutione sunt Ecclesia clerici a laicis distincti”⁵⁷. Contudo, dignidade dos fiéis não era desvalorizada propositadamente no Código:

“É evidente que, no contexto eclesiológico sobre o qual se fundava, a posição dos leigos era de subordinação e tinha um papel bastante passivo em relação ao clero. Na verdade, era muito reduzida a autonomia que os leigos poderiam reivindicar numa Igreja em que cada poder sagrado e de governo pertencia ao clero. Esta perspectiva era, portanto, expressão de um conceito de Igreja como instituição e sociedade “juridicamente perfeita”, definida no seu interior por um poder hierárquico, orientado para a salvação dos fiéis, mediante os instrumentos da graça que ela possuía”⁵⁸.

Ora, a preocupação da Igreja era apenas uma: salvar a alma dos fiéis individualmente e manter as funções próprias do clero: “o culto, a tutela do depósito doutrinal e a propagação do Evangelho pertenciam, em primeiro lugar, ao clero, com o qual, de facto, a Igreja se identificava, enquanto os leigos podiam usufruir apenas dos meios da graça por ela repartidos”⁵⁹. Em consequência, os leigos tinham unicamente de se preocupar com a salvação da sua alma, não tendo propriamente missões a cumprir, a não ser aquelas que lhes eram confiadas pela hierarquia.

Porém, entre finais do século XIX e inícios do século XX, a Igreja confrontou-se com diversas circunstâncias decorrentes do confronto com o quadro ideológico, que tinham constrangido o magistério a considerar de um modo um pouco mais articulado a função dos leigos na Igreja e no mundo.

Essas circunstâncias estavam ligadas, fundamentalmente, ao desenvolvimento progressivo do processo de secularização da sociedade e requeriam, de facto, novas estratégias de evangelização e apostolado por parte da hierarquia e a aceitação da missão ativa dos leigos precisamente por estarem mais diretamente presentes na vida social de modo a desempenharem aí um papel insubstituível.

⁵⁷ Tradução: “por divina instituição, há na Igreja os clérigos, distintos dos leigos”.

⁵⁸ C. MILITELLO (coord.), *op. cit.*, 12.

⁵⁹ *Ibidem*, 12-13.

Esta tomada de consciência não foi exclusiva da hierarquia da Igreja, até porque tinha aumentado também nos leigos a consciência da importância das funções que poderiam desempenhar. Com efeito, “Se, por um lado, a secularização suscitava um sentido mais forte de pertença à Igreja, por outro, impelia-os para ações concretas a fim de recuperar a sociedade para Cristo”⁶⁰.

A obediência/subordinação a que os leigos estavam sujeitos começa a ser colocada em causa pelo facto de estes deixarem de ter um papel passivo para passarem a ter um papel ativo na evangelização. Neste contexto, coloca-se o problema da autonomia dos leigos e do seu apostolado. O problema é complexo porque pode ser considerado de diversos pontos de vista:

“(…) por um lado, o do magistério que, embora querendo favorecer o apostolado dos leigos, tentava compreendê-lo segundo as tradicionais linhas eclesiológicas de subordinação à hierarquia, de modo a preservar o carácter clerical da Igreja; por outro, o dos leigos organizados em associações ou movimentos que, consoante as circunstâncias e as situações, embora afirmando a sua fidelidade à Igreja e a sua obediência à hierarquia, reivindicavam maiores espaços de autonomia decisional, embora com muitas diferenças e dissensões entre si”⁶¹.

Do ponto de vista teológico, a partir dos anos 40, ocorreram importantes desenvolvimentos relativamente ao repensar do papel dos leigos na Igreja, proporcionando, por um lado, pela chamada “teologia do laicado”, a reelaboração de todas as categorias eclesiológicas tradicionais, e por outro, pela denominada teologia das realidades terrenas e o reconhecimento, no cosmos, da natureza positiva da criação. Não obstante, as pretensões dos teólogos pertencentes a esta linha de pensamento esbarravam quase todas com a dificuldade de ultrapassar o princípio da subordinação hierárquica.

Chegados ao Concílio, os bispos estavam divididos relativamente ao apostolado e à autonomia dos leigos. Uns pediam que eles continuassem subjugados à hierarquia; outros que

⁶⁰ *Ibidem*, 14.

⁶¹ *Ibidem*.

a sua missão fosse mais ampla e que o papel dos ministros consagrados fosse apenas de supervisão.

Contudo, “mal os bispos se reuniram no Concílio, muitas dúvidas das vésperas encontraram soluções bastante mais abertas do que se poderia ter imaginado. Graças à formulação de novas linhas eclesiológicas”⁶², que viam a Igreja como “mistério numa linha histórico-salvífica, como comunidade chamada a viver e a testemunhar existencialmente os valores da vida que o agir salvífico de Deus na história humana, culminado no acontecimento Jesus Cristo, indicou e propõe”⁶³. Ora, esta tomada de consciência da função concreta dos leigos na Igreja, o fundamento do seu apostolado e a sua relação com a hierarquia encontraram uma nova definição.

4. Nova definição da missão dos leigos

Para contextualizar este ponto é necessário, em certa medida, recordar um pouco melhor o pensamento dominante, anterior ao Concílio, sobre o papel do leigo na Igreja. Começemos por compreender o ensinamento do papa Pio X, em 1906:

“Daí resulta que essa Igreja é, por essência uma sociedade desigual, isto é, uma sociedade que abrange duas categorias de pessoas, os Pastores e o rebanho, os que ocupam uma posição nos diferentes graus da hierarquia e a multidão dos fiéis. E essas categorias são tão distintas entre si, que só no corpo pastoral residem o direito e a autoridade necessária para promover e dirigir todos os membros ao fim da sociedade; quanto à multidão, essa não tem outro dever senão o de se deixar conduzir e, (como) rebanho dócil, seguir os seus Pastores” (*Vehementer Nos*, 22).

⁶² *Ibidem*, 19-20.

⁶³ Cf. J. PINHO, *art. cit.*, 267.

Posto isto, um dos grandes benefícios do Concílio foi decerto definir a grandeza da Igreja, para além de todo clericalismo, a partir da sua medida mais universal, a de Povo de Deus. Assim sendo, o leigo passa a ser membro de pleno direito do “Corpo Místico”, tendo na Igreja o direito de receber do clero bens espirituais, mas também assumindo o encargo de participar ativamente na missão da Igreja. De notar, porém, que o leigo não participa na autoridade magisterial da hierarquia nem age de modo independente desta, embora possa colaborar em prolongamento, ampliação e extensão do apostolado hierárquico. Cumpre, porém, ao cristão leigo, como apostolado próprio, ser total e autenticamente o que realmente é.

Karl Rahner considera o apostolado leigo como “apostolado da caridade na situação secular do leigo”⁶⁴. Nesta condição de membro da Igreja, o leigo tem a missão de “transformar o mundo como mundo em material de existência cristã, remi-lo e santifica-lo”⁶⁵.

Ora, a definição de leigo não foi “construída” e pensada nas várias sessões do Concílio, mas nos anos que o precederam. Assim sendo, por volta de 1957, havia já uma ampla concordância quanto ao conceito de leigo. Yves Congar, o teólogo que mais contribuiu para a reformulação do pensamento do papel dos leigos na Igreja, formula o conceito desta forma: “o leigo é o cristão cuja cooperação na obra da salvação e no progresso do Reino de Deus, portanto na dupla missão da Igreja, se realiza por sua vida e seu trabalho dentro das estruturas e encargos seculares”⁶⁶.

⁶⁴ K. RAHNER, «Über das Laienapostolat»: Schriften zur Theologie II, 360. APUD MAX KELLER, “Teologia do Laicato” in AA VV, *Mysterium Salutis*, “A Igreja – Vida e Estruturas na Igreja”, (Compêndio de Dogmatica Historico-Salvifica), J. FEINER; M. LOEHRER coord. IV/6, 73.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Y. CONGAR, *Aufriss einer Theologie der Katholischen Aktion: Priester und Laien Dienst am Evangelium*, 318. APUD AA VV, *Mysterium Salutis*, “A Igreja – Vida e Estruturas na Igreja”, (Compêndio de Dogmatica Historico-Salvifica), J. FEINER; M. LOEHRER coord. IV/6, 73.

Edward Schillebeeckx, por seu turno, considera o cunho de atuar no mundo tão decisivo, que permite que o leigo continue sendo leigo, mesmo que exerça “além disso ainda um apostolado no plano especificamente eclesial”⁶⁷.

No cruzamento destas diversas concepções sobre a teologia do laicado, emerge, no Concílio Vaticano II, a ideia que realça com maior insistência a plena participação dos leigos na missão de toda a Igreja, pensada no seio da consideração geral sobre a Igreja como Povo de Deus. Este pensamento está espelhado no quarto capítulo da Constituição LG, de modo particular em LG 30, que define como leigos

“todos os fiéis, com exceção daqueles que receberam uma ordem sacra ou abraçaram o estado religioso aprovado pela Igreja, isto é, os fiéis que – por haverem sido incorporados em Cristo pelo batismo e constituídos povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo – realizam, na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão”,

a que corresponde o chamamento à santidade segundo a palavra de S. Paulo: “Esta é, na verdade, a vontade de Deus: a vossa santificação” (1 Ts 4, 3).

Prossegue esta Constituição Dogmática no número 30, quanto ao que se entende por leigos, nestes termos: “Aos leigos compete, por vocação própria, buscar o reino de Deus ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, no meio de todas e cada uma das atividades e profissões, e nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais como que tecem a sua existência”. A sua missão distingue-se, segundo o mesmo documento, da dos clérigos, que se destinam principal e diretamente “ao sagrado ministério [...] embora possam algumas vezes ocupar-se das coisas seculares, exercendo até uma profissão secular” (LG 30). De modo diferente, os religiosos dão um “alto

⁶⁷ E. SCHILLEBEECKX, *Die typologische Definition*, 155. APUD AA VV, *Mysterium Salutis*, “A Igreja – Vida e Estruturas na Igreja”, (Compêndio de Dogmatica Historico-Salvifica), J. FEINER; M. LOEHRER coord. IV/6, 74.

e exímio testemunho de que mundo carece não pode transfigurar-se e oferecer-se a Deus sem espírito das bem-aventuranças” (LG 30).

Para além da Constituição Dogmática LG, foi redigido, no Concílio e como já foi mencionado, o decreto AA, dedicado especificamente aos leigos, o qual se tornaria o primeiro documento da Igreja sobre este âmbito. Neste documento sobre o apostolado dos leigos afirma-se que a sua missão confunde-se com a existência cristã na sua totalidade, mais concretamente, na família, no trabalho, no lazer, na sociedade e não apenas na Igreja ou na celebração dos sacramentos.

Tal como a Constituição Dogmática LG, este decreto afirma que “na Igreja, a missão é a mesma para todos, embora haja diversidade de funções. Aos Apóstolos e aos seus sucessores, conferiu Cristo a função de ensinar, de santificar e de governar em seu nome e com o seu poder. Mas também aos leigos, porque participam da função sacerdotal, profética e real de Cristo, têm um papel próprio na missão que todo o Povo de Deus deve realizar na Igreja e no mundo” (AA 2), nomeadamente, no contributo para a evangelização e santificação dos homens, animar e aperfeiçoar a realidade humana e fazer da sua vida e da sua atividade um testemunho claro de Cristo e uma ocasião para a salvação dos homens (cf. AA 2). Neste sentido, também é dito que os leigos, na peregrinação desta vida, têm como característica própria a convivência plena no meio do mundo e nas ocupações terrenas e, por isso, “são chamados por Deus para, cheios do espírito cristão, exercerem, à maneira de fermento, o seu apostolado no meio do mundo” (AA 2).

Como se constata, esta conceptualização, presente nestes dois documentos conciliares formulada pelos padres conciliares, quanto à teologia do laicado, é mais positiva e construtiva do que os pressupostos anteriores, quanto à sua missão na Igreja.

A ideia conciliar centra-se no carácter secular da missão laical, ou seja, na sua imersão total no mundo mediante o trabalho, a família e a cidadania. Porém, a definição da missão dos

leigos levanta algumas interrogações, nomeadamente quanto ao extremo rigor da definição do papel dos leigos, que os distingue do clero, ou dos leigos professos e no campo jurídico.

Quanto à primeira interrogação, os documentos conciliares referidos anteriormente pretendem descrever as funções ou incumbências “do leigo, e, depois, explorar o significado teológico dessa situação. Tampouco representa uma tentativa de excluir os leigos da participação na atividade e no ministério de Igreja”⁶⁸, pois são várias as afirmações conciliares que apelam ao direito e à obrigação dos cristãos aplicarem os seus dons, tanto na Igreja, como no mundo.

Vejamos algumas dessas afirmações presentes na LG:

“Vivem no mundo, isto é, no meio de todas e cada uma das atividades e profissões, e nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais como que tecem a sua existência. Aí os chama Deus a contribuírem, a partir de dentro e à maneira de fermento, para a santificação do mundo, através do cumprimento do próprio dever, guiados pelo espírito evangélico, e a manifestarem Cristo aos outros, antes de mais com o testemunho da sua vida e com o fulgor da sua fé, esperança e caridade” (LG 30).

Com efeito, “os leigos, congregados no povo de Deus e constituídos no único corpo de Cristo sob uma só cabeça, quaisquer que eles sejam, são chamados a contribuir para o incremento e para a santificação perene da Igreja, como membros vivos, aplicando todas as forças recebidas de Deus e de Cristo Redentor” (LG 33). “Na verdade o Senhor deseja dilatar, também pela atividade dos fiéis leigos, o seu reino, que é um reino de “verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz” (LG 36).

No decreto AA são, também, diversas as asserções que apelam ao direito e à obrigação dos cristãos a aplicarem os seus dons:

“para exercer este apostolado, o Espírito Santo, que realiza a santificação do povo de Deus pelo ministério e pelos sacramentos, concede também aos fiéis dons especiais,

⁶⁸ R. R. GAILLARDETZ; C. E. CLIFFORD, *op. cit.*, 157.

distribuindo-os, a cada um, conforme lhe apraz (1 Cor 12, 11) para que como bons administradores das várias graças de Deus, cada um de vós ponha ao serviço dos outros o dom que recebeu (1 Pe 4, 10) para a edificação de todo o corpo na caridade. É da aceitação destes carismas, mesmo dos mais simples, que procede para cada um dos crentes o direito e o dever de os exercer tanto na Igreja como no mundo para bem dos homens e edificação da Igreja” (AA 3).

Para além da Constituição Dogmática LG e do decreto AA, o número 43 da Constituição Pastoral GS apresenta a reflexão mais profunda do Concílio sobre as obrigações dos leigos a imergirem-se no mundo da atividade humana comum, onde pode ler-se que:

“o concílio exorta os cristãos (...) a cumprir fielmente os seus deveres terrenos, conduzidos pelo espírito do Evangelho (...) Aos leigos competem propriamente, se bem que não exclusivamente, as tarefas e as atividades seculares (...) Os leigos, que devem participar ativamente em toda a vida de Igreja, não só estão obrigados a impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são chamados também a ser testemunhas de Cristo em todas as circunstâncias, concretamente no seio da comunidade humana”.

Este amadurecimento da reflexão conciliar apela a uma forma mais adulta de participação na vida eclesial. Com efeito, os leigos devem-se envolver, ainda que não exclusivamente, no mundo com espírito de iniciativa, coragem e convicção⁶⁹.

Tendo presente esta reflexão eclesiológica de comunhão⁷⁰ quanto à definição de leigo compreendida pelos documentos conciliares, importa desenvolver a eclesiologia canónica.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 162.

⁷⁰ A Eclesiologia de comunhão: “A redescoberta da fundação trinitária da Igreja, pela qual a Trindade é origem, forma e meta da realidade eclesial, conduz à adoção – na apresentação do Povo de Deus peregrino “inter tempora”, entre o tempo da origem e o tempo da Pátria – da ideia de “comunhão”, de unidade na variedade católica. Para realizar o seu desígnio de unidade na variedade dos homens e dos povos, o Pai mandou o seu Filho e o Espírito, Senhor e vivificador, *que “congrega toda a Igreja, cada um e todos os crentes. É ele o princípio de unidade na doutrina dos apóstolos e na comunhão, na fração do pão e nas orações* (cf. At 2, 42)” (LG 13).

Buscou-se esta ideia da comunhão realizada pelo Espírito nos que creem mediante a Palavra e o Pão em antiquíssima expressão de fé, presente nos Símbolos após a menção ao Espírito Santo e à santa Igreja católica: “Sanctorum communio”. Considerando a estrutura do Símbolo, segundo a qual ele figura como a narração da história trinitária de Deus para nós, primeiro do Pai (“Creio em Deus Pai Todo-poderoso”), depois – mais ampla porque construída sobre relatos evangélicos – do Filho (“E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor”) e, afinal, do Espírito (“Creio no Espírito Santo”), não se pode deixar de notar que a menção à Igreja se interna na narração da obra do Consolador. Assim se evidenciam os vários níveis de profundidade da expressão “communio sanctorum”.

Embora a eclesiologia de comunhão se tenha imposto à eclesiologia canónica, “no sentido da categoria do Povo de Deus como categoria central, da qual todos os cristãos participam em igualdade e comunhão”⁷¹, o facto de ambas as eclesiologias coexistirem tem influenciado o tema do laicado, bem como a definição dos leigos na Igreja.

Deste modo, embora a definição, expressa nos documentos conciliares, seja mais positiva do que os pressupostos anteriores ao Concílio, a sua continuação segue um caminho canónico ainda com um tom negativo, uma vez que o leigo é identificado como o que não é clérigo ou religioso, a quem não foi dado, na Igreja, um carisma ou vocação ou um ministério especial, mas que é somente incorporado em Cristo pelo batismo.

Então, à definição de leigo projetada pelo Concílio estrutura a Igreja quanto à sua composição e formação, com base na dicotomia e na contraposição central entre o clero e laicado, se alia outra contraposição entre o religioso e o não religioso. “A primeira contraposição refere-se à diferença de essência (não de grau) entre o sacerdócio comum dos fiéis e sacerdócio hierárquico. A segunda contraposição refere-se à estrutura na Igreja e fundamenta-se sobre um estado de vida diferente, em vista do fim comum da santidade universal dos fiéis”⁷². Destas duas contraposições resulta uma terceira antítese entre o sagrado e temporal, que diz respeito à divisão de papéis dentro do corpo eclesial. Ora, o campo de ação “específico dos leigos, por sua própria vocação” (LG 31) é exercer funções temporais,

Ela se refere, em primeiro lugar ao Espírito, Senhor e vivificador da comunhão eclesial (“*communio Santi*”). Depois se refere às realidades santas, através das quais o Espírito se comunica: a Palavra, a água, o pão (“*communio sanctorum*” no sentido do genitivo plural neutro (“*communio sacramentorum*”). Por último, reenvia aos fiéis, reunidos e transformados pelo Paráclito, unificados por ele, na variedade dos dons concedidos a cada um (“*comunio sanctorum*” no sentido do genitivo plural pessoal = (*communio sanctorum fidelium*”).

Estes três níveis de significado da expressão “*sanctorum communio*” exprimem os três níveis da realização da comunhão que é a Igreja.

A Igreja é antes de tudo, “*communio Sancti*”, a comunhão no Espírito de Cristo. Ela provém da Trindade. Não é obra humana, mas fruto da iniciativa divina, obra do Espírito de Deus. Esta é a razão fundamental pela qual a comunhão eclesial é “mistério”: não se reduz a categorias sociológicas ou a avaliações, sobretudo, histórico-políticas. Recusa-se a um horizonte unicamente terreno. Apresenta-se como a presença na história de tudo quanto está para além da história; do divino que, encarando-se no mundo, fá-la morrer e a ressuscita, julga na sua caducidade e a redime para a eternidade”. B. FORTE, *A Igreja, ícone da Trindade*, 47-48.

⁷¹ M. C. BINGEMER, *Viver como crentes num mundo em mudança*, 72.

⁷² *Ibidem*, 73.

sociais e políticas, “ordenando-as segundo Deus” (LG 31). Ao clero e aos religiosos é, portanto, confiada a função de “realizar, administrar e distribuir os sacramentos e os diversos “bens” simbólicos dos quais se vive e se alimenta a comunidade”⁷³.

Tendo presentes estas contraposições, que de certo modo colocam em questão o verdadeiro espírito do Concílio, verifica-se que algumas tendências teológicas mais recentes, nomeadamente, as de Bruno Forte no seu livro *A Igreja, Ícone da Trindade* que por sua vez nos remete para Yves Congar no seu livro *Mistério e comunidade eclesial*, tentam superar as contraposições através de um novo eixo, não de contraposições, mas de tensão dialética entre carisma e ministérios no seio de uma só comunidade. Assim, passa-se de uma

“eclesiologia piramidal, hierarcológica (de Cristo se desce aos batizados, pela mediação hierárquica visível) a uma eclesiologia de comunhão, na qual se coloca em primeiro plano a dimensão pneumatológica e se vê a ação do Espírito sobre toda a comunidade, para transforma-la em corpo de Cristo suscitando-lhe a multiplicidade dos carismas, que se configuram, pois, na variedade dos ministérios a serviço da própria comunidade”⁷⁴.

À luz destes novos pressupostos teológicos, tenciona-se resgatar, até às últimas consequências, o primado dado à ontologia da graça sobre qualquer outra ulterior distinção possível de acontecer na Igreja⁷⁵. Por conseguinte, coloca-se, em primeiro plano, a ação do Espírito Santo que age sobre toda a comunidade crente, suscitando no seu seio diferentes carismas para edificar o Corpo de Cristo. Além disso, deve salientar-se que “a ministerialidade é estatuto de toda Igreja, e não somente de algum dos seus segmentos”⁷⁶.

A eclesiologia que daqui emerge é uma eclesiologia total e global, toda ela suscitada pelo Espírito Santo, toda ela ministerial, sem dicotomias e contraposições e que traz consigo uma progressiva eliminação da divisão subjacente ao tema dos leigos.

⁷³ *Ibidem*, 74.

⁷⁴ B. Forte, *A Igreja, ícone da Trindade*, 36.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

⁷⁶ M. C. BINGEMER, *op. cit.*, 76.

Resultante do pensamento do Concílio Vaticano II, que redescobre o centro da Igreja como “Povo de Deus”, as reflexões que foram mencionadas anteriormente, têm provocado um aprofundamento maior em relação à teologia do laicado e ainda mais próximo das fontes do Cristianismo, o que induz a uma percepção diferente do ser Igreja no Mundo. A Igreja como Povo de Deus lança-nos para a igualdade fundamental recebida no batismo. Todos são Povo de Deus e, por isso, “todos participam do serviço de ensinar, santificar e organizar a comunidade. Todos são enviados à missão e não só alguns; todos são responsáveis pela unidade da comunidade; todos devem santificar-se”⁷⁷. Na constituição do Povo de Deus, a eleição é o princípio de absoluta centralidade. Todos são eleitos sem distinção e hierarquia de cargos e papéis. A divisão dos cargos dá-se, posteriormente, devido às necessidades organizacionais na construção da comunidade eclesial, mas a soberania só pertence a Deus. O lugar do Povo eleito é no mundo, “procurando fazer acontecer aí o projeto de Deus e aí enfrentando as oposições existentes contra esse projeto, suportando perseguições e chegando até ao dom da vida e ao derramamento do sangue”⁷⁸. Os cristãos, portanto, são o centro da Igreja que são chamados a abrirem-se ao Espírito para organizarem-se, agirem, falar e decidir. Assim, a Igreja não deverá ser concebida de tal forma que uma parte da comunidade fique subordinada a outra parte, executando, passivamente, ordens e aprendendo lições, “mas todos seriam ativos e corresponsáveis edificadores de um mesmo projeto comum. Todos seriam plenos participantes de uma comunidade toda ela ministerial, onde os diferentes serviços e ministérios são assumidos em vista da utilidade, do bem e do crescimento comum”⁷⁹.

Posto isto, a reflexão teológica posterior ao Concílio mostra como a fidelidade à mudança radical, por ele operada, implica uma superação do próprio Concílio. Tal superação é especialmente depreendida do facto de os leigos, os clérigos e os religiosos terem em

⁷⁷ L. BOFF, *Igreja, Carisma e vocação. Teologia da Libertação*, 188.

⁷⁸ M. C. BINGEMER, *op. cit.*, 82.

⁷⁹ *Ibidem*.

comum o batismo, o que nos introduz num novo modo de ser e existir cristão. O batismo é o primeiro compromisso e a primeira e radical exigência que se coloca na vida de uma pessoa diante do mistério da Revelação de Deus em Jesus Cristo⁸⁰. O batismo insere-nos no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Tornamo-nos novas criaturas cujo modelo é Cristo, e viver em comunhão com a Santíssima Trindade. Ser cristão é, pois, a condição comum a cada membro do Povo de Deus anterior, teológica e cronologicamente, à diversidade de funções, carismas e ministérios.

Como já foi mencionado, a teologia mais recente propõe a superação dos próprios conceitos conciliares por meio de um novo eixo feito de tensão dialética comunidade - carisma/ministérios. Assim, a Igreja redescobre a “sua vocação de comunidade batismal englobante, no interior da qual as vocações são ouvidas, acolhidas e assimiladas pelo todo da Igreja; os carismas são recebidos e os ministérios exercidos como serviços em vista daquilo que toda a Igreja deve ser e fazer”⁸¹. Este binómio – carisma/ministérios – é, também, um indicador da união total de toda a Igreja e, no interior desta, da diversidade articulada de serviços.

Assim, a relação entre os ministérios, ordenados ou não, torna-se mais clara e de acordo com o espírito conciliar. Nesta tensão dialética “não há relação de superioridade de uns sobre os outros, mas de complementaridade na diversidade de serviço recíproco, irreduzível diferença”⁸². Deste modo, todo o Povo de Deus bebe do Espírito Santo que não discrimina nenhum cristão segundo as categorias jurídicas, derramando as suas maravilhas sobre todos aqueles e aquelas que, pelo batismo, foram introduzidos no mistério de Cristo e encontram n’Ele a verdadeira raiz da sua identidade e missão. A tensão dialética comunidade - carisma/ministérios reflete uma viravolta radical, atuante na conceção e na praxis da Igreja.

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, 92.

⁸¹ *Ibidem*, 109.

⁸² B. FORTE, *A Igreja, ícone da Trindade*, 35.

Trata-se da passagem de uma eclesiologia piramidal centrada na hierarquia para uma eclesiologia de comunhão, “na qual se coloca em primeiro plano a dimensão pneumatológica e se vê o Espírito sobre toda a comunidade, para transformá-la em corpo de Cristo suscitando-lhe a multiplicidade dos carismas, que se configuram, pois, na variedade dos ministérios da própria comunidade”⁸³. Sendo assim, ser leigo ilumina-se na riqueza da consagração batismal e da iniciativa livre e variada do Espírito: “Leigos, clérigos e religiosos são cristãos: é esse o dado novo, que os torna sal da terra e luz do mundo, na diversidade dos carismas e dos ministérios suscitados pelo Espírito. E é desse dado – a unção batismal, a ontologia da graça – que jorra também o dever ser do cristão, a sua missão na Igreja e no mundo”⁸⁴.

5. A Igreja, Sacramento de Cristo

O número 4 da Constituição Dogmática LG intitula-se “Espírito santificador da Igreja”. Consumada a missão terrena que o Pai confiou a Cristo, foi o Espírito Santo que foi dado, no dia de Pentecostes, com a incumbência de santificar, continuamente, a

“Igreja e assim dar aos crentes a possibilidade de, por Cristo e no mesmo Espírito, terem acesso ao Pai. Ele é o Espírito da vida; [...] O Espírito Santo conduz a Igreja ao conhecimento da verdade total, une-a na comunhão e no ministério, enriquece-a e dirige-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos [...] Faz ainda rejuvenescer a Igreja com a força do Evangelho [e] renova-a continuamente” (LG 4).

⁸³ *Ibidem*, 36.

⁸⁴ *Ibidem*, 53.

A ação e missão do Espírito torna-se a “força e o modo de atuação pelo qual o Senhor permanece presente na história e continua a sua obra de inauguração de um novo mundo. A Igreja é o sacramento, sinal e instrumento de Cristo vivo e ressuscitado”⁸⁵.

A Igreja é santificada pelo Espírito Santo na medida em que é o Espírito de Cristo e o próprio Cristo ressuscitado que age no mundo. Através do Espírito, a Igreja surge no mundo para o levar à plenitude em Deus. Com Santo Ireneu, podemos dizer “onde está a Igreja, aí está o Espírito de Deus e onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça. E o Espírito é a verdade”⁸⁶.

Importa reter a conceção fundamental, redescoberta no Concílio, de que existe uma igualdade primordial na Igreja entre todos os cristãos, pois todos são irmãos e filhos, todos estão inseridos no Corpo de Cristo e todos são ungidos pelo Espírito Santo. Ao viver do Espírito, também é a toda a Igreja que são dados o Espírito e os carismas, porque, antes de qualquer distinção de ofício e de estado particular, pelo batismo tornamo-nos partícipes das riquezas e das responsabilidades que a consagração batismal implica e, por isso, não é menos “consagrado” que outros.

Neste sentido, “o Concílio redescobre a dimensão carismática de todo o povo de Deus, a riqueza e a variedade dos dons que o Espírito infunde em todo o batizado, com vistas à utilidade comum, de modo que todos participem – ainda que segundo formas e serviços diversos, da profecia, do sacerdócio e da realeza do Senhor Jesus”⁸⁷.

Neste sentido, todos os cristãos são chamados a viver os diferentes ministérios, pessoais ou comunitários, em relação à tríplice missão profética, sacerdotal e real, fundada nos dons que o Espírito confere generosamente a cada um. O ministério é “um carisma ligado a um encargo, configurado em um serviço à comunidade, que a mesma comunidade

⁸⁵ L. BOFF, *op. cit.*, 211.

⁸⁶ IRENEU DE LIÃO, *Adv. Haer.* III, 24, 1, (S. Chr. 34, pp. 399s). APUD Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 198.

⁸⁷ B. FORTE, *A Igreja, ícone da Trindade*, 31.

reconhece e recebe. A Igreja toda ministerial não é senão a comunhão toda carismática dos batizados em atitude de serviço”⁸⁸. Os batizados participam no único Espírito Santo e são enriquecidos pela variedade dos seus dons, incessantemente distribuídos a cada um, segundo a vontade do Espírito. “Os dons são tidos como «carismas», ou seja, dons gratuitos, fruto da liberdade e da criatividade do Consolador, por Ele generosamente conferidos com riqueza superabundante, orientados para o crescimento do corpo eclesial de Cristo”⁸⁹.

Neste sentido, pode afirmar-se que todo o cristão é um carismático na medida em que, se abre, reconhece e acolhe o dom de Deus. Abrir-se aos dons que o Espírito Santo dá a cada batizado é renovar a experiência de Pentecostes. No dia de Pentecostes, a Igreja apresentou-se já com os princípios fundamentais da sua organização, no Espírito que a criou, uma vez que, o princípio fundador da Igreja é o Espírito e Ele exclui qualquer outro princípio já que este seria exterior à Igreja⁹⁰.

Carismáticos porque, ungidos pelo Espírito Santo, são chamados ao apostolado pelo próprio Senhor de modo a que, por meio de todas as suas ações, ofereçam oblações espirituais e deem testemunho de Cristo por toda a terra. O Espírito capacita os fiéis de todas as classes com os seus dons e graças especiais, distribuindo a cada um conforme lhe apraz (cf. 1 Cor 12, 11), de modo a assumirem os diversos cargos e ofícios uteis à renovação e maior crescimento da Igreja (cf. LG 12) e para que, como bons administradores das várias graças de Deus, cada um de vós ponha ao serviço dos outros o dom que recebeu (cf. 1 Pe 4, 10) para edificação de todo o corpo no serviço e na comunhão (cf. AA 3).

Em termos muito genéricos, podemos concluir que o Espírito Santo foi uma experiência vivida pelos Apóstolos no dia de Pentecostes, mas que se perpetuou na história, animando tudo aquilo que na Igreja tem a marca de Deus. “Reconhecer esta presença

⁸⁸ *Ibidem*, 50.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ Cf. J. RIGAL, *op. cit.*, 178.

universal do Espírito não deve impedir-nos de discernir uma presença privilegiada lá onde Ele se manifesta e de analisar a Sua irradiação”⁹¹. Neste contexto, é oportuno abordar a importância de uma renovação precisa: a renovação carismática ou no Espírito Santo enquanto graça renovada de Pentecostes, a qual tem contribuído para a redescoberta da importância e da necessidade dos carismas na vida de Igreja e, para assim, responder à expectativa de um novo Pentecostes que o Papa João XXIII mais do que uma vez evocou a respeito do Concílio.

⁹¹ L.-J. SUENES, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 79.

II PARTE
A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA,
UM NOVO PENTECOSTES?⁹²

⁹² Título retirado do livro de L.-J. SUENES, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?*

1. A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?

Para entendermos adequadamente no que consiste a Renovação Carismática operada pelo Espírito Santo na Igreja Católica após o Concílio, é conveniente fazer, antes de mais, um pouco de história, porque nela podemos detetar alguns marcos que terão determinado em definitivo esta manifestação poderosa do Espírito até aos nossos dias.

1.1 Breve resenha histórica da Renovação Carismática

As origens da Renovação Carismática remontam aos movimentos de santidade das Igrejas protestantes, operados na década de 1950. A Renovação Carismática sofre, no seio do catolicismo, alguns desenvolvimentos anteriores à sua fundação entre estudantes e professores da Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, nos EUA, em 1967.

Aquando da sua fundação, os Estados Unidos da América e o mundo viveram uma profunda crise social e religiosa. Por isso, alguns jovens reuniram-se, espontaneamente, num fim-de-semana, para orar, jejuar e implorar o Espírito Santo, de modo a que Ele lhes concedesse a graça de solucionar a conjuntura social e religiosa em que viviam⁹³. Tiveram, também, a consciência de que, apesar de comprometidos com a Igreja, todos sentiam grande dificuldade em rezar, bem como uma grande falta de dinamismo nas suas ações pastorais.

Ora, os professores que participaram no fim-de-semana de Duquesne já tinham recebido a efusão do Espírito⁹⁴ durante uma oração com cristãos de várias confissões. Por seu

⁹³ Cf. L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 80.

⁹⁴ A efusão do Espírito “é uma experiência concreta da *graça de Pentecostes*, na qual a ação do Espírito Santo se torna realidade experienciada na vida da pessoa e da comunidade de fé.

A experiência do batismo (efusão) no Espírito Santo é a percepção segura e às vezes surpreendente da amorosa proximidade de Deus – a qual é afirmada pela doutrina da Igreja – quando é experimentada num ato individual de fé. É um limiar de vida espiritual que atravessamos, entrando numa maior confiança no Pai e num desejo da abertura ao ensinamento do Espírito Santo. A experiência do batismo aumenta a profundidade da fé pessoal, confirma a convicção pessoal em “realidades que não se veem” (Heb 11,1) e concede a percepção da efetiva presença de Deus. Esta percepção experiencial revela-nos Deus na sua imensa incompreensibilidade, mas

turno, os alunos tinham-se preparado para o fim-de-semana meditando no livro dos Atos dos Apóstolos e no livro *A cruz e o Punhal*, da autoria do pregador pentecostal David Wilkerson. Mas, “o acontecimento fundador do Renovamento deu-se através da influência de outros cristãos que tinham recebido a efusão do Espírito, assim como da força renovadora do Concílio Vaticano II”⁹⁵.

Na verdade, conscientes de que a força da primeira comunidade cristã resultara da vinda do Espírito Santo no Pentecostes, eles próprios, há meses suplicando instantemente ao Espírito Santo para que aumentasse a graça do seu Batismo e Confirmação, o que continuaram, nesse fim-de-semana tiveram uma verdadeira manifestação do derramamento do Espírito juntamente com certos carismas, semelhantes aos descritos por S. Paulo no capítulo 12 da primeira epístola aos Coríntios. Uma das principais experiências vividas foi a de se sentirem tocados pela presença do Espírito, ainda que diversamente, pois aquela que foi comum a todos foi a união na alegria e na paz. Experimentaram também uma profunda transformação interior operada pelo Espírito, a qual marcou o início do que é, atualmente, o “Renovamento Carismático Católico”.

Depois desta experiência, tanto os professores como os estudantes começaram a testemunhar o que lhes tinha sucedido e este testemunho de efusão de Espírito foi de tal modo contagioso que depressa se difundiu a outras Universidades, nomeadamente à de Notre Dame, em South Ben (Indiana), à de Ann Arbor (Michigan), à de Nova Orleans (Louisiana) e à de Los Angeles (Califórnia). Assim, os grupos de oração do Renovamento espalharam-se não somente nos Campus Universitários, mas também nas paróquias, nos mosteiros, nos conventos, tanto nos Estados Unidos da América, como em numerosas regiões do mundo.

também no seu amoroso e paternal cuidado. Atrai e abre novas categorias de pensamento, revela novos propósitos e desejos, esclarece a significação da Vontade divina e dá consciência da pecaminosidade humana e da necessidade de arrependimento”. P. J. CORDES, *Reflexões sobre o Renovamento Carismático Católico*, 30.

⁹⁵ SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *A efusão do Espírito Santo*, 12.

“Assim foram nascendo os primeiros grupos do Renovamento Carismático. Foi como uma reação em cadeia. As coisas avançaram rápido. No mês de Novembro de 1968, a Conferência Episcopal dos Estados Unidos pediu à Comissão episcopal da doutrina um parecer oficial sobre o fenómeno neopentecostal católico. Pouco tempo depois, o Renovamento recebia luz verde dos bispos”⁹⁶. O caminho estava aberto e, em certos países, os seus efetivos duplicavam em cada ano, sendo que leigos, religiosos, padres e bispos passaram muito rapidamente a comprometer-se com o Renovamento. Com efeito, logo em 1973, dá-se a primeira conferência internacional de animadores, nos arredores de Roma, onde estiveram reunidos delegados de 34 países⁹⁷.

2. Contributos do Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II (1962-1965) estabeleceu as bases doutrinárias para o início da Renovação Carismática expressa nos seus documentos Conciliares mais importantes nomeadamente na LG quando reconhece, no número 12, o papel contínuo dos carismas na Igreja e no subsequente acolhimento com discernimento. Também neste documento foi realçada a importância e o papel/missão do laicado na Igreja. Por sua vez, o documento Conciliar *Dei Verbum* apela a que a Bíblia seja acessível a todos os fiéis e o Decreto sobre o Ecumenismo UR reconhece a presença e atividade do Espírito Santo noutras confissões religiosas.

⁹⁶ V. B. MATA, *O Renovamento Carismático. Como um vendaval...*, 48.

⁹⁷ Cf. L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 7.

É neste contexto que se dá a origem e o crescimento do Renovamento Carismático para além do facto de a Igreja estar a viver um novo desafio sem precedentes devido à rápida secularização.

Perante este cenário, o mundo necessita, hoje mais do que nunca, de se encontrar com Deus vivo através do dom providencial que são os movimentos e as novas comunidades eclesiais. Pois bem, a Renovação Carismática “é apenas um aspeto da imensa germinação evangélica, cujo espetáculo a Igreja oferece atualmente a quem tem olhos para ver e que, de resto, se produz no meio de fracassos e devastações que causam dor”⁹⁸. Neste sentido, é necessário entender a Renovação dentro da conjuntura eclesial e as suas questões válidas que ela coloca para a Igreja e qual o seu contributo⁹⁹.

Os temas que emergiram durante o Concílio Vaticano II, especificamente no que concerne ao papel de todo o cristão na missão da Igreja, foram o chamamento à santidade de todos os que são guiados pelo Espírito Santo nos vários géneros de vida e nas diferentes profissões (LG 41), presente em todo o capítulo V da Constituição Dogmática LG, e o chamamento à missão da Igreja no número 17 da mesma Constituição. Neste sentido, a santidade e a missão não são novos mandatos mas dons de Deus. A natureza da santidade é, primeiramente, resultado do mandato de Jesus, quando pede que sejamos “perfeitos, como é perfeito o vosso Pai celeste” (Mt 5, 48), ou seja, dom imerecido da graça e não fruto do ascetismo pessoal¹⁰⁰. A santidade a que somos chamados dá-se “pela comunhão na santidade divina; e não em virtude da nossa própria pessoa, mas pela participação na santidade de Deus. Através do Filho, o Pai estende a sua mão, no Espírito, para tocar a Igreja e dotá-la de vida divina; transformá-la e conduzi-la no espírito, de volta ao Pai, por intermédio de Cristo”¹⁰¹.

⁹⁸ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a Vida*, 199.

⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 200.

¹⁰⁰ Cf. P. J. CORDES, *op. cit.*, 23.

¹⁰¹ *Ibidem*, 24.

O Concílio não deixa margem para qualquer equívoco acerca do chamamento à santidade: “torna-se, por isso, bem claro a todos, que cada um dos fiéis, seja qual for o seu estado ou classe, é chamado à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade” (LG 40). O estado de santidade é igual para leigos, clérigos e religiosos, pois todos “são guiados pelo Espírito de Deus, e que, obedecendo à voz do Pai e adorando-O em espírito e verdade, seguem a Cristo pobre, humilde e carregado com a cruz, para merecerem participar na Sua glória” (LG 41), independentemente dos vários géneros de vida e ofícios.

Quando o Espírito de Deus desceu sobre Jesus no Batismo no rio Jordão, impeliu-O a “anunciar a boa nova aos pobres” (Lc 4, 18). A receção do Espírito no batismo é um imperativo para a evangelização porque a comunhão no Espírito Santo é vertical e horizontal. São Paulo diz: “ai de mim se não evangelizar” (1 Cor 9, 21), esta verdade estende-se também a todos os batizados. O Espírito move-se na Igreja e se entranha nos corações o desejo de santidade em toda a sua amplitude. “Esse movimento do Espírito na vida da Igreja manifesta-se num renovado interesse na oração, em novas formas de vida comunitária, em vários e diferentes novos movimentos eclesiais, em novas formas de serviço social”¹⁰².

Profeticamente, o Papa Paulo VI disse, na mensagem de Natal de 1965, que a Igreja “sentiu como se o Espírito de Cristo voltasse a fluir dentro dela”¹⁰³, referindo ainda que “vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito” (*Evangelii nuntiandi*, 75)¹⁰⁴.

Desta forma, o Renovamento e as novas comunidades que nasceram na Igreja depois do Concílio Vaticano II foram, nas palavras do então cardeal Joseph Ratzinger, um acontecimento maravilhoso por permitir experienciar o dinamismo e o entusiasmo que caracteriza a vivência da fé dos seus membros e, pela alegria, fundada na fé, que eles sentiram

¹⁰² *Ibidem*, 26.

¹⁰³ PAULO VI, *Bênção “Urbi et Orbi” do Natal do Senhor de 1965*, in http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/messages/urbi_et_orbi/documents/hf_p-vi_mes_19651225_christmas-urbi.html, acedido a 29-05-2014, às 15h00.

¹⁰⁴ A partir deste momento citaremos esta exortação apostólica pela sigla EN.

e que os levaram a comunicar aos outros o que tenham recebido como dom¹⁰⁵. Joseph Ratzinger vê nestas manifestações do Espírito Santo modos fortes de viver a fé, uma provocação salutar de que a Igreja sempre necessitou, uma espécie de profecia que prenuncia o futuro¹⁰⁶.

Esta ação salvífica no mundo é uma constante na vida da Igreja e está presente ao longo de toda a sua história sobre o desígnio do Espírito Santo que sopra quando e onde quer de modo a suscitar novos santos e carismas em resposta aos desafios que a Igreja tem de enfrentar ao longo dos tempos¹⁰⁷.

Neste sentido, a Renovação no Espírito, como parte permanente da vida da Igreja, é apenas um dos sinais de um novo Pentecostes que tem o interesse em assegurar de maneira excelente “a qualidade sobrenatural do Povo cristão na base; dar uma visão mais perceptível aos carismas, sem monopolizá-los de nenhum modo; reintroduzir no ordinário da vida eclesial atividades como a «profecia» ou as curas não somente espirituais – o sacramento da Reconciliação sempre contribuiu para isso –, mas físicas”¹⁰⁸. O Renovamento Carismático constitui, portanto, uma resposta à oração feita pelo Papa João XXIII, onde pode ler-se: “digne-se o divino Espírito ouvir de maneira mais consoladora a oração que todos os dias sobe de todos os recantos da Terra: renova na nossa época os prodígios, como de um novo Pentecostes” (*Humanae Salutis*, 23) e por Paulo VI: “A Igreja tem necessidade de um perpétuo Pentecostes”¹⁰⁹.

Por sua vez, o Papa João Paulo II confirmou mais tarde, na sexta Assembleia Internacional do Renovamento Carismático, em 1987, que

¹⁰⁵ Cf. J. RATZINGER, *Os movimentos na Igreja. Presença do Espírito e Esperança para os Homens*, 25.

¹⁰⁶ Cf. *Ibidem*, 26.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*, 27.

¹⁰⁸ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a Vida*, 202-203.

¹⁰⁹ PAULO VI, *Audiência Geral, 29 de novembro de 1972*, in https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1972/documents/hf_p-vi_aud_19721129.html, acedido a 03-06-2014, às 23h00.

“o vigor e os frutos do Renovamento testemunham, com certeza, a poderosa presença do Espírito Santo na Igreja durante estes anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II [...] O Renovamento Carismático é manifestação eloquente dessa vitalidade de hoje, afirmação vigorosa do que o Espírito diz às Igrejas (Ap 2, 7) à medida que nos aproximamos do fim do segundo milénio”¹¹⁰.

3. Renovamento, um movimento eclesial: Sim ou Não?

No início do Renovamento, vários teólogos que estudaram esta manifestação do Espírito Santo excluíram claramente que o Renovamento Carismático fosse considerado, em rigor, um movimento ou uma associação dentro da Igreja, considerando-o um acontecimento religioso transversal que inclui toda a vida da Igreja.

Repara-se, então, o que é afirmado no Documento de Malines I¹¹¹ sobre como designar o Renovamento. Ora, do ponto de vista sociológico é possível designá-lo como um movimento eclesial. Contudo, “o inconveniente deste termo é o de sugerir que se trata de uma iniciativa humana, de uma organização”.¹¹² Logo, o Renovamento não surgiu como os movimentos da Igreja, porque ninguém pode reclamar para si os direitos de obreiros deste acontecimento religioso, ou seja, o Renovamento não tem um fundador, porque foi um “presente” de Deus, uma graça derramada pelo Espírito.

Tal como é indicado pelo próprio nome, a principal missão do Renovamento é a renovação carismática, ou seja, reintegrar de todos os carismas na totalidade da vida da Igreja

¹¹⁰ JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes da VI Assembleia Internacional da Renovação Carismática Católica, 15 de maio de 1987*, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1987/may/documents/hf_jp-ii_spe_19870515_assemblea-carismatici.html, acedido a 22-11-2014, às 15h00.

¹¹¹ Documento elaborado sob a orientação do Cardeal Suenens, preparado por Kilian McDonnell, O.S.B., e posteriormente discutido e assinado por todos os membros da equipa internacional do Renovamento Carismático Católico em 1974.

¹¹² L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 35.

tanto no âmbito local como universal. Todavia, isto pode acarretar vários inconvenientes, produzindo, em certos observadores externos a ela, a impressão de que o Renovamento tende a apropriar-se de algo que pertence à própria natureza da Igreja¹¹³. Por seu lado, os que pertencem ao Renovamento rejeitam esta possibilidade porque esta não intenta apropriar-se dos carismas, tal como a renovação litúrgica, iniciada no século XIX, não pretendeu apropriar-se dos sacramentos e da liturgia da Igreja.

O Renovamento designa-se, por conseguinte, como “uma reunião muito diversificada de indivíduos, de grupos e de atividades, com frequência totalmente independentes uns dos outros, com diferentes graus e modos de desenvolvimento”¹¹⁴. Este modelo de reuniões difere das reuniões dos movimentos eclesiais e caracteriza-se pela “sua liberdade de associação, diálogo e colaboração, mais do que pela sua integração ou por uma estrutura organizada. Mais do que um governo, a liderança caracteriza-se como um oferecimento de serviço para aqueles que o desejam”¹¹⁵.

O Renovamento, concebido e planeado pelo Espírito nasceu por vontade do Espírito como uma corrente de graça na Igreja e para a Igreja, e onde menos podíamos suspeitar e imaginar. Por isso, ele deve estar sempre aberto ao sopro do Espírito. Esta graça da Renovação não é restrita a um grupo de filiados, mas destina-se a toda a Igreja. O Espírito Santo não é monopolizável, uma vez que aquela é um acontecimento religioso, uma irrupção de uma comunicação espiritual entre Deus e o homem. Na verdade, a natureza da Igreja no seu todo e a do Renovamento Carismático em particular é a mesma, ou seja, estas duas realidades são uma única comunidade carismática. Uma comunidade excedida, objeto de um excesso, agraciada com vários dons, doada com vários carismas, isto é, com várias graças concretas para a vida da comunidade. Deste modo se resume, de modo geral, o ser da Igreja e

¹¹³ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*, 88.

¹¹⁵ *Ibidem*.

do Renovamento que ao mesmo tempo reconhecem humildemente que a ação de Deus extravasa os limites visíveis da Igreja institucional.

3.1 Renovamento Carismático como um movimento na Igreja

No ponto anterior refletimos sobre as ideias presentes nos primeiros documentos, cronologicamente, relativos ao Renovamento Carismático, nomeadamente no Documento de Melines I e posteriores reflexões de membros, como, por exemplo, Vicente Borragán Mata, entre outros, onde era negada a possibilidade de o Renovamento Carismático Católico ser um movimento eclesial. Contudo, segundo o que posteriormente a Comissão Doutrinária dos *Serviços Internacionais do Renovamento Carismático Católico* (em inglês: *International Catholic Charismatic Renewal Services – ICCRS*¹¹⁶) concluiu, no livro *A Efusão do Espírito Santo*, de 2012, que o Renovamento Carismático é, de facto, um movimento da Igreja pois afirma, a certa altura, que “o Renovamento Carismático é um movimento entre outros movimentos na Igreja, com o seu próprio estilo e espiritualidade”¹¹⁷ e que para se integrar na vida da Igreja terá de crescer na maturidade eclesial como um movimento.

Ora, se os ICCRS admitem que o Renovamento é um movimento eclesial, então, até a própria reflexão sobre a natureza do Renovamento foi alvo de certa transformação. Assim, inicialmente e se como vimos, no Renovamento não era admitido que este fosse mais um novo movimento eclesial, encapotado pela ideia de que a efusão do Espírito é para “todo e qualquer” cristão. Esta ideia era por vezes expressa através da comparação com a renovação litúrgica, pois pensava-se que tal como a renovação litúrgica foi para toda a Igreja e destinada a diluir-se numa Igreja renovada liturgicamente, assim também o Renovamento Carismático iria fundir-se numa Igreja renovada carismaticamente¹¹⁸.

¹¹⁶ A partir deste momento referenciaremos este Serviço Internacional pela sigla ICCRS.

¹¹⁷ SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *op. cit.*, 103.

¹¹⁸ Cf. *Ibidem*, 85.

Assim, torna-se necessário precisar as raízes que nos levam a considerar o Renovamento Carismático um “movimento eclesial”, a partir de uma tipologia comum a todos os movimentos que surgiram entre a segunda Guerra Mundial e o Concílio e, ainda, aqueles que surgiram no pós-concílio sob a ação das grandes linhas eclesiológicas e espirituais do mesmo concílio¹¹⁹ e por meio dos “critérios de eclesialidade”. Contudo, Joseph Ratzinger apela à prudência porque deveremos “evitar propor uma definição rigorosa de mais, porque, em cada momento, o Espírito Santo surge com novas surpresas e só retrospectivamente estamos em condições de reconhecer que por detrás das grandes diversidades, existe uma essência comum”¹²⁰ entre os movimentos eclesiais de hoje.

Ora, estes movimentos surgiram graças à reflexão sobre Igreja, toda ela carismática e toda ministerial, o que levou à distinção das formas fundamentais de ministério, a saber: ordenado, instituído e de facto¹²¹. Todas são reflexo da riqueza dos dons que o Espírito infunde em cada batizado e que os coloca ao serviço da comunidade. A ministerialidade também é refletida nos movimentos que se caracterizam pelo agregação de batizados que comungam de alguns valores e marcados por uma forte liderança e pela adesão vital corresponda aos ministérios de facto.

Deter-nos-emos, agora, nas características comuns aos movimentos eclesiais. Deste modo, os movimentos têm o seu fundamento, antes de tudo, num dom do Espírito e, na sua

¹¹⁹ Os movimentos na Igreja já são um fenómeno antigo, encarnada na infinitude de intervenções do Espírito, origem de um ilimitado número de movimentos que surgem ao longo do tempo para responder evangelicamente a situações muito concretas a que as instâncias eclesiais não podiam ou não sabiam responder. Segundo o Cardeal Joseph Ratzinger existem cinco grandes momentos históricos de aparição de novos movimentos: 1º Momento – o monaquismo missionário; 2º Momento – a Idade Média; 3º Momento – A Época Moderna; 4º Momento – Época Contemporânea; 5º Momento – A segunda metade do século XX. Neste último momento apareceram os chamados novos movimentos eclesiais e novas comunidades. Deste momento podemos distinguir três períodos dentro do último momento: período de gestação – deve situar-se entre as duas guerras até à realização do Concílio Vaticano II; o período de crescimento e desenvolvimento vai de 1967, ano em que foi criado o Pontifício Conselho para os Leigos até 1998; o terceiro e último período de maturidade inicia-se, como foi dito no Pentecostes de 1998 e implica uma inserção humilde nas dioceses e abertura aos outros movimentos. Por isso esta etapa de maturidade eclesial mais que um desafio é um caminho a percorrer. Cf. A. CANAVARRO, “Novos movimentos de espiritualidade e interpretação pastoral”, in *Humanística e Teologia* 25 (2004), 273-277.

¹²⁰ Cf. J. RATZINGER, *op. cit.*, 55.

¹²¹ Cf. B FORTE, *A Missão dos Leigos*, 99.

maioria, nascem de uma personalidade carismática. Em virtude da sua origem, os batizados configuram-se em comunidade concretas que revivem o Evangelho na sua totalidade e, sem hesitações, reconhecem na Igreja a sua razão de vida, sem a qual não poderiam subsistir.

Abel Canavarro, no seu artigo *Novos movimentos de espiritualidade e interpretação pastoral*, indica-nos, de facto, que duas das características comuns dos movimentos eclesiais são: 1.º traduz-se pela presença de um carisma dado “livremente pelo Espírito Santo para o bem de toda a Igreja”¹²². O Renovamento é, de facto, um dom do Espírito Santo, mas não possui um carisma particular, pois tem o objetivo de “fomentar a receção e a utilização de todos os dons espirituais presentes não só no Renovamento, mas em toda a Igreja”¹²³ e, neste sentido, é único, uma vez que é portador de uma graça que pertence a toda a Igreja e se destina à renovação de toda a Igreja. A 2.ª característica consiste na presença de uma pessoa carismática e agregadora de outras pessoas a quem foi dado um carisma. Esta característica não é comum, de facto, entre o Renovamento Carismático e os restantes movimentos, porque o Renovamento não tem um fundador ou grupo de fundadores, nem uma lista de membros.

Contudo, as restantes características são comuns entre o Renovamento e os restantes movimentos eclesiais, ora vejamos: a 3.ª passa por uma estrutura predominantemente laical, pois poderão pertencer ao movimento pessoas de diferentes idades e das mais diversas condições. O 4.º traço caracteriza-se por um itinerário de fé que leve os seus membros à “maturidade da fé que, por sua vez, se deve tornar mais consciente, pessoal e adulta, e à capacidade de se tornarem testemunhas de fé no seu ambiente familiar e profissional, bem como na vida pública”¹²⁴. Neste sentido, os estatutos do ICCRS apelam, de facto, a que o Renovamento fomente uma conversão pessoal, madura e contínua em Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador e a evangelização dos não batizados e de todos os católicos, assim como

¹²² A. CANAVARRO, *art. cit.*, 282.

¹²³ ICCRS, *Estatutos*, in http://www.rccdiocesisdeoakland.org/iccrs_pdf/ICCRS_Estatutos.pdf, acedido a 10-09-2014, às 09h00.

¹²⁴ A. CANAVARRO, *art. cit.*, 283.

também as culturas e as estruturas sociais¹²⁵. Por último, o reconhecimento da autoridade eclesiástica, que se deu em 14 de Setembro de 1993, quando foi outorgado à ICCRS personalidade jurídica *ad instar*, correspondendo a uma associação de fiéis.

Dado que estas características são, ainda, insuficientes para encontrar os princípios que nos ajudam a designar o Renovamento Carismático como “movimento na Igreja”, eis-nos chegados aos critérios essenciais de discernimento, intimamente ligados, de todas e de cada um dos movimentos ou associações de fiéis na Igreja presentes no n.º 30 da exortação apostólica pós-sinodal CL. Os critérios do enraizamento na fé da Igreja e da comunhão eclesial são essenciais. Deste modo, quem não compartilhar a fé apostólica não pode ter a pretensão de realizar atividade apostólica. Assim “como a fé é uma só para toda a Igreja e apenas ela produz a sua unidade, assim também é à fé apostólica está necessariamente vinculado o desejo de unidade, a vontade de estar na comunhão viva de toda a Igreja”¹²⁶. Uma vez ligados a um carisma, dom infundado pelo Espírito em vista ao serviço de todos, os movimentos não têm sentido senão na Igreja e para a Igreja, como meios e instrumentos para manifestar e promover o elemento essencial da comunhão, concretamente, com bispos, sucessores dos apóstolos, e com o Papa, sucessor de Pedro, a quem cabe a responsabilidade de integrar a Igreja local e Igreja universal, como único Povo de Deus.

Além disso, a vida apostólica não é um fim em si mesma, mas dá liberdade de servir, ou seja, apela à ação, nomeadamente, ao anúncio do Evangelho. Este terceiro critério, nunca se faz apenas com palavras, mas movido pelo amor, que constitui o coração, o centro de verdade e o centro operativo, aquele deve ser vivido de modo a tornar-se anúncio. “A conformidade e a cooperação na finalidade apostólica da Igreja” para além do anúncio do Evangelho é, também, a “santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências,

¹²⁵ Cf. ICCRS, *Preâmbulo dos Estatutos*, in http://www.rccdioecesisdeoakland.org/iccrs_pdf/ICCRS_Estatutos.pdf, acedido a 10-09-2014, às 09h00.

¹²⁶ Cf. J. RATZINGER, *op. cit.*, 56.

de modo a impregnar de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes” (CL 30).

Tudo isto pressupõe e requer um profundo e constante encontro com Cristo que, na maioria das vezes, dá-se graças ao grande entusiasmo que vêm do(s) carisma(s) originário(s).

“Tornar-se comunidade, construir-se como comunidade não exclui - antes exige - a dimensão da pessoa. Só quando a pessoa é atingida e marcada por Cristo na sua intimidade mais profunda é que se pode também tocar a intimamente dos outros, só então pode haver reconciliação no Espírito Santo, só então pode crescer uma verdadeira comunhão. É no âmbito desta estrutura cristológico-pneumatológica e existencial básica que podem ocorrer as mais diversas cambiantes e especificidades, nas quais incessantemente acontece a novidade do cristianismo e nas quais o Espírito renova incessantemente a juventude da Igreja”¹²⁷.

O primado reconhecido à vocação de cada cristão constitui outro critério. Ele manifesta-se “nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis” (LG 39) “como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade. Nesse sentido, toda e qualquer associação de fiéis é chamada a ser sempre e cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e estimulando” (CL 30) “uma unidade mais íntima entre a vida prática dos seus membros e a sua fé” (AA 19).

Por fim, os movimentos ou associações de fiéis devem empenhar-se, à luz da doutrina social da Igreja, na sociedade ao serviço da dignidade integral do homem, ou seja, “devem converter-se em correntes vivas de participação e solidariedade para estabelecer condições mais justas e fraternas no seio da sociedade” (CL 30).

Estes critérios devem compreender-se “sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja e, por conseguinte, não em contraste com a liberdade associativa” (CL 30). Quer isto dizer que, o Renovamento Carismático não deve sentir que se está a caracterizar, a “criteriar” e a institucionalizar o impulso renovador do Espírito Santo, mas a ajudar no

¹²⁷ *Ibidem*, 57.

exercício e na liberdade do movimento em garantir e manter a sua participação na missão da Igreja.

3.2 O Renovamento é um movimento eclesial, mas a efusão do Espírito é para todos

O objetivo deste ponto é refletir e compilar os dois pensamentos presentes no seio da Igreja quanto à natureza do Renovamento Carismático. Como vimos, nos primórdios, o Renovamento foi comparado à renovação litúrgica, concluindo-se que o Renovamento iria diluir-se numa Igreja renovada carismaticamente. Outros viam o Renovamento como um dos novos movimentos eclesiais dentro da comunhão da Igreja Universal.

Ambas as posições refletem verdades importantes, uma vez que o Renovamento é um movimento, de certa forma, organizado com as suas estruturas e padrões próprios de iniciação e formação. Ao mesmo tempo, “a efusão do Espírito é para todos os batizados, na medida em que é uma vivificação do Batismo sacramental e da Confirmação”¹²⁸.

Contudo, existe uma diferença de fundo neste movimento em relação aos restantes movimentos eclesiais e que pode estar também na base deste equívoco quanto à designação do Renovamento, uma vez que, este movimento

“não é uma entidade única com uma estrutura organizacional unificada, mas antes uma corrente de movimentos e grupos unidos pela experiência comum da efusão do Espírito Santo, incluindo grupos de oração, comunidades de aliança, escolas de evangelização, ministérios de cura e uma larga variedade de outros grupos e ministérios, alguns ecuménicos e outros apenas católicos”¹²⁹.

¹²⁸ SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *op. cit.*, 86.

¹²⁹ *Ibidem*, 105.

Do mesmo modo, “os carismas enquanto tais são para toda a Igreja, visto pertencerem ao ministério de Jesus e fazerem parte do que Ele deixou à Igreja através dos Doze”¹³⁰. Contudo, eles podem tomar contornos diferentes nas várias épocas e contextos e não se pode afirmar que “são para todos os cristãos, uma vez que são concedidos gratuitamente como o Espírito quer. Este último ponto também se aplica àqueles aspetos da espiritualidade do Renovamento Carismático que representam um modo específico de responder à graça da efusão do Espírito, mas que não pode ser considerado um modo único”¹³¹.

3.3 Como designar, então, este movimento?

Este movimento eclesial coloca, antes de mais, um problema terminológico, pois são vários os nomes que podemos atribuir a esta corrente de graça. Segundo vários teólogos, nomeadamente Heribert Mühler, afirmam que existe alguma dificuldade em atribuir uma terminologia que reflita os diferentes elementos da experiência renovadora do Pentecostes¹³².

No princípio, este movimento foi designado por diversas formas, nomeadamente, por “neo-pentecostalismo católico” ou de “movimento pentecostal católico” para evitar as devidas confusões com os movimentos pentecostais das igrejas protestantes. Contudo, estas designações foram colocadas de parte, porque, como já foi refletido, o Renovamento era tido, unicamente, como acontecimento religioso e não como um movimento.

Outra designação adotada foi a de “Renovamento”, a qual colocava, igualmente, um problema terminológico, porque sugere que se trata de uma iniciativa humana, de uma organização, pelo que tendia-se, nos inícios, a evitar utilizar este qualificativo de movimento.

Há quem adote, ainda, o “nome de Renovamento ou Renovação espiritual ou Renovamento no Espírito, ou Renovamento cristão no Espírito (...) Este tipo de designação

¹³⁰ *Ibidem*, 86.

¹³¹ *Ibidem*, 86.

¹³² Cf. D. S. BLAKEBROUGH, *La Renovación en el Espíritu Santo*, 511.

tem as suas vantagens e desvantagens. Acentua o facto de que toda a renovação procede do Espírito, mas deixa na penumbra o despertar dos carismas”¹³³.

O teólogo Yves Congar coloca em questão o título a usar sobre a “Renovação Carismática”, no seu segundo volume da coleção “Creio no Espírito Santo”. A expressão que utiliza para dar um título a usar é, na realidade, “carismática”. De resto, do termo “carisma” podemos retirar três extensões semânticas diferentes:

1. Partindo do termo *charisma*, utilizado na primeira carta de Pedro, e dezasseis vezes por São Paulo, este depende sempre da graça, *charis*.

“Portanto, o termo deve ser colocado em relação com *charis*, graça [...] Os carismas são dons ou talentos que os cristãos devem à graça de Deus, a qual visa à realização da salvação, e que eles são chamados a colocar ao serviço da construção do Corpo de Cristo (1Cor 12,7). Esses dons ou talentos são tanto de “Deus” ou do Senhor, quanto do Espírito (1Cor 12, 4-6)”¹³⁴.

2. Segundo a primeira carta aos Coríntios 12,7, “a cada um é dada a manifestação do espírito, para proveito comum”. Os carismas são entendidos como “manifestações sensíveis da presença do Espírito. Tal definição visa, na verdade, à Renovação dita carismática. De facto, o documento entregue aos jornalistas pelos responsáveis do congresso de Pentecostes de 1975 em Roma a caracterizava como um lugar onde se manifesta de forma visível, perceptível, a ação do Espírito Santo”¹³⁵.

3. Por fim, os carismas identificam-se com o falar em línguas, a profecia (*pneumatika* em 1 Cor 12,1 e 14,1) e as curas ou milagres, que são, de facto, as manifestações mais espetaculares dos dons, mas estes são especificidades e restrições daquilo que foi considerado anteriormente como carisma. “São Paulo não rejeita os *pneumatika*, mas estes só se tornam úteis para a construção interna da Igreja pelos *charismata*, dons feitos *kata tem*

¹³³ V. B. MATA, *op. cit.*, 56.

¹³⁴ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor que dá a vida*, 214.

¹³⁵ *Ibidem*, 214-215.

charin, segundo a graça salvífica, para a utilidade ou edificação da comunidade”¹³⁶. Neste sentido, deve acentuar-se a importância eclesiológica dos carismas, pois “é Deus que constrói (a) sua Igreja. Para tanto ele instituiu, através de Jesus Cristo, seu santo Servo, as estruturas dessa Igreja, mas não cessa de construí-la atualmente através dos dons (*charismata*), os serviços e ministérios (*diakoníai*), os diversos modos de ação (*energemata*), de que fala São Paulo em 1Cor 12, 4-6. E faz isso distribuindo talentos e dons a todos os fiéis”¹³⁷.

Neste sentido, a expressão “Renovação Carismática”, utilizada por Yves Congar, coloca algumas questões em aberto, as quais são, de certo modo, inconvenientes para designar verdadeiramente o movimento, porque se corre o risco de atribuir os carismas a um grupo particular e determinável de fiéis, causando a impressão de que a Renovação Carismática teria o monopólio de todos os carismas, contrariando o que foi definido no número 11 da LG, em que todos os fiéis são carismáticos, pois todos são chamados a exercer os seus dons para proveito comum.

Outra crítica que tem sido levantada está relacionada com a primazia que se dá, em certa medida, aos carismas menos habituais do Espírito Santo, mormente, a glossolalia (falar em línguas), a profecia e a cura, reduzindo os carismas a alguma manifestação extraordinária. Contrariamente, São Paulo fala dos diversos carismas, entre os quais os da exortação e da consolação (cf. Rm 12, 8), do serviço (cf. Rm 12, 7), do ensino (cf. Rm 12, 7; 1Cor 12, 28), da palavra de sabedoria e da ciência (cf. 1Cor 12, 8), da fé (cf. 1Cor 12, 9), do discernimento dos espíritos (cf. 1Cor 12,10), da assistência e do governo (cf. 1Cor 12, 28).

Estas duas objeções levam a que o título de “Renovação Carismática” seja rejeitado por muitos membros, uma vez que os termos que constituem a expressão são muito ambíguos, o que leva a que, por outro lado, se utilize, preferencialmente, a expressão “renovação espiritual” ou simplesmente “Renovamento”.

¹³⁶ *Ibidem*, 215.

¹³⁷ *Ibidem*, 215-216.

Em resumo, nenhuma expressão exprime adequadamente este novo impulso que o Espírito fez surgir na Igreja e “qualquer que seja a terminologia utilizada, convém vigiar para que ela não crie confusão quanto à natureza e às finalidades da realidade eclesial que designa”¹³⁸. Assim sendo, utilizaremos frequentemente a expressão “Renovamento Carismático” ou “Renovamento Carismático Católico”¹³⁹ para designar este movimento, não obstante, usaremos de alguma liberdade na expressão que, sendo variada, remete sempre para a mesma realidade.

4. A Experiência do Espírito Santo e os seus Frutos

No número 4 da LG pode ler-se que “o Espírito Santo conduz a Igreja ao conhecimento da verdade total, une-a na comunhão e no ministério, enriquece-a e dirige-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos, e embeleza-a com os seus frutos”. Esta afirmação também está presente, embora por outras palavras, no n.º 11 da mesma constituição, e ainda no n.º 3 do decreto AA e nos n.ºs. 4 e 23 do decreto *Ad Gentes*¹⁴⁰. O Concílio privilegia a dualidade de dons que vêm da mesma fonte e visam a mesma meta final sem nunca colocar em oposição a instituição ao carisma. “A saúde teológica vem aqui do alto, de uma visão trinitária de Deus e de sua ação (...) Não podemos separar a obra do Espírito Santo, que é o Senhor e dá a vida, da obra criadora do Pai e da obra realizada pelo Filho para nossa salvação”¹⁴¹.

¹³⁸ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 36.

¹³⁹ A Conferência Episcopal Portuguesa utiliza esta expressão nos estatutos da Conferência Nacional.

¹⁴⁰ A partir deste momento citaremos este documento conciliar pela sigla AG.

¹⁴¹ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 204.

Neste sentido, compreendemos o Renovamento Carismático enquanto obra do Espírito Santo, e “os que se abrem ao Renovamento, a vida nova em Cristo relaciona-se com a experiência espiritual chamada “batismo no Espírito Santo”, “derramamento do Espírito” ou “efusão do Espírito”¹⁴². Em Portugal, a expressão mais comum para descrever a experiência primordial do Espírito Santo é “efusão do Espírito Santo” de modo a não se correr o risco de ser entendida em conflito com o Sacramento do Batismo.

Por sua vez, a efusão do Espírito no Renovamento Carismático, apesar de já ter sido definida atrás, parece pertinente esclarecer novamente como ela é entendida no seio do movimento. Assim sendo, ela é

“como a renovação do nosso batismo sacramental, pelo qual fomos incorporados em Cristo e na sua Igreja, como uma nova efusão ou derramamento do Espírito Santo em nós, para que Se torne realidade na nossa vida tudo o que está implícito no batismo sacramental e possa desenvolver-se nela toda a Sua graça e toda a Sua vida, em ordem à nossa santificação e à edificação da Igreja. É disso que se trata: de uma renovação, ou talvez, de uma actualização do nosso batismo, do primeiro e último”¹⁴³.

Aos que se abrem à vida nova em Cristo e ao poder do Espírito, torna-os conscientes do “poder” que lhes é dado de proclamar o evangelho, de suscitar a fé nos outros e de estimular a fé para que ela se difunde e aumente, cumprindo o mandato solene de Cristo de fazer novos discípulos de todos os povos (cf. Mt 28, 19). Receber o Espírito obriga à mudança do coração e deixar-se conduzir pelo Espírito e conduzir os outros a reconhecerem que Jesus é o Senhor¹⁴⁴.

Desta experiência surgem, naturalmente, diversos frutos que se vão manifestando e florescendo na vida dos cristãos a ritmos diferentes para que sejam úteis à renovação e ao maior crescimento da Igreja. Os frutos, ao contrário dos carismas que são obra exclusiva do

¹⁴² P. J. CORDES, *op. cit.*, 29.

¹⁴³ V. B. MATA, *op. cit.*, 104.

¹⁴⁴ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 59.

Espírito, são “resultado de uma colaboração entre graça e liberdade. São os produtos que a terra da nossa liberdade produz, quando acolhe o orvalho do Espírito. São, pois, aquilo que hoje justamente entendemos por “virtude”, se a esta palavra dermos o sentido bíblico de um agir habitual “segundo Cristo”, ou “segundo o Espírito”¹⁴⁵. Eles são frutos “cristológicos, porque dizem intimamente respeito a Cristo. No evangelho de São João, encontramos duas passagens que o comprovam: “quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto” (15, 5) e ainda “nisto é meu Pai glorificado: em que deis muito fruto” (15, 8). Ter “os mesmos sentimentos que estavam em Cristo Jesus” (Fl 2, 5) e revestir-se de Cristo (cf. Rm 13, 14), em São Paulo, indica a mesma realidade quanto aos frutos do Espírito.

Importa agora ver quais os frutos que o Renovamento traz à Igreja e os domínios em que a experiência e a reflexão teológica que o Renovamento tem oferecido tanto à Igreja local como à Igreja Universal¹⁴⁶.

4.1 Cristocentrismo

Do que vem sendo exposto, conclui-se que a espiritualidade subjacente ao Renovamento é claramente orientada para Jesus e que é vivida à luz da relação íntima e pessoal que se estabelece com Ele¹⁴⁷.

Assim, cria-se uma relação de intimidade de pessoa para pessoa, em que Jesus toma a iniciativa de diálogo e interpelação. Mergulha-se no seu mistério da encarnação do Filho de Deus de modo a aceitá-lo como o Senhor e Salvador. Esta relação convida ao abandono e confiança total em Cristo. São Paulo diz aos Gálatas: “já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim. E a vida que agora tenho na carne, vivo-a na fé do Filho de Deus que me amou e a si mesmo se entregou por mim” (2, 20). É este o convite endereçado a todos os

¹⁴⁵ R. CANTALAMESSA, *Vem, Espírito Criador! Meditações sobre o Veni Creator*, 417.

¹⁴⁶ Cf. L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 59.

¹⁴⁷ Cf. L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 101.

cristãos, experimentado e alimentado na efusão do Espírito. A relação com Cristo é igualmente tomada na sua dimensão comunitária. “Ninguém vai sozinho a Deus; vai-se em comunidade, enquanto membro do Corpo de Cristo, do Povo de Deus”¹⁴⁸. É esta a razão para o desenvolvimento das comunidades nas suas diversas formas como grupos de oração, comunidades de vida e associações.

4.2 *Interesse renovado na oração*

Outro fruto da efusão do Espírito Santo é o interesse renovado na oração, chamada de oração carismática. Ela é ao mesmo tempo pessoal e compartilhada no louvor e na intercessão da comunidade, e tenta ser contemplação e também fonte de evangelização. O poder do Espírito não produz, somente, uma tomada de consciência da presença de Jesus, mas também gera fome pela oração e da Palavra de Deus¹⁴⁹. O sentido da presença de Deus, que resulta da oração, abre à relação pessoal com Deus e ancoradas a uma nova profundidade.

O interesse renovado pela oração vem do amor de Deus e do encontro com Jesus como Senhor e Salvador. Por sua vez, aquela torna-se fonte da vida espiritual que jorra do coração, “o fruto dos lábios que confessam” (Heb 13, 15) o nome e a obra de Deus e que procuram dar graças a Deus sem cessar pela graça de Deus que foi concedida em Cristo Jesus (Cf. 1 Cor 1, 4).

No Renovamento, é valorizada a oração de louvor. Esta particularidade advém da gratidão que os seus membros expressam de modo a louvar a experiência do amor de Deus e do encontro com Jesus na efusão do Espírito. “Deus suscita no homem o desejo de louvá-l’O

¹⁴⁸ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 59.

¹⁴⁹ Cf. *Ibidem*, 60.

e impele-o a isso sem cessar (...). Santo Agostinho expressou-o com estas palavras: “a grande obra dos homens é louvar a Deus”¹⁵⁰.

As orações do Renovamento são extra-sacramentais e desenvolvem-se sem que haja alguém a presidir e sem a intervenção de um ministro ordenado¹⁵¹, como nota Yves Congar. Este fruto do Espírito Santo não necessita de uma mediação da Igreja enquanto instituição a não ser a comunidade de irmãs e irmãos, sob a conduta do Espírito. Isto não quer dizer que na oração não esteja algum ministro ordenado, antes o que se quer reforçar é que as orações dos membros são espontâneas e estão sob a “liderança” e presença do Espírito Santo. “Esta atitude de oração no Espírito Santo inclui a disposição de atenção ao Espírito. Todas as formas de oração – das mais litúrgicas às mais privadas – encontram renovação quando são vistas e experimentadas como dom de Deus”¹⁵².

Na oração carismática é ainda dado especial destaque à leitura da Sagrada Escritura, que desempenha uma função importante tanto na oração como na vida pessoal e coletiva¹⁵³.

Na oração procura-se, também, privilegiar os comportamentos corporais – elevando as mãos ou de as unir em sinal de comunhão, fechando os olhos, batendo palmas, dando gritos e fazendo ruídos e ainda dançando. Enfim, estas expressões têm o intuito de dirigir todo o corpo para Deus. Trata-se de cânticos fortemente ritmados. Já a imposição das mãos provém do carácter espontâneo da oração, como manifestação da força do Espírito e como demonstração da alegria que transborda pelo louvor a Deus e que nem sempre as palavras conseguem expressar. Estes comportamentos ajudam, igualmente, a que as pessoas que rezam saiam do individualismo, das inibições e do rubricismo que pautava outras orações.

Por fim, é necessário perceber que a oração carismática pode causar comportamentos desviantes, com o pretexto de criatividade e liberdade religiosa, e que podem não estar em

¹⁵⁰ V. B. MATA, *op. cit.*, 135.

¹⁵¹ Cf. Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 205.

¹⁵² P. J. CORDES, *op. cit.*, 42.

¹⁵³ Cf. L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 103.

conformidade com a tradição e a experiência da Igreja. “Sem sufocar o Espírito nem restringir a legítima espontaneidade, os que têm responsabilidade pastoral devem ajudar a assegurar que a oração permaneça autêntica, o que torna indispensável que eles próprios sejam homens e mulheres de oração, solidamente enraizados na herança espiritual rica e variada da Igreja”¹⁵⁴.

4.3 A redescoberta das Escrituras

Este e os frutos do Espírito que a seguir abordaremos comungam da atitude que a primeira comunidade vivia, nomeadamente, a assiduidade “ao ensino dos apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações” (Act 2, 42). Só aderindo a este modo de vida é que a efusão do Espírito se pode prolongar na vida de quem a recebe e crescer espiritualmente. “Tal como na Igreja Primitiva, estas práticas incluem estudo, serviço, sacramentos e oração”¹⁵⁵.

A leitura da Sagrada Escritura, sob a forma de *lectio divina*, tanto pessoal como comunitariamente, é uma tarefa imprescindível para quem abraça a efusão do Espírito. Pertencer ao Renovamento, e mais concretamente ser cristão, significa seguir Jesus Cristo, mas não pode ser esquecido o compromisso que esse *sim* implica, pois ele consiste em abandonar-se à Palavra de Deus contida na Sagrada Escritura e apoiar-se nela. Contudo, implica também conhecer mais profundamente o sentido dessa Palavra¹⁵⁶.

O Espírito impele à meditação da Palavra de Deus, já não com o intuito de tentar encontrar a solução para os problemas da vida, como é, em parte, realizado nas comunidades protestantes pentecostais, mas ser um meio para o encontro com Aquele que nos fala e se torna presente para no coração do cristão. O desejo é de que a Sagrada Escritura se converta numa fonte de água viva. Por sua vez, é pedido que a meditação dos textos chegue ao bom entendimento à luz da Tradição da Igreja e com recetividade ao ensino do Magistério, porque

¹⁵⁴ P. J. CORDES, *op. cit.*, 42.

¹⁵⁵ SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *op. cit.*, 96.

¹⁵⁶ Cf. P. J. CORDES, *op. cit.*, 39.

o recurso à Sagrada Escritura não pode ser deixado à interpretação pessoal nem à leitura parcial ou seletiva dos textos sagrados¹⁵⁷.

4.4 Apreço pelos Sacramentos

O Catecismo da Igreja Católica apresenta no n.º 739 que é pelos sacramentos da Igreja que Cristo comunica, aos membros do seu Corpo, o seu Espírito Santo santificador. Apela, também, a que os todos cristãos participem, regularmente e sem constrangimento, nos sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia, “fonte e centro de toda a vida cristã” (*Catecismo da Igreja Católica*, 1324), de modo a continuarem a alimentar a sua vida espiritual. É, contudo, outro fruto da presença do Espírito Santo nos que fizeram a experiência da efusão do Espírito Santo e que, por sua vez, é confirmado por Yves Congar, pois “longe de desprezar os sacramentos, os fiéis da Renovação se aproximam do sacramento da penitência, frequentam a Eucaristia...”¹⁵⁸.

A efusão do Espírito Santo, para além de animar os membros do Renovamento Carismático à constante prática sacramental, leva a que estes redescubram a importância, a beleza e o gosto especial pelos sacramentos.

Vicente Mata afirma que os “inquiridos que se têm realizado mostram que a maioria absoluta dos que participam nos grupos do Renovamento assistem à missa todos os domingos e muitos deles todos os dias (...) também o sacramento da penitência foi reavivado e recuperou o seu pleno sentido de reconciliação com o Senhor”¹⁵⁹.

Por fim, os sacramentos, em especial o da Eucaristia, assumem contornos fundamentais no projeto evangelizador da Igreja. Nesta medida, existe uma ligação inquebrável entre a evangelização e a Eucaristia em particular. “De facto, na Sagrada

¹⁵⁷ Cf. P. J. CORDES, *op. cit.*, 39.

¹⁵⁸ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 204.

¹⁵⁹ V. B. MATA, *op. cit.*, 143.

Eucaristia está contido todo o bem espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa e Pão vivo, o Qual, mediante a Sua carne vivificada e vivificante pelo Espírito Santo, dá a vida aos homens ... Por isso, a Eucaristia aparece como fonte e ponto culminante de toda a evangelização” (*Presbyterorum Ordinis*, 5).

4.5 A evangelização

Jesus desafia todos os cristãos a darem de graça aquilo que receberam de graça (Cf. Mt 10, 8b) e, ainda, apela a todos para fazerem discípulos de todos os povos e ensinarem a cumprir tudo quanto Ele mandou (Cf. Mt 28, 19). Mais tarde, São Paulo afirmou “Ai de mim se não evangelizar” (1 Cor 9, 21). Destas três grandes expressões bíblicas percebe-se que evangelizar é uma ordem e um mandato deixado por Jesus e não algo facultativo ou que está ao alcance da mera vontade dos cristãos.

Por sua vez, o Vaticano II lembra que a “atividade missionária dimana intimamente da própria natureza da Igreja ... cuja santidade testemunha, difunde e promove” (AG 6). Pela plenitude da sua humanidade transformada em Jesus Cristo, os santos são testemunhas vivas do Reino para o qual somos fortemente atraídos (Cf. LG 50). Na exortação Apostólica CL, no número 17, é dito que a santidade da Igreja é fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário. Ora, o verdadeiro objetivo de Cristo e da Igreja é a proclamação do Evangelho para que todo o ser humano possa tornar-se uma oferenda que, santificada pelo Espírito Santo, seja agradável a Deus (Cf. Rm 15, 16). Ora, o chamamento à santidade está intimamente relacionado com a missão de evangelizar. “Este chamamento à santidade e à evangelização, como fruto de um novo Pentecostes na Igreja, deve ser visto no contexto da redescoberta do papel dos leigos pelo Concílio”¹⁶⁰. Pode, ainda, ler-se na Exortação do Papa João Paulo II, CL, no mesmo número 17, que “a vocação à

¹⁶⁰ P. J. CORDES, *op. cit.*, 60.

santidade está intimamente ligada à missão e à responsabilidade confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo”. A evangelização não consiste só em anunciar o Evangelho e chamar à fé, significa também “levar a Boa Nova a toda a humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: “Eis que faço de novo todas as coisas (Ap 21, 5)” (EN 18).

Partindo destes elementos, receber o Espírito Santo e, inerentemente, os seus frutos é um dom divino, que atinge a sua plenitude quando são colocados ao serviço do outro. “O amor de Deus permanece vivo numa pessoa apenas na medida em que for oferecido (...) Deus deu a cada pessoa uma missão, um papel único e indispensável a desempenhar na missão do Corpo de Cristo. Os cristãos são chamados a deixar a “sala de cima” e ir pelo mundo, levando a boa nova”¹⁶¹.

Por sua vez, a efusão do Espírito acarreta, “com frequência, um novo dinamismo e criatividade na realização desta tarefa, à medida que as pessoas tomam consciência de que foram dotadas e chamadas a serem arautos do Evangelho”¹⁶².

Deste modo, a missão confiada a cada cristão inclui colocar-se a si próprio e os seus dons, humildemente, ao serviço do outro enquanto imagem e semelhança de Deus (Cf. Gn 1, 26). Esta atitude missionária significa, nos nossos tempos, estar atento às necessidades dos outros, principalmente dos pobres, tanto do ponto de vista material como espiritual, e pôr em prática as obras de misericórdia corporais e espirituais. Significa, também, testemunhar os valores do Evangelho com palavras e obras, ser testemunha de Jesus Cristo mediante a vida do dia-a-dia e as obras de fé às quais cada um foi chamando, e trabalhar pela paz e justiça na sociedade¹⁶³.

¹⁶¹ SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *op. cit.*, 97-98.

¹⁶² *Ibidem*, 98.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, 98.

Finalmente, a evangelização só é autêntica se se basear no testemunho da Igreja. Só em comunhão com a Igreja há verdadeiro anúncio, pois é por intermédio da Igreja e em comunhão com ela que o Espírito Santo dá testemunho de Cristo. Santo Ireneu afirmou, no século II, que “onde está a Igreja, aí está o Espírito de Deus e onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça”¹⁶⁴.

No Renovamento, uma vez mais, esta questão pode trazer algum perigo, porque os seus membros podem incumbir-se de anunciar o Evangelho por si mesmos sem qualquer enraizamento e comunhão com a Igreja. Contrariamente, “os cristãos católicos descobrem que os seus esforços para evangelizar produzem frutos profundos e duradouros na medida em que estes esforços estão enraizados na Igreja”¹⁶⁵.

4.6 Compromisso com a sociedade e a economia

Este fruto do Espírito vem no seguimento dos restantes frutos como consequência dos mesmos. Este fruto do Espírito sempre esteve presente no Cristianismo. Atentemos no comportamento da primeira comunidade quanto a este dinamismo cristão: “todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos de acordo com as necessidades de cada um” (Act 2, 44-45).

Neste sentido, existe uma relação muito estreita entre a experiência espiritual e o compromisso social no seio do Renovamento Carismático como atestam os inquéritos realizados nos Estados Unidos. Eles mostram, em concreto, que os membros do Renovamento Carismático estão mais comprometidos politicamente no sentido da justiça do que os restantes católicos¹⁶⁶. Assim, também no México e noutros lugares da América Latina registou-se que

¹⁶⁴ IRENEU DE LIÃO, *Adv. Haer.* III, 24, 1, (S. Chr. 34, pp. 399s). APUD Y. CONGAR, *Revelação e experiência do Espírito*, 198.

¹⁶⁵ P. J. CORDES, *op. cit.*, 62.

¹⁶⁶ Cf. V. B. Mata, *op. cit.*, 147.

os cristãos se comprometeram na luta contra a opressão económica e política porque encontraram no Renovamento motivações para o seu compromisso social.

A vida económica e social foram dois dos muitos debatidos e trabalhados no Concílio Vaticano II, nomeadamente na Constituição Pastoral sobre “A Igreja e o mundo contemporâneo” (GS), onde é manifestada a ação do Espírito Santo que convida a Igreja a unir-se intimamente com toda a família humana e promover a justiça e a paz entre todos os homens¹⁶⁷.

O Renovamento não pode ser considerado como uma organização de estratégia social, económica e política cristã. Porém, tal como aconteceu no Pentecostes, o Renovamento é um acontecimento com uma dimensão pública e comunitária. Então, o Renovamento não somente ajuda a “elevar os olhos para Deus a fim de O contemplar, é também olhar para a terra, mas com o olhar de Cristo”¹⁶⁸.

A oração carismática dá um frequente impulso para a ação e não cessa de recordar que a abolição da injustiça e da guerra advém da “conversão incessante do coração (*metanoia*) que só se pode esperar da ação do Espírito Santo e do acolhimento do Evangelho”¹⁶⁹.

Posto isto, existe o perigo do *angelicanismo*, ou seja, de as pessoas não se sentirem impelidas a envolverem-se no mundo, virando-se somente sobre si mesmas, sobre Deus e sobre o grupo de oração.

4.7 *Carismas: dons para o crescimento da Igreja*

Centremos, agora, a reflexão num aprofundamento mais alargado na temática dos carismas, dada a importância que a mesma tem tanto na noção de Igreja. Note-se que esta

¹⁶⁷ Cf. L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 42-43.

¹⁶⁸ L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 110.

¹⁶⁹ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 44.

noção era centrada no dualismo hierarquia-laicado e deu lugar ao binómio comunidade – carisma e ministérios que, enquanto valoriza a unidade batismal, eucarística, pneumatológica de todo o povo de Deus, revela a variedade carismática e ministerial no interior da Igreja, já explanado no primeiro capítulo, como fruto do Pentecostes. Pois bem, a efusão do Espírito traz consigo o derramamento de dons e graças especiais aos fiéis de todas as classes e que aparecem no Renovamento Carismático com nova abundância e a todos os níveis, embora estes carismas tenham estado sempre na vida da Igreja¹⁷⁰.

O Concílio Vaticano II reconheceu a importância e a necessidade dos carismas para a vida da Igreja, pois “devem aceitar-se estes carismas com ação de graças e consolação, pois todos, desde os mais extraordinários aos mais simples e comuns, são perfeitamente acomodados e uteis às necessidades da Igreja” (LG 12).

O carisma significa concretamente Dom gratuito. São Paulo designa os carismas também por “serviços” ou “modos de agir” (Cf. 1 Cor 12, 4-6). “O Espírito Santo “aparece” nos Dons do Espírito Santo de forma palpável, sensivelmente experimentável, tal como o Filho de Deus se manifestou no homem Jesus de Nazaré”¹⁷¹. Por sua vez, a palavra Dom significa que Deus não rompe com a liberdade do ser humano para o obrigar aos seus Dons gratuitos e tem, também a liberdade de não os usar. O carisma “é uma capacidade e um talento que nos é dado desde o nascimento, na medida em que é purificado, sustentado e posto pelo Espírito Santo ao serviço da edificação da Igreja e da sociedade”¹⁷². Esta questão acarreta o perigo de o homem pensar que os Dons do Espírito Santo são dados para a sua salvação pessoal. Porém São Paulo e o Concílio Vaticano II, posteriormente, vão no sentido em que eles tem de ser colocados de modo a servir à salvação e à cura dos outros, ou seja, “para o proveito comum” (1 Cor 12, 7) e ordenam-se para os outros. Nesta linha, Hans Kung definiu

¹⁷⁰ Cf. SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *op. cit.*, 25.

¹⁷¹ H. MUHLEN, *Experiência fundamental do cristianismo*, 126.

¹⁷² *Ibidem*, 126.

os carismas como “o chamamento que Deus dirige a cada um para determinado serviço na comunidade, tornando-o apto para esse mesmo serviço”¹⁷³. Por sua vez, o “carisma consiste no chamamento concreto recebido através do evento salvífico, exercido na comunidade, constituindo esta comunidade, construindo-a permanentemente e servindo os homens no amor”¹⁷⁴.

A Constituição dogmática, por sua vez, postula a existência de dons mais extraordinários e dons mais simples e comuns. Com efeito, esta classificação em grau não pode ser entendida como se um carisma fosse mais importante que o outro, pois todos contribuem para a edificação da Igreja, uma vez que “não pode o olho dizer à mão: “não tenho necessidade de ti”, nem tão pouco a cabeça dizer aos pés: “não tenho necessidade de vós” (1 Cor 12, 21). Neste sentido, São Paulo recorre à imagem de corpo para explicar a classificação em grau dos carismas, pois a Igreja é um corpo com muitos membros, todos insuflados pelo mesmo Espírito e cada qual com a sua função, “como num só corpo, temos muitos membros, mas os membros não têm a mesma função, assim acontece connosco: os muitos que somos formamos um só corpo em Cristo, mas, individualmente, somos membros que pertencem uns aos outros” (Rm 12, 4-5).

O Espírito Santo é o princípio vital do Corpo de Cristo e guia a Igreja através do curso da história, nunca fazendo distinções e dando, continuamente, novos dons para fazer frente às novas necessidades da Igreja em cada época, sempre com a máxima liberdade, como Senhor dos dons¹⁷⁵.

Outra particularidade anexa aos carismas é que a gratuidade de Deus não deriva similarmente do mérito ou da santidade da pessoa. “Os carismas são uma espécie de sobreabundância da graça que Deus quer fazer aos seres humanos cooperadores do seu

¹⁷³ H. KÜNG, *A estrutura carismática*, 44. APUD L. BOFF, *Igreja, Carisma e vocação. Teologia da Libertação*, 222.

¹⁷⁴ L. BOFF, *op. cit.*, 222-223.

¹⁷⁵ Cf. D. S. BLAKEBROUGH, *op. cit.*, 573.

desígnio salvífico. O carisma é, portanto, uma manifestação do Espírito Santo. Por meio dos carismas, o Espírito manifesta, por sua vez, um dom de graça e se manifesta a si mesmo, tornando-se, de algum modo, visível”¹⁷⁶.

Outro aspeto importante é que ninguém carece de carismas, uma vez que quando as pessoas são incorporadas na Igreja recebem os dons e as graças que capacitam e permitem ser um membro efetivo do corpo de Cristo ajudando a construir a comunidade. “Por esta razão se recebe a graça santificante, as virtudes infusas e um ou mais carismas (...) no entanto, os carismas (são) ... a vida no Espírito Santo, a vida da comunidade”¹⁷⁷. O decreto conciliar sobre o apostolado dos leigos caminha também neste sentido pois afirma que o Espírito Santo “concede também aos fiéis dons especiais (...) para a edificação de todo o corpo na caridade (cf. Ef 4, 16) É da aceitação destes carismas, mesmos os mais simples, que procede para cada um dos crentes o direito e o dever de os exercer tanto na Igreja como no mundo para o bem dos homens e edificação da Igreja. Saliente-se que este exercício deve fazer-se na liberdade do Espírito Santo que sopra onde quer (Jo 3, 8), e em comunhão com os irmãos em Cristo, especialmente com os pastores” (AA 3).

Por sua vez, aos pastores ou ministérios ordenados compete julgar a autenticidade e reto exercício e “não deve ser um obstáculo para a variedade dos carismas. Pelo contrário, tem de ter vontade em ajudar sempre a comunidade a descobrir os dons derramados pelo Espírito Santo sobre ela”¹⁷⁸.

Dentro desta temática é preciso salientar que, para além do necessário discernimento e orientação pastoral próprio do ministério hierárquico, tanto este ministério

“como o exercício dos diversos carismas são componentes necessários para o crescimento na santidade e no testemunho apostólico do povo de Deus. São ministérios distintos, mas

¹⁷⁶ *Ibidem*, 552.

¹⁷⁷ *Ibidem*, 574.

¹⁷⁸ J. RIGAL, *op. cit.*, 180-181.

também complementares, que surgem do chamamento e da unção do Espírito Santo. Os carismas trazem ao ministério da Igreja a revelação de uma graça às vezes oculta, latente no povo de Deus, que toca os corações, cura as almas e os corpos, e ilumina as mentes, para que o anúncio do Evangelho não seja “somente com palavras, mas também com poder, com o Espírito Santo e com convicção (1 Ts 1,5)”¹⁷⁹.

Desta dinâmica espiritual nasce “não uma nova Igreja carismática mas, uma Igreja carismaticamente renovada! Por isso a Renovação Carismática se compreende a si mesma como um movimento não fechado em si mesmo, com a sua mentalidade particular, seu ritual, seus próprios modelos de comportamento, etc., mas como um serviço aos serviços adormecidos”¹⁸⁰.

O Cardeal Suenens refere que a renovação “é percebida como uma libertação das potencialidades latentes do Espírito que quer levar cada um à plena realização da sua vocação, religiosa ou leiga, como uma nova tomada de consciência, mais profunda, da nossa verdadeira identidade cristã, que só a fé nos pode revelar, e que vivifica até esta fé dando-lhe um realismo novo e um impulso missionário”¹⁸¹.

O Renovamento Carismático quer ser a cada dia uma escola, pessoal e coletiva, na qual o poder renovador do Espírito se torna eficaz no chamamento e preparação das vocações. Nele estão a ser despertados, por meio do Espírito Santo, os carismas que São Paulo fala nas suas Cartas. O despertar dos carismas para a vida da comunidade é uma das contribuições mais belas para a Igreja dos nossos dias assim pedia o Papa Paulo VI, em 20 de outubro de 1974: “queira Deus que o Senhor envie uma chuva de carismas para fazer fecunda, formosa e maravilhosa a Igreja e, inclusivamente, capaz de chamar a atenção e de deslumbrar o mundo

¹⁷⁹ P. J. CORDES, *op. cit.*, 67.

¹⁸⁰ H. MUHLEN, *Espiritu, Carisma, Liberacion*, 253.

¹⁸¹ L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 88.

profano, o mundo laicizante”¹⁸². De facto, muitos cristãos tem sido agraciados com diversos carismas, como um fruto precioso da efusão do espírito¹⁸³.

Em conclusão, Vicente Borragán Mata diz que os carismas “estão aí, são visíveis nos grupos do Renovamento, estão a abrir o coração de tantos fiéis ao serviço e ao amor, à evangelização e ao testemunho, ao compromisso com a Igreja nas paróquias e em todas as instituições onde se promove a expansão do reino, até ao impossível, até à utopia do reino de Deus neste mundo e para estes homens”¹⁸⁴.

Também neste ponto existem perigos levados em consideração pelos membros teólogos do Renovamento, nomeadamente, no exagero dado ao “carácter sobrenatural e miraculoso dos carismas, como se cada manifestação do Espírito raiasse o milagre (...). Por outro lado, todos são unânimes em prevenir contra uma conceção dos dons que os reduziria a não ser mais do que simples expressões de estados psicológicos, ou a não preencher mais do que algumas funções puramente sociológicas”¹⁸⁵. Os carismas são um dom e uma manifestação do Espírito e nunca propriedade de ninguém, ainda que estejam em relação com as capacidades da natureza humana.

¹⁸² PAULO VI, *Discurso à Pontifícia Universidade Urbaniana de “Propaganda Fide”, 20 de outubro de 1974*, http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1974/documents/hf_p-vi_spe_19741020_propaganda-fide.html, acedido a 18-11-2014, às 15h00.

¹⁸³ Cf. V. B. MATA, *op. cit.*, 151.

¹⁸⁴ *Ibidem*, 151.

¹⁸⁵ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 51.

5. Perigos e Críticas ao Renovamento

Apesar de muitos bispos e papas considerarem que a Renovação é uma graça que Deus fez ao nosso tempo¹⁸⁶, este movimento suscita algumas interrogações, já mencionadas ao longo da exposição realizada até ao momento. Contudo, outros perigos assolam o Renovamento e “aqui e ali” são compactuados. Segundo Congar, alguns teólogos “vêm nele um empreendimento demoníaco. Bispos, (e) teólogos denunciaram riscos de tão graves desvios”¹⁸⁷. Porém, os perigos que podem ser apontados ao Renovamento não podem ser generalizados, pois é quase impossível analisar este movimento difundido em tantos países e com contornos e configurações tão diferentes de país para país.

Assim sendo, passaremos a enunciar os perigos que resultaram em reservas que o Renovamento tem colocado à ortodoxia eclesial. Nos quase cinquenta anos de existência do Renovamento Carismático houve um crescimento abrupto em maturidade e sabedoria, segundo a Comissão doutrinária dos Serviços Internacionais do Renovamento Carismático Católico, mas os perigos e críticas deverão estar sempre presentes na consciência de todos os fiéis que façam ou não parte deste movimento.

5.1 Importado do Protestantismo

O Renovamento tem, de facto, as suas raízes no protestantismo, para além de, cronologicamente, ser posterior à renovação protestante. Não obstante, o seu fundamento é o da tradição católica e “encontra-se efetivamente no testemunho do Novo testamento e na vida da Igreja primitiva. É, portanto, um fundamento possuído em comum com os católicos”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Cf. Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida.*, 212.

¹⁸⁷ *Ibidem*, 196.

¹⁸⁸ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 45.

Pode-se dizer, ainda, que o Renovamento não é algo que os católicos tenham copiado ou imitado dos protestantes, porque o verdadeiro criador deste movimento de renovação eclesial é o Espírito Santo. Assim, ninguém pode reclamar ou assumir a responsabilidade de ter sido o fundador/ iniciador do Renovamento.

5.2 *Fundamentalismo*

Um dos frutos mais marcantes do Espírito Santo é o profundo amor pela Sagrada Escritura. No entanto, Congar concluiu que, com frequência, e a respeito da Renovação, há uma tendência fundamentalista, que “consiste em tomar o texto ao pé da letra, sem levar em consideração nem o contexto histórico nem a crítica saída nem a relação com outras passagens e com a Escritura no seu conjunto, aplicando imediatamente o versículo à situação presente”¹⁸⁹. Esta forma de abordar a Sagrada Escritura leva, por vezes, a um certo anti-intelectualismo, que reduz a quase a zero o papel da razão e, mais particularmente, a reflexão necessária para compreender a Bíblia.

Por sua vez, o professor de Sociologia e Filosofia da Religião Tomás Halík tece, sobre esta matéria, duras críticas ao Renovamento, ainda que indiretas. Baseando-se na passagem bíblica de Lucas 17,6 “se tivésseis fé como um grão de mostarda, diríeis a essa amoreira: “arranca-te daí e planta-te no mar”, e ela havia de obedecer-vos”, ele afirma que uma interpretação errônea desta passagem, mas frequente, feita pelos “grupos de cristãos que prometem “dons excepcionais do Espírito Santo” (e que) são extremamente populares”¹⁹⁰ é que Jesus estava a prometer a todos os crentes inabaláveis que seriam da realizar obras grandes e admiráveis. Consequentemente, Halík faz duas perguntas pertinentes, colocando em questão o fundamentalismo para que o Renovamento pode resvalar:

¹⁸⁹ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 222.

¹⁹⁰ T. HALÍK, *A noite do confessor*, 50.

“quem, sobretudo dentre os rejeitados e mais complexados, não se sentiria tentado a satisfazer o seu narcisismo, megalomania, complexo messiânico, fome de admiração, sentimento de ter sido escolhido, etc.? Quem não gostaria de aparecer em estádios, diante de multidões fascinadas, a expulsar demónios, a curar várias doenças das pessoas através da oração e da imposição das mãos, e a oferecer aos toxicodependentes ou aos doentes mentais uma rápida alternativa a vários anos de tratamento – e ao mesmo tempo sentindo que «não o faz pelo seu próprio mérito», que está apenas a prestar um serviço sagrado e desinteressado aos outros?”¹⁹¹.

Esta é uma entre outras formas de interpretação fundamentalista das palavras de Jesus, mas tudo isto, remata Halík, “é apenas uma etapa passageira, “um distúrbio infantil”¹⁹².

O perigo de fundamentalismo ou de interpretação literal da Bíblia pode ser real, mas torna-se previsível, uma vez que a grande maioria dos cristãos não tem formação específica em Sagrada Escritura e, de modo algum, o Renovamento tem a ideia de favorecer o fundamentalismo. Além do mais, os grupos de oração incluem nas suas fileiras, em muitos casos, sacerdotes e leigos competentes em matéria bíblica. Apesar disto, “deveria fazer-se o esforço, tanto na Igreja como nos grupos do Renovamento, para orientar perfeitamente os fiéis na direção que aponta a palavra de Deus”¹⁹³.

5.3 *Elitismo/egocentrismo*

O Renovamento é acusado de criar, por vezes, um Cristianismo de elite ou, melhor dizendo, uma espécie de super-cristãos marcados com um selo especial do Espírito. O elitismo, ou um devocionismo próprio e fechado em si mesmo, é uma tentação normal tanto nos movimentos de renovação, como em qualquer outro movimento.

Este sentimento elitista é resultante das experiências espirituais que o Renovamento proporciona aos cristãos ou do exercício de um ou outro carisma, que, por sua vez, leva a que

¹⁹¹ *Ibidem*, 50-51.

¹⁹² *Ibidem*, 51.

¹⁹³ V. B. MATA, *op. cit.*, 214.

estes olhem de cima para os outros, considerando-se mais próximos da santidade do qualquer outro cristão.

Sobre este perigo, o Renovamento alerta que ter uma consciência mais viva da presença do Espírito Santo ou ser abençoado com um dom espiritual não constitui, de modo algum, uma prova de maturidade espiritual nem aproxima, automaticamente, os cristãos de uma maior santidade.

Na verdade, o Renovamento afirma-se como um grupo aberto onde ninguém se julga superior aos que não participam nos grupos de oração e onde, como já foi afirmado, o Espírito “é dado a todos por ocasião do batismo; e que cada Igreja local, assim como a Igreja universal, deve estar aberta ao leque completo dos dons do Espírito”¹⁹⁴.

A postura elitista traz consigo o sentimento egocêntrico. Ora, se as pessoas se reúnem só com o intuito de produzirem, manterem ou perpetuarem um sentimento de satisfação pessoal, rapidamente esse grupo se transformará num gueto. “Tais grupos formam assim círculos fechados, proporcionando umas horas de escape da realidade, em lugar de ser – como deveriam – plataforma, trampolim de lançamento para submergir no mundo”¹⁹⁵. Contudo, o Renovamento chama a, ativamente, cada um tomar parte no compromisso da Igreja com o mundo, cooperando na missão eclesial e com a força do Espírito Santo na libertação e integral desenvolvimento do mundo.

5.4 *Sentimentalismo/emocionalismo*

Este é o perigo que colhe mais críticas por parte de teólogos de vários quadrantes. Restringiremos a nossa reflexão às críticas de Yves Congar, Maria Clara Bingemer e Tomás Halík, para além do constante nas obras que se debruçam exclusivamente sobre o movimento.

¹⁹⁴ L.-J. SUENENS (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, 39.

¹⁹⁵ D. S. BLAKEBROUGH, *op. cit.*, 139.

O sentimentalismo ou emocionalismo, como alguns autores afirmam, é a tentação de colocar o sentimento/emoção no lugar da fé enraizada no amor à Santíssima Trindade e à Igreja, ou seja, viver-se de emoções e não de fé, de sentimentos e não de uma adesão viva a Jesus Cristo¹⁹⁶.

Yves Congar afirma que este “perigo existe sempre que a experiência do Espírito é procurada psiquicamente com avidez muito humana e, portanto, “carnalmente”... Isso ainda pode acontecer – seja porque este ou aquele está com esperança de ver ou de viver algo de sensacional, raro ... seja porque a reunião é dirigida com cantos demasiadamente sentimentais, entusiásticos, repetidos até condicionar – de uma maneira que se espere que isso se produza, que se fale em línguas, que se profetize”¹⁹⁷.

Maria Clara Bingemer postula, inicialmente, que o aparecimento dos movimentos cristãos carismáticos se deu como reação das Igrejas históricas aos fenômenos que afetam o mundo de hoje, nomeadamente, “o êxodo massivo de fiéis, perda e decréscimo dramático de vocações sacerdotais e religiosas, obscurecimento do sagrado e do religioso como diretriz orientadora da sociedade e da vida humana, de reconfiguração do mapa eclesial das diversas Igrejas históricas, das transformações trazidas pelo ecumenismo e pelo diálogo inter-religioso”¹⁹⁸. Ora, esta reação permitiu ao movimento ganhar um grande número de adeptos, captando-os das Igrejas históricas (cristã e protestante) para esse novo tipo de aglutinação eclesial de pensamento pentecostal¹⁹⁹.

Este sucesso deve-se, segundo a autora, ao facto de os movimentos carismáticos darem “rédea solta à efetividade e à expressão pública dos sentimentos. As suas assembleias

¹⁹⁶ Cf. V. B. MATA, *op. cit.*, 207.

¹⁹⁷ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 223.

¹⁹⁸ M. C. BINGEMER, *op. cit.*, 15.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, 16.

valorizam o louvor comunitário realizado ruidosamente, a ponto de se transformar numa catarse coletiva”²⁰⁰.

A crítica que desvela contra o Renascimento Carismático conhece novos contornos que vão além do perigo do sentimentalismo, mas que explanaremos neste ponto, já que autora considera que os problemas em torno do Renascimento Carismático resultam uns dos outros. Diz ela que esta corrente espiritual trouxe “consigo o risco de alienação e ausência de impacto da fé e da espiritualidade na transformação da realidade”²⁰¹ em vista à harmonia coletiva, uma vez que só privilegia a experiência pneumatológica, com ausência de um objeto real e concreto.

Bingemer refere ainda a dimensão de espetáculo que assumem as celebrações carismáticas e que contribui para a crescente alienação dos seus membros, enumerando os diversos autores que criticam esta dimensão. Aponta, também que a oferta carismática leva a uma certa *destraditionalização* e “traz consigo uma certa banalização da proposta cristã, que perde o seu vínculo com a ética, com a reflexão mais profunda e com a praxis transformadora”²⁰².

Posto isto, passemos à crítica de Tomás Halík ao Renascimento Carismático. O autor nunca referenciou, especificamente, o nome do movimento em questão, embora pela descrição levada a cabo, estamos em crer que se dirige ao Renascimento Carismático.

No seu livro “A noite do confessor”, a certa altura, refere que as pessoas de “fé simples”, que autor pretende que seja uma fé enraizada no amor de Deus – e a “simples moral” que dela deriva – quando confrontadas com uma grave crise espiritual e confrontadas com a barricada das dúvidas imprevistas que se segue a essa crise, elas tendem a “retroceder” na direção da segurança característico da “fase infantil” da sua própria fé ou alguma imitação

²⁰⁰ *Ibidem*, 16.

²⁰¹ *Ibidem*, 16-17.

²⁰² *Ibidem*, 19.

do passado da Igreja²⁰³. O retrocesso espiritual materializa-se com a procura, muitas vezes, de um refúgio “em formas sectárias de religião. Vários grupos oferecem-lhes um ambiente em que podem “dar largas à oração”, gritando, chorando e batendo palmas para se libertarem das suas ansiedades, experimentando uma regressão psicológica até à “fala de bebés” (“falando em línguas”), além de serem embaladas e acariciadas pela presença de pessoas de tendência semelhante, e muitas vezes com problemas ainda maiores”²⁰⁴.

Posto isto, não se pode negar, nem o Renovamento nega, que a parte afetiva tenha de estar presente na relação com Deus, porque é nesse âmbito que o crente aprende a conhecer o melhor e a alegrar-se ou a gozar da Sua presença. Porém, “o Espírito não limita a sua ação à esfera das emoções. Ele atua também na nossa inteligência, no nosso poder de reflexão e na nossa vontade”²⁰⁵.

Por sua vez, o Renovamento não segue o caminho de promoção do puro sentimentalismo e emocionalismo, pois ambos constituem realidades passageiras e se os crentes não encontraram já Jesus Cristo, o sentimento desaparece e as construções mentais desmoronam-se. Ora, os membros do Renovamento tem consciência de que após um período maior ou menor de emoções e sentimentos existem outros períodos de deserto, de aridez que colocará à prova a fé dos que estão no Renovamento e que são capazes de caminhar nessa “noite escura”, como diria São João da Cruz, em direção à “terra prometida”, independentemente das dificuldades encontradas no caminho. O Espírito Santo torna-se presente em cada cristão “carismático” e a bruma do caminho não apaga nunca a luz da Sua presença. O amadurecimento e purificação da fé necessita de um tempo de deserto. Os que procuram as emoções fortes acabam por abandonar o Renovamento em seguida, “porque o sentimento é fluído e não oferece um fundamento segura para edificar a fé. Mas também é

²⁰³ Cf. T. HALÍK, *op. cit.*, 44.

²⁰⁴ *Ibidem*, 44.

²⁰⁵ D. S. BLAKEBROUGH, *op. cit.*, 138.

verdade que um Cristianismo sem entusiasmo não pode ser querido por Deus. A falta de sentimento seca as fontes da vida”²⁰⁶.

5.5 Falta de compromisso social e político

Segundo Yves Congar, uma das críticas mais comuns dirigidas à Renovação é a de falta de compromisso dos seus membros na ação social e política. O Renovamento, ao privilegiar o sentimentalismo entre outros perigos, leva a que os seus membros nutram por um “relacionamento pessoal e inteiramente vertical com Deus, que passa por cima da ação no mundo”²⁰⁷. Esta questão é especialmente fraturante nos países da América Latina, onde se regista um aumento exponencial do movimento carismático, com membros, ao mesmo tempo, profundamente religiosos e pobres, e, portanto, injustamente explorados e dominados. Existem inclusive testemunhos e uma forte crítica de Raul Vidales, representante latino-americano da “Teologia da Libertação”, no livro *Ele é o Senhor e dá a vida* de Yves Congar, que vai no sentido de que sacerdotes e leigos que tenham sido alvo de promoção social e política tenderem a colocar de lado os membros do movimento que nela não se enquadrem²⁰⁸.

No entanto, é pedido a todos os cristãos, à semelhança do que é exigido em todo o Evangelho, que se relacionem tanto na vertical, ou o além de Deus, como na horizontal, ou o aquém do homem²⁰⁹. Assim, o Renovamento responde a estas críticas salientando que os membros do movimento, em vez de assumirem compromissos no âmbito da militância sindical e política, assumem profissões que os fazem participar ativamente, tal como foi

²⁰⁶ V. B. MATA, *op. cit.*, 209.

²⁰⁷ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 224.

²⁰⁸ Cf. R. Vidales, “Charismes et action politique”, in *Concilium* 129 (1977), pp. 83-93. APUD Cf. Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a vida*, 2246.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, 225.

pedido no Concílio Vaticano II, na investigação, na indústria, no urbanismo, no ensino, etc.²¹⁰.

Concluimos este tema aproveitando para desafiar todos os membros do Renascimento Carismático a corroborar com a atitude concreta do movimento em questões sociais e políticas, pelo que reproduzimos seguidamente as palavras do representante latino-americano da “Teologia da Libertação” neste tocante:

“O Espírito intervém, não para dispersar os discípulos de suas responsabilidades diante da história, mas justamente para impulsionar e orientar a ação deles no mesmo sentido do engajamento do seu Mestre. A presença do Senhor, paradoxalmente apresentada como “ausência”, lança a igreja na realização de sua missão central: trabalhar para fazer chegar a justiça ... Eles (membros do Renascimento) só podem ser testemunhas do Espírito que liberta e transforma à medida que, juntos, lutarem pela conquista de uma nova ordem de justiça”²¹¹.

²¹⁰ Cf. *Ibidem*, 226.

²¹¹ *Ibidem*.

III PARTE

RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO EM PORTUGAL

1. Renovamento Carismático Católico em Portugal

Em Portugal, o movimento teve início em Fátima, no dia 6 de Novembro de 1974, na Casa de Retiros de Nossa Senhora do Carmo. A primeira reunião de oração carismático contou com a presença do padre José da Lapa, responsável por trazer esta novidade do Espírito Santo para a Igreja em Portugal, a quem se juntou um pequeno grupo de 11 pessoas amigas, e rapidamente se difundiu por todas as dioceses do nosso país, começando por Lisboa depois pelo Porto e Coimbra e conseqüentemente por Portugal Continental e ilhas, nos meses e anos seguintes. Segundo o documento²¹² 9, atualmente, existem cerca de 350 grupos de oração²¹³, distribuídos por todas as dioceses de Portugal, e reunindo semanalmente cerca de, mais ou menos, 7 mil pessoas. A percentagem de jovens a participar no Renovamento é de, aproximadamente 10%. As dioceses em que o movimento tem apresentado maior dinamismo e/ou crescimento são as de Lisboa, Porto, Braga, Algarve e Portalegre/Castelo Branco.

Esta graça de renovamento no Espírito Santo é vivida em grupos de oração e em vida comunitária. Ora, para além dos grupos de oração existem também, segundo os Estatutos da Conferência Nacional do Renovamento Carismático Católico,²¹⁴ as comunidades Emanuel, Canção Nova e Cristo de Betânia, as quais nasceram fruto da graça do Renovamento Carismático, sendo que poderão existir outras comunidades e grupos de oração próximos do Renovamento Carismático, contudo a CNRCC só reconhece nos seus estatutos estas comunidades.

²¹² Cada documento corresponde a um conjunto de respostas dadas por cada Equipa de Serviço Diocesana estando numerados de 1 a 10.

A partir deste momento referenciaremos os diversos documentos pela abreviatura doc.

²¹³ Segundo os Estatutos da Conferência Nacional do Renovamento Carismático Católico, artigo 36, alínea 1, os grupos de oração de espiritualidade carismática “são a cédula básica do RCC, e são meios eficazes da sua expressão e do seu crescimento; reúnem semanalmente de preferência em espaço paroquial e com autorização do pároco”. Alínea 2: são um espaço de oração e de espiritualidade, onde os crentes poderão fazer uma experiência da presença do Espírito Santo do Senhor Ressuscitado, em grupo eclesial, bem como aprender, discernir, partilhar e colocar os seus dons e carismas ao serviço da Comunidade Paroquial e Diocesana”.

²¹⁴ A partir deste momento utilizaremos esta sigla CNRCC.

Para o seu funcionamento, o Renovamento viu ser aprovados os seus estatutos em 2012 pelo Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, constituindo a CNRCC, segundo o artigo 1, alínea 1²¹⁵, “como uma pessoa jurídica canónica privada, com personalidade jurídica canónica e personalidade jurídica civil, nos termos da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa”. A Assembleia Geral Nacional, que serve à CNRCC, é constituída por Equipas de Serviço Diocesano desde que reconhecidas pelo Bispo Diocesano, e pelas comunidades e Associações Carismáticas Católicas que o desejarem, desde que reconhecidas pela Santa Sé, Conferência Episcopal Portuguesa ou pelo Bispo Diocesano” (art. 1, al. 2).

Esta Conferência Nacional tem

“por objetivo principal servir o Renovamento Carismático Católico, como instância de diálogo, discernimento e apoio aos seus participantes, na coordenação das suas atividades, sempre com o intuito de contribuir para o fortalecimento da unidade entre as Equipas de Serviço diocesanas e as Comunidades e Associações Carismáticas ou de índole carismática, sempre em estreita comunhão com a hierarquia da Igreja em Portugal”²¹⁶.

Tem por missão e finalidade, segundo o art. 2:

“a) promover a comunicação, cooperação e comunhão entre os seus membros e entre estes e as outras entidades eclesiais; b) garantir a prossecução dos objetivos do RCC; c) contribuir para uma maior unidade de espírito e de ação ao serviço do RCC e da Igreja e d) estimular o espírito ecuménico e o diálogo inter-religioso, observando as orientações e os critérios propostos pelo Magistério da Igreja”.

São órgãos da CNRCC: a) a Assembleia Geral Nacional, composta pelos elementos anteriormente designados; b) a Equipa de Serviço Nacional composta por sete membros

²¹⁵ A partir deste momento utilizaremos estas siglas art. referente a "artigo" e al. a "alínea".

²¹⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Preâmbulo dos Estatutos da Conferência Nacional do Renovamento Carismático Católico, 14 de Dezembro 2012*, http://www.rcc.diocese-setubal.pt/2010/images/stories/Estatutos_RCC/Estatutos_CN_RCC.pdf, acedido a 12-2-2015.

leigos; c) o Conselho fiscal constituído por um coordenador e dois Vogais; d) a Assembleia de Serviço Interdiocesana será representada por todos os coordenadores, ou equivalente, de cada uma das Equipas de Serviço Diocesanas fazendo-se acompanhar com um outro elemento, suplente, também membro das Equipas de Serviço Diocesanas (art. 9, al. 1)²¹⁷.

A nível diocesano foi constituído o Serviço Diocesano Renovamento Carismático Católico que tem os seguintes órgãos: a) a Assembleia Geral Diocesana é constituída pelos membros dos núcleos dos grupos de oração carismática, coordenada pela Equipa de Serviço Diocesana e, ainda, o coordenador da Assembleia de Serviço Interdiocesana e o Assistente Eclesiástico Diocesano; b) a Equipa de Serviço Diocesana constituída por cinco ou sete membros, leigos e c) o conselho Fiscal – facultativo (art. 28, al. 1)²¹⁸.

Posto isto, no âmbito da presente investigação foi possível questionar todas as Equipas de Serviço Diocesana em Portugal de modo a averiguar as semelhanças que existem entre o Renovamento Carismático Católico Internacional e o Renovamento Carismático Católico em Portugal, tendo sempre presente as particularidades e *nuances* próprias do nosso país. Mas, apesar de terem sido enviados, atempadamente, os questionários para as quinze Equipas reconhecidas pelos estatutos, só dez é que se dignaram a responder.

Posto isto, deter-nos-emos, primeiramente, a analisar as respostas que cada Equipa de Serviço Diocesana deu para cada tema, sabendo que nem todas as Equipas abordaram, nas suas respostas, todos os temas. Depois do escalonamento das diversas respostas, serão retiradas as devidas conclusões e, por fim, procedemos à análise sistematizada de todos elementos anteriormente referidos fundamentada nos dados fornecidos pela bibliografia própria para cada assunto.

²¹⁷ Cf. *Ibibem*.

²¹⁸ Cf. *Ibidem*.

1.1 Problemas de integração

A primeira pergunta formulada às Equipas de Serviço Diocesana do Renovamento Carismático Católico foi no sentido de aferir se sentiram ou sentem algum problema de integração nas estruturas eclesiais existentes e como essa integração se tem processado. As respostas indicam que seis das dez Equipas encontraram ou ainda encontram problemas de integração no plano geral da sua diocese; que esses problemas são diversos e têm as suas raízes, de modo geral, nos entraves que os párocos colocam, já “que, desconhecem a presença, o poder e a força do Espírito Santo, (presente no movimento carismático) e apresentam-lhe reservas” (doc. 9).

Assim sendo, os problemas de integração devem-se “ao desconhecimento dos sacerdotes do que é o Renovamento Carismático” (doc. 8), ou por causa do Renovamento Carismático ser

“uma realidade muito recente na Igreja (1967), nascida no meio estudantil dos Estados Unidos. Por esse motivo, as estruturas eclesiais tradicionais ainda não estão preparadas para acolher esta novidade do Espírito Santo, olhando com desconfiança e reticências... Trata-se de uma realidade nova que ainda não está bem definida, que ainda está a construir-se e, por isso, é julgada do exterior, sem conhecimento de causa, o que faz com que certos bispos e padres julguem esta realidade só pelas aparências ou por pequenos e/ou presumidos desvios, que no início puderam observar ou de que ouviram relatar. Alguns julgam até que não é mais que um certo «folclore» religioso de certos «fanáticos»” (doc. 2).

Neste documento pode ler-se ainda que existe “o grande perigo” de o clero, muitas vezes, ouvir “uma e outra pessoa que ficou admirada” com as particularidades da oração carismática “e vai fazer comentários descontextualizados sem se dar ao trabalho de ver os frutos que (tem dado a cada cristão que participa no grupo de oração carismática) tal forma de orar, louvar, adorar e interceder junto do Senhor, com todo o seu ser corpo, alma e sentidos”.

Por sua vez, o doc. 3 consente que “o R.C.C. tem tido algumas dificuldades de integração nas estruturas eclesiais, ou melhor dito, em algumas paróquias ou junto de alguns responsáveis eclesiais. Mas com muita oração, persistência e alguma paciência vai avançando”.

Há quem olhe o problema da integração pelo papel que o pároco desempenha, pois “a história do R.C.C., nas paróquias onde há grupos de Oração, tem tido todos os matizes, em termos de integração, conforme a atitude dos párocos: desde uma franca integração com colaboração de parte a parte, à simples aceitação, ou à indiferença e até à rejeição” (doc. 7).

Ora, em algumas paróquias, a resistência e, conseqüentemente, a indiferença e a rejeição dos párocos está em não aceitarem “a forma de Orar do R.C.C., enquanto forma de Orar na plena certeza e confiança da presença de Deus no meio de todos e em cada um, como um filho que confia no seu pai e fala com ele” (doc. 7).

Por fim, o problema de integração apontado no doc. 10 é que o Renovamento Carismático “como movimento de leigos, é introduzido na diocese, por leigos, por isso a generalidade dos sacerdotes nunca o apoiou”.

Deste modo, concluímos que a inserção do Renovamento Carismático em algumas dioceses portuguesas, e mais concretamente nas paróquias, encontra diversas dificuldades, nomeadamente é uma realidade muito recente; é, aparentemente, baseado no «folclore» religioso; é um movimento predominantemente laical, o que suscita desinteresse por parte dos párocos em inserir o Renovamento na paróquia, por ser um movimento pouco conhecido pelos padres. Dir-se-ia ainda que a oposição à sadia integração se deve, também, ao repúdio da mensagem do movimento e pelos comportamentos excessivos e inadequados dos seus membros nos momentos de oração do movimento. Para além destas razões, não devemos

esquecer os perigos e críticas de que o Renovamento é alvo no âmbito geral, tal como referido anteriormente no segundo capítulo²¹⁹.

Por vezes, a plena integração requer e requererá que os seus servos/responsáveis estejam revestidos “de paciência, fortaleza, constância, tato, união entre si, oração constante, discernimento, disponibilidade, espírito de sacrifício, libertação do «ficar mal», libertação de uma falsa compreensão da caridade, de paz e até mesmo de profunda alegria...ao experimentar a Cruz do Senhor”²²⁰ no meio destas dificuldades e ter sempre presente que a integração é um processo doloroso e exige habilidade humana e divina, muita oração e sacrifícios, como está expresso no documento 3.

1.2 Ausência de problemas de integração

No ponto anterior, foram apresentados os problemas que o movimento teve de enfrentar para se integrar nas estruturas eclesiais existentes. Neste tema, vamos analisar as respostas das Equipas concluíram que “não houve problemas de integração dos Grupos de Oração do Rev.º Car. Cat.” (doc. 1).

Ora, os problemas de integração prendiam-se, essencialmente, com a atitude dos sacerdotes, que na sua maioria são os próprios párocos onde residem os grupos de oração, perante o Renovamento. Apesar de as Equipas Serviço Diocesanas sentirem que não foram bem acolhidas pelos sacerdotes, estes concluem que o movimento “sempre foi aceite pelos Srs. Bispos” (doc. 7). Nesta linha, lê-se, também, no doc. 4, que o “Renovamento Carismático Católico tem sido muito bem acolhido pelo Sr. Bispo” e pela restante estrutura hierárquica.

Assim, são quatro o número de dioceses que não tiveram problemas de integração do movimento carismático nas estruturas eclesiais existentes,

²¹⁹ Cf. páginas 76-85.

²²⁰ B. JUANES, *Servos e equipa responsável nos grupos de oração*, 162.

“embora de início tenha enfrentado algumas reservas e incompreensões por parte de alguns clérigos e leigos, muito fruto do desconhecimento da verdadeira essência do Renovamento Carismático, suas estruturas, objetivos e meios, o Movimento tem vindo, ao longo dos tempos, a integrar-se progressivamente na vida Pastoral da Diocese e das Comunidades onde se tem implantado. O Movimento tem vindo a integrar-se de forma natural, serena e tranquila, na vida normal das Comunidades e da Diocese” (doc. 5).

Posto isto, o doc. 5 refere, ainda, que

“embora continue a haver, por parte de determinados clérigos e leigos, uma visão de certa forma distorcida do que é o Movimento Carismático, o Movimento convive com naturalidade com todas as estruturas eclesiais e por todos é respeitado. Embora, por vezes, seja olhado com certa desconfiança e receio, o Movimento Carismático tem merecido respeito e acolhimento e tem registado uma progressiva abertura por parte, quer das estruturas eclesiais, quer das Comunidades e mesmo de clérigos e leigos: há um respeito e aceitação mútuos. Não temos registado problemas de maior ao nível da sua integração, antes pelo contrário”.

Das respostas presentes no doc. 6 verificamos que “não têm notado problemas de integração. Há paróquias onde é mais aceite do que em outras, (embora não esteja em todas as paróquias), mas não existem problemas de maior”.

O doc. 9 assevera que “a relação do R.C.C. com os Padres nas paróquias está a evoluir positivamente; a desconfiança gerada muitas vezes por maus testemunhos de participantes do RCC está a dar lugar a um clima de confiança e de colaboração”.

No doc. 10, lê-se que “onde existem grupos de oração do Renovamento Carismático, são os párocos que melhor aceitam este movimento”.

Tendo em conta estas duas últimas respostas, pode-se concluir que, nos primórdios do renovamento carismático nestas dioceses, a relação do movimento com as estruturas eclesiais não foi a mais fácil, mas, atualmente, estas dioceses não têm problemas de maior que impossibilitem a integração e aceitação do movimento nas suas estruturas.

Posto isto, analisemos, ainda, os seguintes comportamentos apontados por cinco Equipas de Serviço Diocesanas: Primeiro, “para conhecê-lo bem é necessário abordá-lo sem preconceitos, com objetividade e ter a preocupação de não confundir a árvore (um ou outro desvio) com a floresta” (doc. 2).

Além disso, “nas celebrações organizadas pelo R.C.C. percebe-se que por vezes pode causar algum “espanto”, mas acaba por ser bem aceite” (doc. 6).

Importa ainda referir que “os Estatutos têm vindo a permitir uma aceitação gradual e evidente por parte das estruturas eclesiais, o que é de saudar”. “Com a nomeação do Assistente Eclesiástico em 2007, e que se mantém, passou a haver maior facilidade de diálogo e interesse por parte dos Párocos” (doc. 7).

Note-se ainda o seguinte: “Foi há cerca de 18 anos que o Bispo diocesano nomeou o seu assistente espiritual, altura em que passa a ser mais bem aceite pelo clero em geral” (doc. 10).

Ou ainda: “aqueles que conhecem o R.C.C. e acolhem-no bem” (doc. 9).

Por meio destas cinco respostas, conclui-se que a integração pode dar-se, e dá-se, por meio da abordagem que se deve ter para com a espiritualidade do renovamento, do respeito pelas “celebrações organizadas” por este movimento, pela atual presença dos estatutos e de um assistente eclesialístico e pelo conhecimento pleno da realidade deste movimento.

Assim sendo, o Renovamento Carismático não é, nem deve ser, “algo estranho nem periférico à Igreja: está no seu próprio centro e, sem ela, seria uma seita”²²¹. Portanto, o Renovamento Carismático deve estar integrado na estruturas eclesiais existentes, nomeadamente, na paróquia e na diocese, e sob os pastores da Igreja, seus responsáveis natos,

²²¹ *Ibidem*, 103.

porque “quanto maior for a ligação com a Igreja, melhor realizará a obra renovadora para a qual foi suscitado pelo Senhor”²²².

No entanto, a integração tanto na diocese como nas paróquias deve ser cautelosa de modo a não desvirtuar nem a debilitar a “identidade” própria do Renovamento Carismático. Por muita dificuldade que haja no processo de inclusão, não se pode esperar que cada pároco acolha o Renovamento com a máxima benevolência, simpatia e abertura que é desejada. Não obstante, o movimento deve estar pronto a pôr discretamente, da sua parte, meios mais oportunos para que essa inserção vá ocorrendo, salvando a própria identidade²²³.

Neste sentido, o Papa João Paulo II, no IV Encontro Internacional de maio de 1981, em Roma, disse aos sacerdotes e seculares, coordenadores do Renovamento, que deviam dar testemunho da “mútua união em Cristo e ter como modelo dessa colaboração efetiva a exortação do Apóstolo: «aplicai-vos em guardar a unidade do espírito pelo vínculo da paz. Há um só corpo e um só espírito, do mesmo modo que a vossa vocação vos chamou a uma só esperança» (Ef 4, 3-4)”²²⁴.

Partindo desta convicção, os estatutos da CNRCC, no art. 36, al. 3, apelam à união entre o coordenador leigo de cada grupo de Oração e o pároco e que a “participação dos sacerdotes nos grupos de Oração deverá orientar-se pela comunhão com os crentes em identidade de propósitos, no respeito mútuo dos filhos de Deus” (al. 5).

1.3 Renovamento Carismático Católico – o Movimento

Passamos a analisar se os membros do Renovamento Carismático aceitam ou não o facto de este ser um movimento eclesial.

²²² *Ibidem.*

²²³ Cf. *Ibidem*, 104.

²²⁴ JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes no IV Congresso Internacional dos Dirigentes da Renovação Carismática Católica, 7 de maio de 1981*, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/may/documents/hf_jp-ii_spe_19810507_rinnovamento-carismatico.html, acedido a 22-11-2014, às 10h00.

Primeiramente, “nas quatro questões que adianta apelida o R.C.C. de movimento eclesial. Pois devo esclarecer liminarmente que o Renovamento Carismático Católico não é considerado um movimento, no sentido normal deste termo, na medida em que não tem um fundador e foi suscitado pelo Divino Espírito Santo, logo após o Vaticano II, como meio de renovamento da Igreja” (doc. 3).

Por outro lado, “o Renovamento não é só um movimento da Igreja, mas sim, a Igreja em Movimento. É este o nosso lema” (doc. 4).

Por outro lado, “tendo sido já reconhecido, há alguns anos, como um dos Movimentos existentes e de ação na Diocese, tendo sido mesmo nomeada pelo Bispo Diocesano uma Equipa Coordenadora Diocesana do Renovamento Carismático” (doc. 5).

Saliente-se que “o Renovamento Carismático é um Movimento de evangelização” (doc. 5).

Além disso,

“o R.C.C., apesar de já ser um movimento mundial iniciado há mais de 40 anos, tem suas bases nas experiências com o Espírito Santo, a saber: na experiência do novo nascimento, que é a atualização do sacramento do batismo e na experiência do batismo no Espírito Santo que é a atualização do sacramento do Crisma.

Nesse sentido, é um movimento que, pela sua própria natureza, apresenta, propõe e provoca dinamismos e vitalidades.

Sabe-se que o movimento nasceu de um certo inconformismo sentido por professores católicos na Universidade de Duquesne nos EUA, relativamente às suas crenças e religiosidades, e, em função disso, resolveram reunir-se para pedir a Deus o mesmo acontecimento ocorrido em Pentecostes. Ocorreu um grande batismo do Espírito Santo e dali surgira o que se convencionou chamar o R.C.C” (doc. 9).

Finalmente, “apesar do reconhecimento eclesial do R.C.C., não há o perigo de ocorrer um controlo ou institucionalização das Experiências com o Espírito Santo, uma vez que o Espírito Santo sopra onde, quando e em quem quer. Ninguém pode acorrentar o Espírito Santo” (doc. 9).

Perante estas respostas, podemos concluir que designar o renovamento carismático católico como um movimento da Igreja ainda acarreta algumas dificuldades de compreensão semântica e teológica para as Equipas de Serviço Diocesana 3 e 4, ao contrário das outras Equipas que, aberta e corretamente, aceitam o facto de o Renovamento Carismático ser um dos muitos movimentos da Igreja, apesar das suas particularidades. No entanto, é desnecessário tecer outras considerações, uma vez que este assunto já foi trabalhado no segundo capítulo deste trabalho²²⁵.

1.4 A experiência no Espírito Santo e os seus Frutos

Neste ponto, refletimos sobre a experiência no Espírito Santo e os frutos que brotam dessa experiência manifestada no renovamento carismático em Portugal e apresentamos os sentimentos inerentes à abertura do coração de quem experiencia e se deixa conduzir pelo Espírito.

Experienciar a vinda do Espírito proporciona crescimento espiritual e provoca “a alegria, o amor a Deus e o amor fraternal, pois abrem os seus corações de pedra à Bondade e Misericórdia Divina e contribuem para o desenvolvimento espiritual de todo o grupo e de cada um em particular” (doc. 1).

Com efeito, “uma das características do R.C.C. é procurar valorizar a ação do Espírito Santo na Igreja e, com Ele, estabelecer uma relação íntima, vivendo com Ele na alegria, a vida na Igreja e fora dela, visto ser Ele, na sua origem, o inspirador desta obra de Deus”, segundo o doc. 2.

A preocupação de todos os “grupos unidos à Direção Diocesana é a da fidelidade às diretivas da Igreja e dos estatutos por ela aprovados, o amor à Eucaristia, o amor à Palavra de Deus e o amor à Virgem Maria” e que “muitas árvores (grupos de oração) dão frutos

²²⁵ Cf. páginas 50-61.

abundantes de paz, alegria, perdão, bondade e serviço. Nota-se claramente que cresce o amor à Bíblia, como já foi referido, maior devoção à Virgem Maria, amor ao sacramento da Reconciliação, vontade de tentar perdoar as ofensas, amor à Igreja e aos padres e, claro à Eucaristia e a adoração ao Santíssimo” (doc. 2).

O doc. 3 assegura que “o RCC proporciona grande progresso espiritual aos cristãos nele comprometidos” e que “os elementos que compõem os grupos de oração levam a Boa Nova às suas famílias, no emprego, na escola, em suma, no meio social em que se inserem”.

Deste modo,

“o Renovamento Carismático é um Movimento de evangelização: evangelização pela Palavra, pelo estudo, pela oração e, principalmente, pelo testemunho.

O Movimento tem sido uma força de evangelização uma vez que procura, em todas as suas ações e propostas, levar a todos a uma redescoberta do essencial cristão, a uma conversão autêntica ao Evangelho e a viver uma vida nova mediante o Espírito de Deus” (doc. 5).

Além disso, “as atitudes e comportamentos corporais têm ajudado a crescer os membros do nosso Movimento, na medida em que “libertam” o Espírito que nos habita e nos colocam em relação com Deus. A descoberta de que o Espírito habita em nós, que somos templos vivos de Deus, a descoberta da liberdade dos filhos de Deus, leva a que todo o nosso ser reze, cante e louve” (doc. 5).

Segundo o doc. 6,

“a oração de louvor, o canto, os gestos, a invocação do Espírito Santo acabam por provocar nos membros dos Grupos de Oração uma “maior proximidade” de Deus, uma maior consciência da Sua presença entre nós e em nós, e isso, obviamente, leva-os, de um modo geral, a uma espiritualidade mais vivida no seu dia-a-dia. Como os Grupos de Oração têm as portas abertas a todos os que neles queiram participar, algumas vezes, movidos pela curiosidade, outros se juntam e acabam por ter esse encontro rico e pessoal com Cristo e sobretudo com a Palavra de Deus”.

Os encontros semanais dos Grupos de Oração presente no doc. 7 “são conduzidos com um fio condutor, mas com uma grande abertura à inspiração do Espírito Santo”. Neles, os “carismas (cantar e orar em línguas, por exemplo, as palavras de profecia, de ciência, etc.) vão aparecendo naturalmente como fruto da Oração, com o cuidado de respeitar o ritmo de caminhada de cada um” e transformam-se sempre numa “redescoberta surpreendente e profunda, que leva a uma verdadeira alegria, pois o que se vive nestas comunidades orantes é um despertar para passar a viver o Evangelho, a Palavra de Deus, a Oração, os Sacramentos com gosto, com entendimento, com transformações evidentes individuais, nas famílias e nos ambientes”. Com efeito, o Renovamento Carismático Católico ajuda a “reconhecer que o Santo Espírito de Deus nos foi infundido em cada um no Batismo e ajudar cada pessoa a viver o encontro pessoal com Jesus numa intensa e renovada efusão do Espírito Santo”.

“A escuta da palavra e a interiorização da mesma tem ajudado no crescimento espiritual e no amor aos sacramentos” dos membros do Renovamento do doc. 8.

Para o doc. 9,

“a fé é uma dimensão na vida do ser humano. Por ela, o homem percebe Deus e expressa culturalmente, por meio de atos, sentimentos, tradições, relações e sensações, os efeitos de sua fé. Em resumo, a fé passa pela cultura. O Espírito Santo desperta e desenvolve a sensibilidade de cada um, o que passa pela abertura à arte e por um gosto particular pela música, dança, pintura, escultura, arquitetura. Estas formas de arte são um legado de Deus e constituem um património riquíssimo do Cristianismo”.

Finalmente, O R.C.C., de acordo com doc. 10, “constitui, na realidade, uma força evangélica de evangelização, pois pelos novos métodos de oração, na oração de louvor, no ambiente de alegria, na oração de cura e libertação, assim como pelo procurar descobrir os carismas nos irmãos e pôr esses carismas ao serviço dos outros”.

Do exposto conclui-se que o Renovamento Carismático traz à Igreja em Portugal a vivência das diversas características mencionadas e explanadas no segundo capítulo, no

tocante à relação de intimidade com Jesus Cristo, ainda que com poucas referências e sem grande profundidade; ao interesse renovado na oração; à redescoberta das Escrituras; ao apreço pelos Sacramentos; à evangelização e aos carismas.

A partir dos dados recolhidos, é possível que o Renovamento Carismático em Portugal não tem focado com grande importância o “Cristocentrismo” e o compromisso com a sociedade e a economia. Ora, a vida de um cristão tem de estar claramente orientada para Jesus e tem de ser vivida à luz da relação íntima e pessoal que se estabelece com Ele²²⁶. De resto, só depois de criada esta relação de intimidade de pessoa para pessoa é o cristão convidado a mergulhar no mistério da Encarnação do Filho de Deus de modo a aceitá-lo como o Senhor e Salvador. “Esta unidade com Cristo começa em nós pelo Batismo, o primeiro gesto redentor de Cristo para conosco; e cresce em nós pela nossa oração pessoal, litúrgico-comunitária, pela leitura orante da Palavra de Deus, pela vivência dos sacramentos, mormente pela Penitência e pela Eucaristia”²²⁷.

Além disto, o fruto do Espírito Santo, compromisso com a sociedade e a economia, só foi mencionado pelo doc. 3, e sem grande concretização ou desenvolvimento.

Assim, sem querermos entrar em juízos de valor precipitados, parece revestir-se de alguma incoerência que os membros do Renovamento não tomem parte ativa nos problemas sociais e económicos do país ou da sua diocese. Recentemente, o Papa Francisco pediu aos participantes da 37.^a Assembleia Italiana do Renovamento Carismático que se acercassem “dos pobres, dos necessitados, de modo a tocarem na sua carne que é carne ferida de Jesus”²²⁸. Neste sentido, o Cardeal Suenens transcreveu, no seu livro *A Renovação*

²²⁶ Cf. L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 101.

²²⁷ I. I. VALLE, *Viver segundo o Espírito Santo*, 89.

²²⁸ FRANCISCO, *Discurso aos participantes no 37.º Encontro Nacional da Renovação Carismática Católica, 1 de junho de 2014*, in https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140601_rinnovamento-spirito-santo.html, acedido a 27-06-2014, às 20h00.

Carismática, Um novo Pentecostes? as palavras do sacerdote André Charlier, escritas pouco antes da sua morte sobre a dimensão social do Cristianismo:

“Creio que é preciso repetir aos cristãos que devem, sobretudo numa ação pluralista, rever continuamente o seu compromisso (social) e ousar enfrentá-lo com a mensagem evangélica, e particularmente com as Bem-aventuranças. Para exprimir com brevidade o meu pensamento, diria que os dois erros mais frequentes dos cristãos de hoje são: ou um cristianismo desencarnado... ou um cristianismo sem Cristo”²²⁹.

Não obstante, os objetivos do movimento delineados pelos estatutos da CNRCC afirmam que se deve

“promover uma conversão madura e contínua a Jesus Cristo, Senhor e Salvador; fomentar a receção e o uso dos dons espirituais (carismas) não apenas no RCC, mas, também em toda a Igreja; impulsionar a obra da evangelização no poder do Espírito Santo, incluindo a evangelização daqueles que não pertencem à Igreja, a reevangelização dos que são cristãos nominais, a evangelização da cultura e das estruturas sociais; fomentar o crescimento progressivo na santidade através da participação na vida sacramental e litúrgica, através do apreço pela tradição de oração e espiritualidade católicas e de uma formação progressiva na doutrina católica guiada pelo Magistério da Igreja e pela participação no plano pastoral da Igreja”²³⁰.

1.5 Lugares de evangelização e santificação

Após analisarmos, no ponto anterior, a experiência do Espírito Santo e os seus Frutos que brotam da experiência e pertença ao Renovamento Carismático, fica a pergunta: quais são os lugares onde os cristãos se colocam para experienciarem e receberem os dons do Espírito Santo?

²²⁹ L.-J. SUENENS, *A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?* 173.

²³⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Preâmbulo dos Estatutos da Conferência Nacional do Renovamento Carismático Católico, 14 de Dezembro 2012*, http://www.rcc.diocese-setubal.pt/2010/images/stories/Estatutos_RCC/Estatutos_CN_RCC.pdf, acessado a 12-2-2015.

Os lugares e os meios através dos quais os membros do Renovamento recebem os frutos do Espírito Santo são diversos e provêm de várias circunstâncias, a saber: “através da leitura bíblica, formações, encontros e retiros (que) leva ao gosto pela oração profunda, pessoal e comunitária; Contemplação e Louvor a Deus; Leitura assídua da Sagrada Escritura; Devoção ao Divino Espírito Santo e Maria Santíssima; Adoração de Jesus na Eucaristia” (doc. 1).

Por sua vez, do doc. 2 inferimos que nas assembleias nacionais e diocesanas existe uma grande “corrida ao sacramento da Reconciliação, num tempo em que este sacramento está a ser desvalorizado”.

Além disso, “estão implementadas várias atividades, não só viradas para quem já conhece o renovamento, mas para todos, assim como retiros, efusões do espírito e assembleias” (doc. 4).

O doc. 5 enumera diversas situações que possibilitam a santificação, tais como: “os comportamentos, corporais e espirituais, (que) não terão qualquer sentido se não forem expressão da alma e da vida, se não forem meios de relação com Deus e se não forem oração”.

A evangelização dá-se

“pela Palavra, pelo estudo, pela oração e, principalmente, pelo testemunho. Na nossa Diocese, para além das Assembleias e Grupos de Oração, o Movimento tem uma “Escola” que visa o aprofundamento da fé e da vida cristã. São encontros de estudo e aprofundamento... O Movimento evangeliza quando anuncia a Palavra, quando reza e celebra, quando intercede, quando estuda e aprofunda a Palavra e quando os seus membros são testemunhas vivas do Evangelho.

Para além destas propostas, o Movimento organiza “Seminários de Vida Nova no Espírito” que são momentos fortes, não só de aprofundamento da identidade cristã e da fé, mas autênticos veículos de evangelização e conversão”.

Por conseguinte, o doc. 6 refere que “a espiritualidade própria do R.C.C. é vivida nos Grupos de Oração, pelo que essa prática é vivida pelos próprios membros do Renovamento. A oração de louvor, o canto, os gestos, a invocação do Espírito Santo” são alguns dos momentos presentes na oração carismática que ajudam à santificação dos cristãos que estão familiarizados com o Renovamento Carismático. Com “a invocação do Espírito Santo; acontece também uma maior consciencialização da Sua presença e da Sua atuação em nós e nos outros”.

Quanto aos Grupos de Oração, eles “têm as portas abertas a todos os que neles queiram participar, algumas vezes, movidos pela curiosidade, outros se juntam e acabam por ter esse encontro rico e pessoal com Cristo e sobretudo com a Palavra de Deus, que é proferida, explicada e partilhada em cada reunião dos Grupos de Oração”.

Com efeito, o doc. 7 assevera que

“nos Grupos de Oração, os carismas vão aparecendo naturalmente como fruto da Oração, com o cuidado de respeitar o ritmo de caminhada de cada um. Nesta diocese, tem havido um investimento muito grande na formação e na pedagogia de acolhimento das pessoas que vão chegando aos grupos. Quer em cada G.O., quer nos Encontros Diocesanos tem sido feita formação com ensinamentos que preparam as pessoas para compreenderem e disponibilizarem-se a abrir o coração à ação do Espírito Santo”.

Deste modo, algo de fundamental está sendo trabalhado nesta diocese. Na verdade, os seus responsáveis notam

“com uma evidência muito grande que as pessoas que chegam aos G.O., muitas delas católicas desde sempre e cumpridoras dos “preceitos”, têm no R.C.C., o seu primeiro contato com a Bíblia. Conheciam a Palavra de Deus pelas leituras da Santa Missa, mas nunca tinham aberto a Bíblia, ou não sabiam utilizá-la. O mesmo acontece com o conhecimento e a experiência da presença do Espírito Santo e da Graça incomensurável dos Sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Quem frequenta assiduamente um G.O., participa na Santa Missa com o coração”.

A oração carismática realizada pelos grupos de oração, semanalmente, está, prévia e normalmente, esquematizada pelos seguintes momentos:

“cânticos alegres de entrada, de acolhimento, cânticos de interiorização, invocação do Espírito Santo, leitura da Palavra de Deus, partilha e louvor da Palavra lida, Orações de intercessão e ação de graças. Pode haver ensinamentos, testemunhos, etc., mas nunca são iguais, pois o Santo Espírito é muito criativo. A partilha e louvor da Palavra de Deus, as formações, os ensinamentos, os testemunhos, vão clarificando e evangelizando. A transformação na vida de cada um é, por si só, já evangelizadora”.

Existem, ainda, “os Seminários de Vida Nova no Espírito Santo, culminados nos retiros de Efusão do Espírito Santo, a total Consagração a Jesus por Maria, precedida de uma caminhada de reflexão, os Retiros Diocesanos e outros meios”.

Por fim, o doc. 10 defende que nos grupos de oração se faça

“oração de louvor; a oração de cura e libertação pelos irmãos que estejam doentes ou com problemas.

O R.C.C. constitui, na realidade, uma força evangélica de evangelização, pois pelos novos métodos de oração (de louvor, de alegria, de cura e de libertação), assim como pelo procurar descobrir os carismas nos irmãos e pôr esses carismas ao serviço dos outros, veio ao encontro do pedido do Papa João Paulo II, há cerca de vinte anos, de uma “Nova Evangelização” para a Igreja. Foi o R.C. que soube colocar em marcha, na medida do que é possível, os meios dessa “nova evangelização” e os pôr em prática. “Daí vem a sua força evangélica nas paróquias onde há grupos de oração deste movimento”.

Para além das habituais orações carismáticas, esta diocese assegura a

“formação para os seus elementos, quer nas Assembleias a nível Nacional, orientadas pelas diversas comunidades ligadas ao R.C., tais como: Comunidade Emanuel, Comunidade Cristo de Betânia, Comunidade Pneumavita, Comunidade Luz e Vida, Comunidade Canção Nova, Comunidade Aliança da Misericórdia e outras, quer pelo próprio RC na Assembleia interdiocesana em Fátima, quer nas assembleias diocesanas da diocese”.

Assim sendo, concluímos que o Renascimento Carismático coloca à disposição de todos os seus membros diversos momentos de oração, devoção, reflexão, estudo, partilha, formações, encontros e retiros que possibilitam que cada cristão possa experimentar a “força” do Espírito Santo de modo a crescer espiritual, intelectual e pessoalmente.

1.6 Atitudes concretas

A pertença ao Renascimento Carismático deve ser estímulo para que os seus membros se insiram nas respetivas comunidades paroquiais. Assim estimula a exortação apostólica pós-sinodal CL, no número 27: “os fiéis leigos devem convencer-se cada vez mais do particular significado que tem o empenhamento apostólico na sua Paróquia”.

Deste modo, observemos as respostas de cinco dioceses sobre a responsabilidade que os membros do Renascimento tem tido nas suas paróquias:

“Todos os grupos colaboram nos serviços das Paróquias a que pertencem. Os elementos dos grupos R.C.C. da nossa Diocese fazem parte da nova evangelização, pelas atitudes pessoais de estar na vida, por convidarem outras pessoas a participar” (doc. 1).

Os grupos de oração relativos ao doc. 2 trabalham na paróquia por “amor aos irmãos, numa vivência e numa proximidade junto dos irmãos carentes (pobres, idosos, doentes...)”.

Os elementos que compõem “os grupos de oração (do doc. 3) levam a Boa Nova às suas famílias, no emprego, na escola, em suma, no meio social em que se inserem. Também trabalham nas paróquias de que fazem parte e ali são agentes de evangelização”.

Aos Grupos de Oração referentes ao doc. 7 “chegam muitas pessoas que buscam um sentido mais profundo para a vida ou ajudas para acontecimentos difíceis, fontes de sofrimento e incapacidade para resolver ou integrar. Procuravam as respostas em locais errados: seitas, cursos de Nova Era, bruxarias, etc. E no seio destes Grupos de Oração vão surgindo vontades de servir em várias áreas conforme o chamamento”.

Por sua vez, “em alguns locais, o G.O. do R.C.C. tem assento no Conselho Pastoral, tendo a seu cargo algumas atividades da Paróquia, tais como: adoração ao Santíssimo, preparação da Liturgia, dos cânticos na Eucaristia Dominical, etc.”.

As atitudes dos membros do Renovamento do doc. 8 são visíveis em cada paróquia “pela disponibilidade de cada irmão para o serviço da sua igreja, na fidelidade aos sacramentos e no compromisso com a comunidade que pertencem na divulgação do evangelho”.

Por último, os elementos do movimento apresentados no doc. 10 “são, em geral, membros ativos nas diversas atividades e serviços da paróquia, tais como: catequistas; Ministros extraordinários da Comunhão; participam no canto e animação das eucaristias; salmistas; Conselho económico da Paróquia; arranjos florais dos altares, etc.”.

Em suma, “Cada um desenvolve os seus dons e usa-os ao serviço da Igreja e da comunidade” (doc. 1).

Em conclusão, as dioceses, na sua maioria, têm estado em consonância e cooperado na evangelização e santificação dos homens e na “formação das suas consciências, de modo a impregnar de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes” (CL 30).

Posto isto, vejamos o que indica a que desafia a literatura da área sobre este assunto.

“Quando de um grupo de oração não surgem impulsos construtivos para a vida em comunidade, ele permanece não somente sem frutos, mas com frequência, manifesta também a tendência de se fechar e de se separar da paróquia. Então, não seria uma renovação da Igreja, mas a sua ruína. Naturalmente, podem-se – e devem-se – formar também, na primeira fase, grupos supraparóquiais, mas quando os membros desses grupos não são ativos na sua própria comunidade cristã, compartilhando a sua vida e, segundo as possibilidades, ajudando também a formar outros grupos de oração, então o

Renovamento Carismático não pode desenvolver concretamente a sua dinâmica para uma renovação da Igreja”²³¹.

Com efeito, o Comité dos bispos Responsáveis da Renovação Carismática Católica, EUA, em março de 1984, afirmou que, como

“a Renovação Carismática está no coração da Igreja, também têm uma missão na renovação das paróquias. Como forma de levedura que se põe na massa, os grupos de oração, paroquiais e interparoquiais, têm contribuído significativamente para a revitalização da vida nas paróquias quanto a liturgia, música, evangelização, estudo e meditação da Sagrada Escritura, oração e movimentos de juventude”²³².

Os bispos acrescentam ainda que o contributo da Renovação tem extravasado todas as expectativas e que “as oficinas” da Renovação, que se encontram em diversas dioceses do mundo, têm-se convertido em verdadeiros centros de espiritualidade e de obras sociais e, movidos pelo Espírito Santo, têm-se dedicado à evangelização aos pobres e marginalizados, a dar de comer aos sem-abrigo e conselho aos necessitados, a visitar as prisões e a ensinar quando é necessário²³³, ou seja, têm presente na ação evangelizadora as diversas obras de misericórdia tanto as espirituais como as corporais.

Estes contributos enunciados no último parágrafo deverão ser encarados como um desafio para o Renovamento Carismático Católico em Portugal, porque, como se pode constatar nas respostas, não têm tido a devida atenção e dedicação por quase nenhuma diocese portuguesa.

1.7 O estudo da Pneumatologia

A última pergunta do questionário comporta duas interrogações. A primeira tem por objetivo saber se os grupos de oração das várias dioceses têm interesse e preocupação em

²³¹ B. JUANES, *op. cit.*, 104.

²³² D. S. BLAKEBROUGH, *op. cit.*, 146-147.

²³³ Cf. *Ibidem*, 147.

aprofundar a doutrina sobre o Espírito Santo (pneumatologia). A segunda interrogação, complementar da primeira, pede que as Equipas de Serviço Diocesanas descreveram como entendem a doutrina sobre o Espírito Santo. Eis as respostas de todas as Equipas de Serviço Diocesanas:

Doc. 1: “Há realmente muito interesse em aprofundar a doutrina do Espírito Santo”.

Doc. 2:

“é uma preocupação constante o aprofundamento da doutrina sobre o Espírito Santo, pois temos bem a consciência de que a maioria dos cristãos também diriam a São Paulo «pois nós nem sequer ouvimos falar do Espírito Santo!» Fazemo-lo a partir da 1.^a Cor. 12 e 13; Rom.12; Atos, 2; Jo.14,15, Jo.14,25, Jo.15 e 16,5 e Gál.5,16-26, entre outras passagens...

Na nossa opinião, a Teologia sobre o Espírito Santo precisa de ser aprofundada em toda a Igreja, à luz dos documentos emitidos pelos últimos papas, que escreveram encíclicas sobre o tema. Pio XII, João Paulo II e Bento XVI escreveram em particular sobre esta temática. A Igreja não passará de uma instituição burocrática ou administrativa, se não vive do Espírito de Jesus, inscrito em todos os Evangelhos, mas sobretudo no Sermão da Montanha – Mateus, caps. 5 a 7 e nos Atos dos Apóstolos, onde podemos sentir que o Espírito de Deus ferve, sopra, queima aqueles que se deixam mover por Ele. A Igreja precisa de um verdadeiro Pentecostes para se renovar e restaurar naquele espírito da Igreja primitiva em que o povo era fiel ao ensino dos Apóstolos, à fração do pão, à oração de louvor, à caridade fraterna e partilha de bens... Vem advogado de defesa deste Povo, vem Consolador, vem Divino Espírito Consolador”.

Doc. 3: “A espiritualidade baseada sobretudo na oração de louvor tem um determinado enfoque na Pessoa do Divino Espírito Santo. Por sua vez os membros dos grupos de Oração manifestam um grande interesse na temática dos dons e carismas do Divino Espírito Santo e têm formação nesse assunto”.

Doc. 4:

“decorreu um Seminário de Vida Nova do Espírito, no qual fomos levados a aprofundar esse esquecimento e falta de importância que às vezes há sobre o Espírito Santo. Nós, Renovo, reavivamos o Espírito Santo na Igreja e nas nossas vidas. Como se pode

amar alguém sem se conhecer? Como podemos amar a Igreja, amar o Espírito Santo, sem o conhecermos? É por isso que nós, equipa, temos trabalhado, para dar a conhecer aquele que já é conhecido mas que às vezes está esquecido”.

Doc. 5:

“A vida nova mediante o Espírito Santo é o objetivo último do Movimento Carismático, daí, não só o interesse mas a necessidade de se aprofundar cada vez mais a doutrina sobre o Espírito Santo.

Os nossos Grupos, Assembleias, e Escolas têm manifestado, não só interesse mas, sobretudo, necessidade, de um crescente aprofundamento da doutrina sobre o Espírito Santo.

Esta necessidade é crescente e premente uma vez que na nossa Diocese existe um culto muito enraizado ao Espírito Santo, culto que passa, em muito, pelos tradicionais “Impérios do Espírito Santo”. Dado este culto popular, muitas vezes a doutrina sobre o Espírito Santo é, de certa forma, um pouco distorcida, carecendo um aprofundamento.

Para quem participa dos Grupos Carismáticos e das Assembleias promovidas pelo Renovamento, o Espírito Santo é já visto de uma forma diferente, como Aquele Dom do Ressuscitado, Aquele que anima e acompanha a vida quotidiana, Aquele, através do Qual, chegamos ao Pai, a força para as dificuldades, o ânimo para os desencantos.

O Espírito Santo é entendido como a possibilidade de chegarmos a Deus, Aquele que reza em nós e através de nós.

Apesar desta aproximação crescente à verdadeira doutrina sobre o Espírito Santo, sentimos que há muito a aprofundar e a avançar”.

Doc. 6: “Os Grupos de Oração são, de forma geral, constituídos por gente simples, pelo que alguma maior “profundidade teológica” pode não ser entendida na sua totalidade.

No entanto, o ensino da Doutrina da Igreja e, conseqüentemente, do Espírito Santo é decorrente não só da oração “dialogada”, mas também do ensino e partilha da Palavra”.

Doc. 7:

“aprofundar a doutrina do Espírito Santo e vivenciá-la é o cerne da espiritualidade do R.C.C. É compreender e renovar as promessas e as Graças do Batismo. É tomar consciência destas promessas e tomar posse delas, para que passem a ser próprias de cada um. É reconhecer que o Santo Espírito de Deus nos foi infundido em cada um no Batismo

e ajudar cada pessoa a viver o encontro pessoal com Jesus numa intensa e renovada efusão do Espírito Santo.

Os Seminários de Vida Nova no Espírito Santo, culminados nos retiros de Efusão do Espírito Santo, a total Consagração a Jesus por Maria, precedida de uma caminhada de reflexão, os Retiros Diocesanos e outros meios, são formas de aprofundar e entender esta doutrina maravilhosa: a renovação das Graças do Batismo.

O mesmo acontece em cada encontro semanal de Oração de cada grupo, porque a Oração é feita em comunidade com entrega ao “sopro do Santo Espírito”.

Doc. 8: “Sempre que é possibilitado qualquer tipo de formação no sentido de aprofundarem mais os seus conhecimentos bíblicos, nomeadamente acerca do Espírito Santo, entendem que é a origem e o princípio de tudo o que existe”.

Doc. 10: “Além das formações específicas a nível nacional ou diocesano, ao longo do ano, um dos temas mais estudados e aprofundados é o Espírito Santo”.

Perante as respostas dadas, percebe-se que, segundo as Equipas de Serviço, todas as dioceses, à exceção da diocese 9, têm interesse em aprofundar e estudar pneumatologia e entendem-na corretamente. Quanto à diocese 9, podemos concluir que, perante o conteúdo pneumatológico revelado nas respostas da Equipa, também tem havido interesse em aprofundar a doutrina do Espírito Santo apesar de não o dizer diretamente.

A pergunta formulada é de grande pertinência, porque seria impossível não falar sobre o Renascimento Carismático sem mencionar nem questionar nada sobre a pneumatologia, uma vez que este movimento se coloca inteiramente sob o signo do Espírito Santo²³⁴. Também apelava o Papa Paulo VI que “à cristologia e especialmente à eclesiologia do Concílio deve seguir-se (o) estudo renovado e (o) culto renovado do Espírito Santo, precisamente como complemento indispensável do ensino conciliar”²³⁵.

²³⁴ Y. CONGAR, *Ele é o Senhor e dá a Vida*, 195.

²³⁵ PAULO VI, *Audiência Geral, 6 de Junho de 1973*, in https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1973/documents/hf_p-vi_aud_19730606.html, acedido 5-03-2015, às 12h00.

Assim sendo, o estudo e o aprofundamento da pneumatologia é essencial e necessário que sejam estudados por todos os cristãos, também porque “ninguém ama aquilo que não conhece. Como se poderá amar e servir a Deus, sem conhece-Lo? Como podem amar e viver a verdade, sem conhece-la?”²³⁶. Para além desta necessidade imperiosa e irrecusável de se aprofundar a pneumatologia, existe outro fator importante que impulsiona a formação e estudo do Espírito: a fraca, primária e limitada formação religiosa e doutrinária dos cristãos e, concretamente, de quem está ligado ao Renascimento Carismático.

Partindo destas necessidades, recordemos os objetivos do Renascimento Carismático Católico:

“fomentar o crescimento progressivo na santidade através da participação na vida sacramental e litúrgica, através do apreço pela tradição de oração e espiritualidade católicas e de uma formação progressiva na doutrina católica guiada pelo Magistério da Igreja e pela participação no plano pastoral da Igreja; propiciar uma abertura decisiva à Pessoa do Espírito Santo, à Sua presença e Seu poder, promovendo a cultura do Pentecostes como apóstolos da Efluxão do Espírito Santo”²³⁷.

Tendo presente as respostas e a análise bibliográfica efetuada, conclui-se que o Renascimento em Portugal tem-se pautado pelo que é pedido nos estatutos, proporcionando e preocupando-se em colocar meios à disposição dos seus membros para se arriegarem tanto na doutrina do Espírito Santo como em toda a doutrina Católica. Por outro lado, os seus membros tem tido a preocupação de acolherem tudo o que o Renascimento tem colocado à sua disposição, para assim crescerem na ciência tanto nos temas característicos do Renascimento como de toda “a verdade ensinada por Jesus e pregada pela Igreja Católica”²³⁸.

²³⁶ A. PEDRINI, *Saiba participar de Grupos Carismáticos*, 101.

²³⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Preâmbulo dos Estatutos da Conferência Nacional do Renascimento Carismático Católico, 14 de Dezembro 2012*, http://www.rcc.diocese-setubal.pt/2010/images/stories/Estatutos_RCC/Estatutos_CN_RCC.pdf, acessado a 12-2-2015.

²³⁸ A. PEDRINI, *op.cit.*, 102.

1.8 Gestos corporais

Este tema foi abordado no segundo capítulo, na secção 4.2, como parte integrante do fruto da efusão do Espírito Santo “interesse renovado na Oração”. Além disso, a segunda pergunta formulada às Equipas de Serviço Diocesanas do Renovamento Carismático das várias dioceses nacionais centra-se totalmente nos comportamentos corporais e espirituais realizados nas orações carismáticas. Com efeito, apesar de esses comportamentos representarem uma das peculiaridades da oração carismática, acarretam algumas implicações que têm de ser esclarecidas, nomeadamente os riscos, o seu objetivo, de onde provêm, que efeitos causam, porque são incompreendidos pelos leigos que não pertencem ao movimento e quais as suas raízes bíblicas e, se possível, teológicas.

Assim sendo, o doc. 1 demonstra que os comportamentos corporais e espirituais são incompreendidos pelos leigos, porque estes desconhecem o próprio movimento. No entanto, essa incompreensão desfaz-se no “momento de se integrarem num grupo e assistirem pela primeira vez à Oração”.

Nos grupos de oração,

“vive-se a alegria, por sabermos que Deus nos ama gratuita e incondicionalmente, apesar das nossas misérias e fraquezas... E essa alegria expressa-se com gestos corporais (bater palmas, levantar as mãos, dar efusivamente o abraço da paz, aplaudir Jesus sacramentado que abençoa o Seu povo, aplaudir após leitura do Evangelho que é Palavra de Deus ao povo)... Para que as pessoas não fiquem espantadas, já que estão habituadas a missas muito paradas e tristes (os jovens dizem que é uma seca!), explicamos-lhes o sentido que esses gestos têm para nós. De modo geral as pessoas entendem e aceitam bem” (doc. 2).

Mas, as pessoas “que designam os gestos corporais de “folclore”, desconhecem que esses gestos e atitudes decorrem duma intimidade, duma gratidão a Deus, duma alegria bem funda, com raízes bíblicas, como os Salmos, onde somos convidados a louvar, a cantar, a

bater palmas e, usando mesmo instrumentos, como cítaras, címbalos, harpas e até a dança” (doc. 2).

Segundo o doc. 3, “as expressões corporais, que por vezes acompanham a oração, são fruto do entusiasmo com que se reza”. Porém, “é natural que algumas expressões corporais, e sobretudo comportamentos espirituais, possam sair dos chamados limites aceitáveis. Mas isso é um risco inerente a qualquer movimento”.

“O corpo não é uma peça estática, nós somos movimento, por isso, não podemos rezar só com palavras: o nosso corpo tem de rezar também. É a nossa maneira de sentir a oração. O Rei David também louvava ao Senhor com cânticos, com danças, etc. Claro que as pessoas se sentem um pouco inibidas para o fazerem, porque estão habituadas a viver numa igreja mais “estática”, mas depois de experimentarem e deixarem os respeitos humanos de fora, vivem a oração de uma forma mais forte”. Esta resposta no doc. 4 explica as razões destes comportamentos por parte de quem reza. Não obstante, esta diocese, como outras, procura as raízes bíblicas destas atitudes tão próprias do Renovamento Carismático.

De acordo com doc. 5, “todos os comportamentos, corporais e espirituais, não terão qualquer sentido se não forem expressão da alma e da vida, se não forem meios de relação com Deus e se não forem oração”. Além disso,

“as atitudes e comportamentos corporais têm ajudado a crescer os membros do nosso Movimento, na medida em que “libertam” o Espírito que nos habita e nos colocam em relação com Deus. A descoberta de que o Espírito habita em nós, que somos templos vivos de Deus, a descoberta da liberdade dos filhos de Deus, leva a que todo o nosso ser reze, cante e louve. Todo o nosso ser: espírito, alma e corpo, é chamado a louvar, a bendizer, a manifestar-se por Deus e para Deus. Todos os gestos, atitudes e comportamentos corporais e espirituais não querem outra coisa que não seja ajudar a descobrir que tudo é chamado a louvar o Senhor. Tudo o que é feito, é feito com um sentido e a partir do coração”.

Importa, ainda, referir que esta Equipa de Serviço Diocesana tem plena consciência dos riscos que estas atitudes comportam. Contudo, não foram encontrados “comportamentos desajustados, que rocem o exibicionismo ou mesmo a histeria, nem fanatismos, nem qualquer tipo de comportamentos e atitudes fora daquilo que é prática corrente na igreja: não há desmaios, visões ou qualquer tipo de alucinações; tudo dentro daquilo que são os parâmetros ditos normais da Igreja”.

Para os membros da Equipa de Serviço Diocesana do Renovamento da diocese 6, “a oração de louvor, o canto, os gestos, a invocação do Espírito Santo acabam por provocar nos membros dos Grupos de Oração uma “maior proximidade” de Deus, uma maior consciência da Sua presença entre nós e em nós”.

Para a Equipa da diocese 7, os comportamentos corporais e espirituais

“referem-se naturalmente à libertação de bloqueios culturais e à compreensão de que, quando oramos, todo o ser ora; não só a mente e a boca, mas a pessoa toda: é a chamada oração de coração. Então, todo o corpo reza. Vejam-se, por exemplo os Salmos 149 e 150, o canto e as danças de David em 2 Sam. 6. Comportamentos espirituais menos compreendidos? Cantar e orar em línguas, por exemplo, as palavras de profecia, de ciência, etc.? A isso podemos responder que as comunidades cristãs iniciais conheciam e abriam-se a estes carismas do Espírito Santo, sem medo, com entrega. (1Cor 12). A cultura de afastamento das realidades espirituais desenvolveu bloqueios e ignorâncias que levaram a achar estranhos e desadequados estes carismas. Lembremos a exortação de S. Paulo (2 Tm 1, 6-7)”.

Contudo, “Ninguém se sente coagido a ter comportamentos com os quais não se identifique”.

O doc. 8 permite-nos concluir que “tudo o que é novidade suscita dúvidas, nomeadamente enquanto se desconhece, por exemplo, o porquê de alguns gestos. A partir do momento em que é comunicado por que o fazemos, cada irmão vai-se libertando e passa agir com naturalidade”.

Por fim, o doc. 10 apresenta uma enumeração dos diversos comportamentos corporais e espirituais, designadamente,

“o canto em línguas (glossolalia); o levantar os braços na oração de louvor; a oração de cura e libertação pelos irmãos que estejam doentes ou com problemas, problemas esses muitas vezes adquiridos nas seitas, na bruxaria ou no espiritismo. Ora, estes comportamentos corporais e espirituais, incompreendidos por quem está de fora do movimento, são muito bem aceites por quem está inserido no movimento, pois os membros sentem a sua ação positiva ou curativa nos irmãos que acreditam no poder da oração e são convidados a deixarem-se tocar pela graça do Espírito Santo, que atua pela intercessão dos irmãos que por eles oram”.

Tendo presente estes elementos fornecidos pelas dioceses, recordemos que foi escrito no segundo capítulo que, na oração carismática procura-se, então, privilegiar as expressões corporais – elevando as mãos ou de as unir em sinal de comunhão, fechando os olhos, batendo palmas, dando gritos e fazendo ruídos e ainda dançando. Enfim, estas expressões têm o intuito de dirigir todo o corpo para Deus em cânticos fortemente ritmados.

Nas respostas, não foi mencionado o comportamento espiritual da imposição das mãos sobre os membros do movimento. Todavia, este gesto é recorrente no Renovamento Carismático. Este comportamento espiritual provém do carácter espontâneo da oração, como manifestação da força do Espírito e como demonstração da alegria que transborda pelo louvor a Deus e que nem sempre as palavras conseguem expressar. Estes comportamentos ajudam, igualmente, a que as pessoas que rezam saiam do individualismo, das inibições e do rubricismo que pauta outras orações.

Por último, é necessário perceber que a oração carismática pode causar diversos comportamentos desviantes, já mencionados por algumas dioceses, sob o pretexto de criatividade e liberdade religiosa, os quais podem não estar em conformidade com a tradição e a experiência da Igreja. “Sem sufocar o Espírito nem restringir a legítima espontaneidade, os que têm responsabilidade pastoral devem ajudar a assegurar que a oração permaneça

autêntica, o que torna indispensável que eles próprios sejam homens e mulheres de oração, solidamente enraizados na herança espiritual rica e variada da Igreja”²³⁹.

1.9 Funções da hierarquia

Quando se fala do acompanhamento da hierarquia referimo-nos, essencialmente, ao bispo diocesano e seus auxiliares, se esse for o caso, e aos sacerdotes que, na sua maioria, correspondem aos párocos das paróquias onde se inserem os grupos de oração.

Este tema apresentará, inicialmente, as respostas que apelam à responsabilidade da hierarquia e posteriormente, as respostas que apontam para o trabalho excelente que a hierarquia tem realizado na relação com o Renovamento Carismático.

Assim sendo, o doc. 2 evidencia algum receio do clero, porque “muitas vezes, ouve uma ou outra pessoa que ficou admirada (com o Renovamento) e vai fazer comentários descontextualizados e, sem se dar ao trabalho de ver os frutos que tal forma de orar, louvando, adorando e intercedendo junto do Senhor, com todo o seu ser corpo, alma e sentidos”.

O doc. 3 refere que os pastores devem estar atentos ao comportamento que alguns membros do RC têm nos grupos de oração, pois “é natural que algumas expressões corporais, e sobretudo comportamentos espirituais, possam sair dos chamados limites aceitáveis. Mas isso é um risco inerente a qualquer movimento. E acontece sobretudo quando os Grupos de Oração são deficientemente acompanhados pelos pastores responsáveis”.

Porém, os sacerdotes e os Bispos têm exercido um trabalho pastoral de grande responsabilidade no e para o Renovamento Carismático, nomeadamente, no âmbito da difusão, pois no doc. 4 há menção a um Bispo que “tem feito um trabalho extraordinário para dar a conhecer o Renovamento a todos os Padres da nossa diocese”.

²³⁹ P. J. CORDES, *op. cit.*, 42.

No doc. 5, observamos que “o Renovamento Carismático foi “introduzido” na Diocese há já alguns anos, com a devida concordância e autorização do Prelado Diocesano da altura”.

No doc. 6, “a Equipa Diocesana do R.C.C. está bem enquadrada, é “investida” pelo Bispo e a ele responde”.

Relativamente ao doc. 7,

“em 2007, o Sr. Bispo em exercício exigiu a elaboração de Estatutos como condição para a homologação da Equipa de Serviço Diocesano do R.C.C. (E.S.D.). Assim, foram elaborados os Estatutos Diocesanos, como aconteceu pontualmente nalgumas outras Dioceses do País. Estes estatutos básicos, de organização estrutural, permitiram a comunhão, a unidade e a formação necessária e responsável. Apesar disso, este fato distanciou Grupos de Oração mais antigos, que rejeitaram a ideia, por considerarem inadequado “estatutar” o Espírito Santo.

Entretanto, foram exigidos pela Conferência Episcopal Portuguesa, Estatutos Nacionais do R.C.C., os quais foram elaborados e aprovados pela C.E.P., em dezembro de 2012. De novo, não há uniformidade, entre as várias Dioceses, na aceitação dos referidos estatutos. Claro que continuam a ser apenas um instrumento de organização da estrutura humana e, tal como tem vindo a acontecer no resto do mundo, estas divisões serão resolvidas ao longo do tempo”.

Para além deste trabalho do bispo diocesano e da Conferencia Episcopal, “há locais onde o Pároco aceita fazer ensinamentos, visita o G. O. no dia semanal do encontro e participa pontualmente nas suas atividades” (doc. 7).

Há cerca de 18 anos, o Bispo da diocese 10 “nomeou o seu assistente espiritual, altura em que (o RC) passou a ser mais bem aceite pelo clero em geral”.

Em suma, o renovamento Carismático, “bem conduzido e acompanhado pelo clero, é, com certeza, uma força enorme para a Nova Evangelização” (doc. 2).

Posto isto, o Papa João Paulo II, em 16 de dezembro de 1982, disse aos bispos do sul de França que era da responsabilidade dos bispos “impulsionar o mais possível o valor que se deve dar à Renovação (...) e proporcionar-lhe (...) «um modelo de crescimento e

desenvolvimento»”. Aos sacerdotes pedia que garantissem o “caracter eclesial de todos os grupos de fiéis”²⁴⁰. Além desta incumbência, os sacerdotes têm, ainda, a única e indispensável tarefa pastoral a cumprir no e para o Renascimento Carismático, assim como para toda a Igreja, pelo vínculo sacramental com o bispo, conferido pela ordenação, em garantir a integração na vida da Igreja de modo a evitar a tendência de criar estruturas alternativas ou marginais e que leve a uma participação plena, sobretudo dentro da paróquia, na vida apostólica e sacramental da própria Igreja²⁴¹.

Por conseguinte, o sacerdote deve adotar uma atitude acolhedora diante do Renascimento carismático, “baseada no desejo de crescer nos dons do Espírito Santo, desejo que compartilha com todo o cristão pelo facto do seu batismo”²⁴².

Nesta mesma linha, o Papa Bento XVI afirmou, num discurso aos bispos participantes num seminário de estudos promovido pelo Conselho Pontifício para os Leigos (17 de maio de 2008) que “os movimentos eclesiais e as novas comunidades são uma das mais importantes novidades suscitadas pelo Espírito Santo na Igreja, pela atuação do Concílio Vaticano II” e acrescentou:

“a nós, pastores, pede-se acompanhamento de perto, com solicitude paterna, de modo cordial e sábio, os movimentos e as novas comunidades, para que possam pôr generosamente ao serviço da utilidade comum, de maneira ordenada e fecunda, os numerosos dons de que são portadores e que aprendamos a conhecer e a apreciar: o impulso missionário, os itinerários eficazes de formação cristã, o

²⁴⁰ JOÃO PAULO II, *Discurso aos bispos da França da região do “Midi” em visita “ad Limina Apostolorum”, 16 de Dezembro de 1982* in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/december/documents/hf_jp-ii_spe_19821216_region-midi-ad-limina.html, acedido a 11-04-2015 às 23h00.

²⁴¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes no IV Congresso Internacional dos Dirigentes da Renovação Carismática Católica, 7 de maio de 1981*, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/may/documents/hf_jp-ii_spe_19810507_rinnovamento-carismatico.html, acedido a 22-04-2015, às 10h00.

²⁴² *Ibidem*.

testemunho de fidelidade e de obediência à Igreja, a sensibilidade para com as necessidades dos pobres, a riqueza de vocações”²⁴³.

Em conclusão, os que fazem parte do Renovamento Carismático devem estar conscientes da responsabilidade que têm rumo à “maturidade eclesial”²⁴⁴, isto é, dar fruto maduro da comunhão e do compromisso da Igreja, que, conforme a exortação CL 30, incluem: dar primazia ao chamamento à santidade de cada cristão, a responsabilidade de professar a fé católica, o testemunho de comunhão sólida e convicta com o Papa e o Bispo local, a conformidade e a cooperação na fidelidade apostólica da Igreja que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências e o compromisso na promoção da dignidade da pessoa na comunidade humana. No entanto, esta Associação de Fiéis²⁴⁵ da Igreja deve ser apreciada, fomentada e protegida por aqueles que têm a missão de colaborar com o Vigário de Cristo, especialmente os bispos e os párocos, como seus auxiliares²⁴⁶.

2. Situação atual do Renovamento em Portugal

O Renovamento Carismático Católico em Portugal tem dado excelentes passos que consolidam ainda mais a maturação eclesial que foi pedida e anunciada pelo Papa João Paulo

²⁴³ BENTO XVI, *Discurso aos participantes no Seminário de estudo para os Bispos promovido pelo Pontifício Conselho para os leigos, 17 de maio de 2008*, in http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20080517_vescovi-seminario.html, acedido 11-04-2015 às 23h00.

²⁴⁴ Esta expressão representa o período que se iniciou no Pentecostes de 1998 e que se prolonga até aos dias de hoje. Este dia marca um antes e um depois na vida dos novos movimentos de espiritualidade onde se insere o Renovamento Carismático.

²⁴⁵ A Conferência Episcopal Portuguesa aprovou as “Normas Gerais das Associação de fiéis” de modo a ajudar as Associações de Fiéis a redescobrir o sentido de pertença eclesial, o seu lugar e enquadramento dentro da Comunhão do Corpo de Cristo. Podem ser consultadas em: CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Normas Gerais das Associações de Fiéis”, in *Lumen* 69, 2, (2008), 6-27.

²⁴⁶ Cf. B. JUANES, *op. cit.*, 109.

II, na vigília de Pentecostes, do dia 30 de maio de 1998²⁴⁷, ainda que um caminho duro deve ainda ser percorrido pelo imenso trabalho que tem de ser feito para vincar e conservar a sua identidade. O Renovamento deve, conseqüentemente, velar por manter a sua essência inicial e procurar desprender-se daquilo que possa entorpecer o seu caminho depois de tantos anos de crescimento.

No entanto, pode ler-se no doc. 9 que, a nível nacional, a percentagem de jovens a participar no Renovamento é de, aproximadamente, 10%, número manifestamente baixo. Se “são as pessoas de idade que vão permanecendo fiéis aos seus valores e princípios e, por outro lado, são muitos desses conheceram o R.C.C. há 40, 30 ou 20 anos, quando eram jovens”, é inegável que “a grande maioria dos animadores é de certa idade e não cativam os jovens com a orientação que imprimem nos grupos de oração”. Estes dados não podem levar à resignação, mas ao ensejo de transmitir o desejo e a disposição de amadurecer espiritual e eclesialmente, em ordem a que os seus intervenientes sejam mais autênticos nas suas manifestações espirituais, adquirindo um maior compromisso com os objetivos do movimento. É importante trabalhar na “vinha do Senhor” e estar disponível diante a Igreja. Que se veja claramente a necessidade de caminhar e de encontrar as melhores soluções.

Apesar de o Renovamento se encontrar um pouco “envelhecido”, como refere o doc. 9, e com diretrizes um pouco estáticas, as respostas ao questionário deixam transparecer muita oração, trabalho e espírito de sacrifício, “em ordem à edificação do Corpo de Cristo e à sua missão de salvação no mundo” (LG 4). Ora, esta edificação continuará se cada cristão colocar, sob a ação do Espírito Santo, os seus dons e carismas ao dispor da missão da Igreja, pois “a

²⁴⁷ Cf. JOÃO PAULO II, *Vigília de Oração por ocasião do Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades, 30 de maio de 1998*, in https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni.html, acedido a 23-4-2015, às 21h00.

esperança é completa quando todos se dispõem a levar a cabo uma missão a partir da graça e da força do Espírito em Jesus Cristo que atua em toda a Igreja”²⁴⁸.

²⁴⁸ D. S. BLAKEBROUGH, *op. cit.*, 657.

CONCLUSÃO

Ao terminar esta reflexão, é possível perceber que todos, pelo batismo, somos chamados à santidade, isto é, à perfeição da caridade, independentemente das condições de vida de cada um. Contudo, tal chamamento está ligado, de maneira inseparável, ao chamamento para a evangelização. O crescimento na santidade acarreta consigo o anseio irresistível de dar testemunho vivo e dinâmico da Boa Nova da salvação. O zelo missionário é alimentado pela santidade do povo de Deus e, por outro lado, é fonte de crescimento em santidade. O Concílio Vaticano II lembra-nos que a “atividade missionária dimana intimamente da própria natureza da Igreja, ... cuja santidade testemunha, difunde e promove” (AG, 6).

Deste modo, revisitemos, ainda que de forma sucinta, algumas das principais ideias desenvolvidas neste trabalho, relativas à missão dos leigos na Igreja no geral e, em concreto, ao papel que os membros do Renovamento Carismático são chamados a exercer no mundo.

No primeiro capítulo, fizemos um longo caminho que se iniciou com tentativa de compreendermos globalmente as ideias que a Igreja tinha sobre si mesma e sobre a teologia do laicado desde os primeiros séculos até às portas do Concílio Vaticano II. Este caminho que culminou num estudo pormenorizado da mudança operada neste Concílio revisitou a sua conceção eclesiológica e, de forma mais aprofundada, o tema dos leigos. Estes dois assuntos foram trabalhados em simultâneo porque se implicam mutuamente. Ora, como podemos verificar, a Igreja fechou-se de tal forma em si mesma e na absoluta certeza e confiança no magistério oficial da Igreja, que chegou a ser considerada de *societas perfecta*. Prevalecia, deste modo, o elemento humano, organizacional e institucional em relação ao elemento espiritual/carismático. O mesmo será dizer que a Igreja não deixava que o Espírito Santo os guiasse na sua peregrinação em demanda do Reino do Pai. Esta posição eclesiológica

favoreceu, conseqüentemente, a passividade do corpo e abriu-se a porta para a marginalização do laicado e para a excessiva clericalização da Igreja²⁴⁹. Por conseguinte, o Concílio, revisitando as fontes do cristianismo, realizou precisamente a síntese do ideal que é a saudável harmonia entre a escuta de tudo aquilo “que o Espírito diz às Igrejas” (Ap. 2, 29; 3, 6.13.22) na fase presente da história da salvação com o que, por meio da Igreja, diz ao homem.

Efetivamente, desabrocha e desenvolve-se desta linha de pensamento eclesiológico um dos pontos mais inesperados do Concílio relativo à identidade e missão dos leigos, sobre o qual incide as restantes páginas deste trabalho. Por conseguinte, olhamos o leigo na sua totalidade, independentemente do seu *status quo*, refletindo sobre tudo quanto se disse e concretizou sobre a sua identidade e missão, antes, durante e posteriormente ao Concílio. No segundo e terceiro capítulos, explanamos a inserção dos leigos no contexto do movimento de Renovação Carismática, considerado um prolongamento da corrente de graça que foi e continua a ser o Vaticano II.

Assim, muito brevemente, ao entender-se como uma “sociedade” puramente hierárquica, jurídica e divinamente reconhecida, a Igreja pré-conciliar desvalorizava o papel dos leigos nas funções próprias, denotando uma subordinação dos cristãos leigos ao sacerdócio ministerial, assente no pensamento de primazia no princípio da autoridade indiscutível deste em todas as matérias e em toda a vida eclesial, ou seja, o papel do leigo era inteiramente passivo exceto quando a hierarquia os incumbia nalguma missão específica e temporária.

Contudo, “esse número maioritário de cristãos batizados, que há tantos anos são considerados e tratados como cidadãos de segunda categoria dentro da Igreja, mas que permanecem com grande sede espiritual e imenso desejo de santidade, encontram-se insatisfeitos e perdidos, em busca de um caminho que lhe seja possibilitado, a fim de viver

²⁴⁹ R. CANTALAMESSA, *Espírito Santo, Princípio de Vida Nova*, 52.

plenamente a sua vocação e missão”²⁵⁰ encontram nos padres conciliares a voz principal para que tudo se altere em matéria laical. Deste modo, a temática laical está diretamente presente em três documentos conciliares de maior relevo – LG, GS e DV – emergindo a ideia que realça com maior insistência a plena participação dos leigos na missão de toda a Igreja, pensada no seio da consideração geral sobre a Igreja como Povo de Deus.

Posteriormente, a teologia do laicado foi alvo de novas interpretações por parte de alguns teólogos que levou à complementaridade da ideia iniciada no Concílio. Fala-se agora de tensão dialética existente entre comunidade – carisma e ministérios, ou seja, a “Igreja redescobre a sua vocação de uma comunidade batismal englobante, no interior da qual os carismas são recebidos e os ministérios exercidos como serviços em vista daquilo que toda a Igreja deve ser e fazer”²⁵¹.

À luz destes novos pressupostos teológicos, tenciona-se recuperar, até às últimas consequências, o primado dado à ontologia da graça sobre qualquer outra ulterior distinção possível de acontecer na Igreja²⁵². Deste modo, coloca-se, em primeiro plano, a ação do Espírito Santo que age sobre toda a comunidade crente, suscitando no seu seio diferentes carismas para edificar o Corpo de Cristo. A eclesiologia que daqui emerge é uma eclesiologia total e global, toda ela suscitada pelo Espírito Santo, toda ela ministerial. Neste sentido, redescobre-se a dimensão carismática de todo o povo de Deus, a riqueza e a variedade dos dons que o Espírito infunde em todo o batizado.

Por meio desta corrente de graça, o Espírito Santo dotou a Igreja com um movimento que se entrega totalmente à Renovação Carismática, enquanto continuação espiritual do Concílio, centra-se exclusivamente à abertura do coração e da alma ao Espírito Santo e oferece a cada cristão a graça de revitalizar-se espiritualmente na linha de Pentecostes.

²⁵⁰ M. C. BINGEMER, *op. cit.*, 113.

²⁵¹ *Ibidem*, 75.

²⁵² Cf. B. Forte, *A Igreja, ícone da Trindade*, 36.

Receber o Espírito obriga à mudança do coração e a deixar-se conduzir pelo Espírito e conduzir os outros à fé em Jesus Cristo.

A abertura do coração à vida nova em Cristo e ao poder do Espírito Santo possibilita o florescimento, na vida dos cristãos, de muitos frutos concernes à missão dos cristãos na Igreja que crescem a ritmos diferentes mas sempre uteis à renovação e ao maior crescimento da Igreja. Apesar de todos os papas pós-conciliares e alguns bispos considerarem que a Renovação é uma graça, pois é inspirada pelo Espírito Santo. O movimento apresenta, contudo algumas reservas, pois nem sempre tem pastores ou membros capazes de manter a ortodoxia. Porém, os perigos que podem ser apontados ao Renovamento não podem ser generalizados, pois é quase impossível analisar este movimento difundido em tantos países e com contornos e configurações tão diferentes de país para país.

Depois desta análise geral sobre o movimento de Renovação Carismática, concluímos que, a nível nacional, o Renovamento está a fazer o seu caminho de modo a cumprir as normas pedidas às associações de fiéis no sentido da pertença eclesial, de procurar o seu lugar e enquadramento dentro da Comunhão do Corpo de Cristo. Este Caminho faz-se pela via institucional, com a aprovação dos seus estatutos, com o bom relacionamento com a hierarquia e com vontade de se sentir cada vez mais integrado nas estruturas eclesiais existentes, no geral e por via espiritual e carismática, pois sente-se que tem havido um comprometimento muito grande com a oração, manifesta nos diversos momentos que lhes são proporcionados, desde a oração nos grupos, à Eucaristia, à procura do sacramento da Reconciliação, entre outros. Deste modo, as pessoas são encaminhadas a abrirem o seu coração ao Espírito Santo que as vai cumulando de bênçãos e carismas, os quais, por sua vez, são colocados à disposição da missão de Igreja.

Contudo, as Equipas de Serviço Diocesanas reconhecem e têm presente que, pontualmente, ocorrem comportamentos desviantes, difíceis de gerir e que, muitas vezes,

denigrem a imagem e os frutos do Espírito que vão sendo suscitados no seio do movimento. Não obstante, as Equipas têm trabalhado no sentido de erradicar do seu seio os desvios na ortodoxia eclesial com as constantes formações que colocam à disposição dos seus membros, de vária ordem, especialmente na pneumatologia, porque estas situações só serão colmatadas com o maior aprofundamento teológico, com o enriquecimento cultural e, inevitavelmente, por meio de muita oração e perseverança.

Para concluir, numa perspetiva crente, seria bom que a hierarquia, os membros do Renovamento Carismático e todos os cristãos procurassem, sempre, a linha da comunhão e do perdão, mesmo que esse caminho seja longo e difícil. Deste modo, não seriam criados “cismas” no interior da Igreja, nem se multiplicariam as críticas ferozes de que o Renovamento é alvo. Estas, estagnando o trabalho levado a cabo pelo Renovamento, prejudicam, simultaneamente, quem critica e quem é criticado. Com efeito, temos esperança que tudo poderá mudar ainda, pois as flores ainda podem desbrochar e os frutos amadurecer de forma magnífica.

Por fim, que a Igreja nunca descure desta linha de ação e santificação, pois, cada vez mais, se sente que os movimentos perdem o vigor inicial na sua manifestação de fé e de evangelização, em detrimento de um pensamento que, *mutatis mutandis*, se aproxima da cartilha anterior ao Concílio Vaticano II, assente, novamente, no elemento humano, organizacional e institucional.

BIBLIOGRAFIA

- AA VV, *Mysterium Salutis*, (Compêndio de Dogmatica Historico-Salvífica), “A Igreja – Vida e Estruturas na Igreja”, J. FEINER; M. LOEHRER coord. IV/6, Editora Vozes, Petrópolis, 1977.
- CODEX IURIS CANONICI, Romae: typis polyglottis Vaticanis, 1917.
- BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Lisboa/Fátima, 2002.
- BINGEMER, Maria Clara, *Viver como crentes no mundo em mundaça*, Paulinas, Prior Velho, 2014.
- BLAKEBROUGH, Denise S., *La Renovación en el Espíritu Santo*, Ediciones Secretariado Trinitario, Salamanca, 2006.
- BOFF, Leonardo, *Teologia da Libertação-Igreja Carisma e Poder*, Editorial Inquerito, Lisboa, 1991.
- CANAVARRO, Abel, “Novos movimentos de espiritualidade e interpretação pastoral”, in *Humanística e Teologia* 25 (2004), 269-289.
- CANTALAMESSA, Raniero, *Espírito Santo, Princípio de Vida Nova*, Editora Canção Nova², São Paulo, 2013.
- _____, *Vem, Espírito Criador! Meditações sobre o Veni Creator*, Editorial A. O., Braga, 2009.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Constituição Dogmática Dei Verbum*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.

- _____, *Constituição Apostólica Humane Salutis*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Decreto Presbyterorum Ordinis*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Decreto Apostolicam Actuositatem*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Decreto Ad Gentes*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- _____, *Decreto Unitatis Redintegratio*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “Normas Gerais das Associações de Fiéis”, in *Lumen* 69, 2, (2008), 6-27.
- CONGAR, Yves, *Revelação e experiência do Espírito Santo*, Col. Creio no Espírito Santo, Vol. I, Paulinas, São Paulo, 2005.
- _____, *Ele é o Senhor e dá a Vida*, Col. Creio no Espírito Santo, Vol. II, Paulinas, São Paulo, 2005.
- _____, *Ministères Et Communion Ecclésiale*, Cerf, Paris, 1971.
- CORDES, Cardeal Paul Josef, *Reflexões sobre o Renovamento Carismático Católico*, Edições Pneuma, Lisboa, 2008.
- COSTA SANTOS, Manuel Moreira, “A Eclesiologia do Concílio Vaticano II”, in *Agência Ecclesia* 871, (2002), 2.
- FORTE, Bruno, *A Igreja, Ícone da Trindade*, Edições Loyola², São Paulo, 2005.
- _____, *A Missão dos Leigos*, Edições Paulistas, Lisboa, 1988.
- GAILLARDETZ, Richard R.; CLIFFORD, Catherine E. *As «chaves» do Concílio, À descoberta do Vaticano II*, Paulinas, Prior Velho, 2012.
- GARCÍA, Ciro, *Teologia Espiritual Contemporânea. Corrientes y perspectivas*, Monte Carmelo, Burgos, 2002.
- HALÍK, Tomás, *A noite do Confessor – A Fé Cristã numa era de incerteza*, Paulinas, Prior Velho, 2014.

- J. PINHO, “*Lumen Gentium: A Igreja (antes, depois, 50 anos depois)*”, in *Theologica* 48, 2 (2013), 257-284.
- JOÃO PAULO II, *Christifideles Laci*, (Exortação Apostólica Pós-Sinodal), Editorial A. O., Braga, 1988.
- JUANES, Benigno, *Serviços e Equipa Responsável nos Grupos de Oração*, Edições Pneuma, 2002.
- KLOPPENBURG, Boaventura, *A eclesiologia do Vaticano II*, Editora Vozes, Petrópolis, 1971.
- Leão XIII, *Divinum Illud Munus*, (Carta Encíclica), Editora Vozes, Petrópolis, 1946.
- LIMA, José da Silva, *Teologia Prática Fundamental, Fazei Vós, Também*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.
- MATA, Vicente Borragán, *O Renovamento Carismático. Como um vendaval...*, Edições Pneuma³, Lisboa, 1999.
- MILITELLO, Cettina (coord.), *Os leigos depois do Concílio, A identidade e a missão dos cristãos*, Paulinas, Prior Velho, 2012.
- MUHLEN, Heribert, *Espiritu Carisma Liberacion – La Renovacion de la Fe Cristiana*, Ediciones Secretariado Trinitario, Salamanca, 1976.
- _____, *Experiência fundamental do cristianismo*, Vol. 1, Editora Sampedro, Lisboa, 1984.
- PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, (Exortação Apostólica) Tipografia Barbosa e Xavier, Braga, 1976.
- PEDRINI, Alírio, *Saiba participar de Grupos Carismáticos*, Edições Pneuma, Lisboa, 1997.
- PIO X, *Vehementer Nos*, (Carta Encíclica), Editora Vozes, Petrópolis, 1957.
- PIO XII, *Mystici Corporis Christi*, (Carta Encíclica), Editora Vozes, Petrópolis, 1956.
- RATZINGER, Joseph, *Os movimentos na Igreja. Presença do Espírito e Esperança para os Homens*, Lucerna, Estoril, 2007.

RIGAL, Jean, *Descubir la Iglesia – Iniciación a la Eclesiología*, Ediciones Secretariado Trinitario, Salamanca, 2001.

SERVIÇOS INTERNACIONAIS DO RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO, *A efusão do Espírito Santo*, Edições Pneuma, Lisboa, 2013.

SUENENS, Léon-Joseph (Coord.), *O Renovamento Carismático Católico. Orientações Teológicas e Pastorais. Documento de Malines I*, Edições Pneuma, Lisboa, 1999.

_____, *A Renovação Carismática, Um Novo Pentecostes?*, Paulus³, Lisboa, 1999.

VALLE, Isac Isaías, *Viver segundo o Espírito Santo*, Raboni Editora, São Paulo, 1999.

1. Netgrafia

BENTO XVI, *Discurso aos participantes no Seminário de estudo para os Bispos promovido pelo Pontifício Conselho para os leigos, 17 de maio de 2008*, in http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20080517_vescovi-seminario.html, acessado 11-04-2015 às 23h00.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Estatutos da Conferência Nacional do Renovamento Carismático Católico, 14 de Dezembro 2012*, http://www.rcc.diocese-setubal.pt/2010/images/stories/Estatutos_RCC/Estatutos_CN_RCC.pdf, acessado a 12-2-2015.

FRANCISCO, *Discurso aos participantes no 37.º Encontro Nacional da Renovação Carismática Católica, 1 de junho de 2014*, in https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140601_rinnovamento-spirito-santo.html, acessado a 27-06-2014, às 20h00.

ICCRS, *Estatutos, 9 de Maio de 2005*, in http://www.rccdiocesisdeoakland.org/iccrs_pdf/ICCRS_Estatutos.pdf, acessado a 10-09-2014, às 09h00.

JOÃO PAULO II, *Discurso aos bispos da França da região do “Midi” em visita “ad Limina Apostolorum”*, 16 de Dezembro de 1982, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/december/documents/hf_jp-ii_spe_19821216_region-midi-ad-limina.html, acessido a 11-04-2015 às 23h00.

JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes da VI Assembleia Internacional da Renovação Carismática Católica*, 15 de maio de 1987, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1987/may/documents/hf_jp-ii_spe_19870515_assemblea-carismatici.html, acessido a 22-11-2014, às 15h00.

JOÃO PAULO II, *Discurso aos participantes no IV Congresso Internacional dos Dirigentes da Renovação Carismática Católica*, 7 de maio de 1981, in http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/may/documents/hf_jp-ii_spe_19810507_rinnovamento-carismatico.html, acessido a 22-11-2014, às 10h00.

JOÃO PAULO II, *Vigília de Oração por ocasião do Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades*, 30 de maio de 1998, in https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni.html, acessido a 23-4-2015, às 21h00.

JOÃO XXIII, *Homilia na celebração das segundas Vésperas na Solenidade de Pentecostes*, 17 de Maio de 1959, in https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/homilies/1959/documents/hf_j-xxiii_hom_19590517.html, acessido a 29-05-2014, às 11h00.

PAULO VI, *Audiência Geral*, 29 de novembro de 1972, in https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1972/documents/hf_p-vi_aud_19721129.html, acessido a 03-06-2014, às 23h00.

PAULO VI, *Audiência Geral*, 6 de Junho de 1973, in https://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1973/documents/hf_pvi_aud_19730606.html, acessido 5-03-2015, às 12h00.

PAULO VI, *Bênção “Urbi et Orbi” do Natal do Senhor de 1965*, in http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/messages/urbi_et_orbi/documents/hf_p-vi_mes_19651225christmas-urbi.html, acessado a 29-05-2014, às 15h00.

PAULO VI, *Discurso à Pontificia Universidade Urbaniana de “Propaganda Fide”, 20 de outubro de 1974*, http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1974/documents/hf_p-vi_spe_19741020_propaganda-fide.html, acessado a 18-11-2014, às 15h00.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
------------------	---

I PARTE

A MISSÃO DOS LEIGOS NA IGREJA

1. Horizonte eclesiológico anterior ao Concílio Vaticano II	8
2. A consciência conciliar da Igreja	12
3. A missão dos leigos antes do Concílio Vaticano II	23
4. Nova definição da missão dos leigos	27
5. A Igreja, Sacramento de Cristo	37

II PARTE

A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA, UM NOVO PENTECOSTES?

1. A Renovação Carismática. Um novo Pentecostes?	42
1.1 Breve resenha histórica da Renovação Carismática	42
2. Contributos do Concílio Vaticano II	44
3. Renovamento, um movimento eclesial: Sim ou Não?	48
3.1 Renovamento Carismático como um movimento na Igreja.....	50
3.2 O Renovamento é um movimento eclesial, mas a efusão do Espírito é para todos	55
3.3 Como designar, então, este movimento?	56
4. A Experiência do Espírito Santo e os seus Frutos	59
4.1 Cristocentrismo	61
4.2 Interesse renovado na oração	62
4.3 A redescoberta das Escrituras	64
4.4 Apreço pelos Sacramentos	65
4.5 A evangelização	66
4.6 Compromisso com a sociedade e a economia	68
4.7 Carismas: dons para o crescimento da Igreja.....	69
5. Perigos e Críticas ao Renovamento	75
5.1 Importado do Protestantismo	75

5.2	Fundamentalismo	76
5.3	Elitismo/egocentrismo.....	77
5.4	Sentimentalismo/emocionalismo.....	78
5.5	Falta de compromisso social e político	82

III PARTE

RENOVAMENTO CARISMÁTICO CATÓLICO EM PORTUGAL

1.	Renovamento Carismático Católico em Portugal.....	86
1.1	Problemas de integração.....	89
1.2	Ausência de problemas de integração	91
1.3	Renovamento Carismático Católico – o Movimento	94
1.4	A experiência no Espírito Santo e os seus Frutos	96
1.5	Lugares de evangelização e santificação.....	100
1.6	Atitudes concretas	104
1.7	O estudo da Pneumatologia.....	106
1.8	Gestos corporais	111
1.9	Funções da hierarquia.....	115
2.	Situação atual do Renovamento em Portugal.....	118
	CONCLUSÃO	121
	BIBLIOGRAFIA	127
1.	Netgrafia	130
	ÍNDICE.....	133